

Yolanda Aparecida Demétrio Guerra, Virgínia Alves Carrara,
Alcina Maria de Castro Martins e Fernanda Caro Blanco
(Organizadoras)

O SERVIÇO SOCIAL IBERO-AMERICANO NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA

CRISE DO CAPITAL, EXPRESSÕES CONSERVADORAS
E TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS



O SERVIÇO SOCIAL IBERO-AMERICANO NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA

Crise do capital, expressões conservadoras e
tendências contemporâneas



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Reitora

Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Vice-Reitor

Hermínio Arias Nalini Jr.



editora**UFOP**

Diretor Executivo

José Rubens Lima Jardimino

Coordenador Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Assessor da Editora

Alvimar Ambrósio

Diretoria

Francisco José Daher Jr. (Coordenador de Comunicação Institucional)

Paulo de Tarso Amorim Castro (Presidente do Conselho Editorial)

Marcos Eduardo Carvalho Gonçalves Knupp (Proex)

Sérgio Francisco Aquino (Propp)

Tânia Rossi Garbin (Prograd)

Daniel Ribeiro Pires (Representante TAE)

Conselho Editorial

Prof. Dr. Adriano Medeiros da Rocha

Prof. Dr. Douglas da Silva Tinti

Prof. Dr. Flávio Pinto Valle

Prof. Dr. Paulo de Tarso Amorim Castro

Yolanda Aparecida Demétrio Guerra
Virgínia Alves Carrara
Alcina Maria de Castro Martins
Fernanda Caro Blanco
(Organizadoras)

O SERVIÇO SOCIAL IBERO-AMERICANO NAS TRILHAS DA RESISTÊNCIA

Crise do capital, expressões conservadoras e
tendências contemporâneas

1ª edição

Ouro Preto
2023



© EDUFOP

Coordenação Editorial

Daniel Ribeiro Pires

Capa

Foto: Rafaela Fernandes

Diagramação

Propagare Comercial Ltda.

Revisão

Ciro Mendes (Língua Portuguesa)

Livia Moreira (Língua Portuguesa)

Autores (Língua Espanhola)

Ficha Catalográfica

(Elaborado por: Elton Ferreira de Mattos - CRB6-2824, SISBIN/UFOP)

S492 O Serviço Social Ibero-Americano nas trilhas da resistência : crise do capital, expressões conservadoras e tendências contemporâneas / Yolanda Aparecida Demétrio Guerra ... [et al.], (Organizadoras) – 1. ed. – Ouro Preto : Editora UFOP, 2023. 200 p.

1. Serviço social - Resistência. 2. Capitalismo - Aspectos sociais.
3. Contemporaneidade - Tendências. I. Guerra, Yolanda Aparecida Demétrio.

CDU: 364.6

ISBN 978-65-89785-16-3

Todos os direitos reservados à Editora UFOP. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida, arquivada ou transmitida por qualquer meio ou forma sem prévia permissão por escrito da Editora. A originalidade dos conteúdos e o uso de imagens são de responsabilidade dos autores da obra.

Obra aprovada no Edital Geral - 01/2019 e publicada apenas no ano de 2023 em decorrência dos prejuízos operacionais causados pela PANDEMIA DO COVID-19.

EDITORIA UFOP

Campus Morro do Cruzeiro

Centro de Comunicação Institucional, 2º andar

Ouro Preto / MG, 35400-000

www.editora.ufop.br / editora@ufop.edu.br

(31) 3559-1463

SUMÁRIO

- 9 PREFÁCIO
Donadon-Leal e José Benedito
- 13 APRESENTAÇÃO
*Yolanda Guerra, Virginia Alves Carrara, Alcina Martins
e Fernanda Caro Blanco*
- 23 CAPÍTULO 1
LAS CIENCIAS SOCIALES EN LA ENCRUCIJADA DE LA
REORGANIZACIÓN CONSERVADORA Y EL LEVANTAMIENTO
POPULAR EN LATINOAMERICA
Luis Vivero Arriagada
- 51 CAPÍTULO 2
O SERVIÇO SOCIAL FRENTE À CRISE CONTEMPORÂNEA E A LUTA
CONTRA A DESIGUALDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS
Yolanda Guerra
- 81 CAPÍTULO 3
POLÍTICAS SOCIALES Y TRABAJO SOCIAL: APROXIMACIONES A
UN ESTUDIO COMPARADO ENTRE COSTA RICA Y URUGUAY
*Adela Claramunt Abbate, Sandra Leopold Costábile
y Rita Meoño Molina*

CAPÍTULO 4

- 99 TRANSFORMACIONES PRODUCTIVAS, PRECARIZACIÓN DE LA VIDA Y CONSERVADURISMO: IMPLICANCIAS EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL

Manuel Mallardi, Carolina Mamblona y Marcela Moleda

CAPÍTULO 5

- 123 TRABAJO SOCIAL EN ESPAÑA EN EL SIGLO XXI EN EL CONTEXTO DE CRISIS DEL CAPITAL: DESAFÍOS Y DILEMAS

Miguel Àngel Oliver Perelló, Rosana Silveira-Matos y Joana Maria Mestre

CAPÍTULO 6

- 145 SERVIÇO SOCIAL ESPANHOL: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS A UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PÓS BOLONHA

Rodrigo Teixeira, Fernanda Caro Blanco e Virgínia Alves Carrara

CAPÍTULO 7

- 171 IMPACTOS DO PROCESSO DE BOLONHA E DA AUSTERIDADE NOS ESTÁGIOS E NA SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL.

Dulce Simões e Alcina Martins

- 195 SOBRE AS ORGANIZADORAS

PREFÁCIO

As ricas reflexões acerca da luta pela consolidação acadêmica da área de Serviço Social — seja na Europa Ibérica, numa avaliação crítica de um cenário educacional universitário pós-Bolonha, seja na América Latina, entretomada por um avanço conservador na política e nas relações sociais, que acentua desigualdades —, com as quais me deparo neste livro, cujos capítulos apresentam resultados de trabalhos coordenados pela Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social, vêm a coroar o cumprimento dos objetivos da referida Rede, quais sejam: promover a aproximação entre as/os pesquisadoras/es visando o intercâmbio, o estabelecimento de convênios e a realização de atividades acadêmico-científicas coletivas; fomentar a pesquisa sobre fundamentos, trabalho e formação profissional nos seus diversos aspectos; consolidar a área de Serviço Social como área de produção de conhecimento; dar visibilidade e divulgar o conhecimento produzido, resultante do intercâmbio entre as/os participantes; estimular a consolidação de redes nacionais e regionais de pesquisa sobre trabalho e formação profissional em Serviço Social, fortalecendo as articulações ibero-americanas; e construir coletivamente uma agenda de encontros e um rol de temas de pesquisas.

Para o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto, a edição deste livro é mais um importante passo rumo à implantação definitiva de seu projeto de internacionalização. Sem fronteiras entre nacionalidades, sem fronteiras linguísticas, esta edição bilíngue, em português e espanhol, diz que a investigação acadêmica na área de Serviço Social, coletiva e em rede, põe a formação profissional em Serviço Social numa relação de imbricação com a consolidação dessa área como área do conhecimento autônoma e conceitualmente sustentada.

O conjunto de reflexões que compõe este livro é abrangente e pertinente, pois atinge temas relativos à formação acadêmica e à atuação profissional da área, como nos capítulos: *Las Ciencias Sociales en la en-*

crucijada de la reorganización conservadora y el levantamiento popular en Latinoamérica, de Luis Vivero Arriagada; *O Serviço Social frente à crise contemporânea e a luta contra a desigualdade: contribuições teórico-práticas*, de Yolanda Guerra; *Políticas Sociales y Trabajo Social: aproximaciones a un estudio comparado entre Costa Rica y Uruguay*, de Adela Claramunt Abbate, Sandra Leopold Costáble e Rita Meoño Molina; *Transformaciones productivas, precarización de la vida y conservadurismo: implicancias en la formación profesional*, de Manuel Mallardi, Carolina Mamblona e Marcela Moleda; *Trabajo Social en España en el Siglo XXI en el contexto de crisis del capital: desafíos y dilemas*, de Miguel Ángel Oliver Perelló, Rosana Matos Silveira, Joana Maria Mestre; *Aproximações a uma análise crítica da formação em Serviço Social na Espanha pós Bolonha*, de Rodrigo Teixeira, Fernanda Caro Blanco e Virgínia Alves Carrara; e *Impactos do processo de Bolonha e da austeridade nos estágios e na supervisão na formação em Serviço Social em Portugal*, de Dulce Simões e Alcina Martins.

Diante do ressurgimento de governos conservadores na América Latina, que traz consigo a precarização das relações de trabalho e o crescimento das desigualdades, as vozes acadêmicas da área de Serviço Social se tornam necessárias e urgentes, não só para consolidação da área, mas para fazer frente, com a sustentação de políticas sociais que visem garantir dignidade a cidadãos cada vez mais desamparados oficialmente pelos estados, muito embora o empregador, por excelência, dos profissionais de Serviço Social, seja o poder público. É exatamente por este motivo que a consolidação da área se faz urgente, uma vez que, diante de forças tão obtusas dos e nos poderes constituídos, somente profissionais com sólida formação acadêmica, conceitual e política poderão oferecer diretrizes para que esses poderes, apesar das adversidades, permitam que órgãos de acolhimento e atenção possam garantir dignidade a cidadãos descobertos da proteção oficial.

Esta obra representa, para a comunidade acadêmica ibero-americana e a sociedade em geral, um ganho em referências conceituais sobre temas das ciências sociais aplicadas, especialmente os atinentes à formação e à atuação do profissional em Serviço Social, além de constituir marco na

reflexão conceitual com vistas à consolidação desta área como área do conhecimento.

Parabenizo às coordenadoras da Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social pela organização deste livro e à Universidade Federal de Ouro Preto, que o edita e publica. Ganha o empreendimento investigatório, um dos pilares da Universidade, que faz a ciência progredir e, assim, com seus resultados, tais como os apresentados neste livro, contribui para a melhoria das condições de vida da sociedade.

Donadon-Leal, José Benedito

APRESENTAÇÃO

“O correr da vida embrulha tudo,
a vida é assim: esquenta e esfria,
aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem (...)”

João Guimarães Rosa

Tem sido observado, nos diversos fóruns da categoria, o quão limitada é a produção de conhecimento em nível nacional e internacional que permite captar, na contextualidade contemporânea, o permanente movimento da profissão, respondendo às contradições expressas nos interesses antagônicos das classes sociais que a constituem. Essa lacuna na produção vem mobilizando pesquisadoras/es da Rede Ibero-Americana de Investigação em Serviço Social, a qual reúne docentes e estudantes investigadores(as) de 10 países da América Latina e Ibérica, que têm o Serviço Social, nas suas diversas dimensões (teórico-metodológica, ético-política, formativa, investigativa, técnico-operativa e político-representativa), como seu objeto de pesquisa. Fundada em 2016, como resultado do Simpósio *Trabalho e Formação em Serviço Social: avanços e tensões no contexto de Ibero América*¹, realizado no 8º Congreso Internacional do Consejo Europeo de Investigadores Sociales de América Latina (Ceisal), na Universidade de Salamanca, Espanha, a Rede vem se constituindo em

¹ O Simpósio foi resultado de um trabalho conjunto e articulado de suas coordenadoras desde dezembro de 2013, por meio da participação em projeto de investigação vinculado ao Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese – Porto) e ao Instituto Superior Miguel Torga (ISMT/Coimbra), ambos em Portugal; de comunicações apresentadas no Congreso de las Escuelas de Trabajo Social, realizado em Murcia, Espanha, em abril de 2014, no XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), organizado pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (Abepss – Natal, Brasil) em dezembro 2014, e na Conferência Ibérica de Sociologia do Ensino Superior, realizada pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS) e pela Asociación de Sociología de la Educación (Espanha) em Lisboa, Portugal, em julho de 2015.

fértil terreno para aprofundamento sistemático da cooperação internacional em Serviço Social.

O livro que ora apresentamos evidencia as potencialidades na construção de relações internacionais entre investigações, que abrangem diversos continentes além-mar, sobre fundamentos, formação e trabalho profissional em Serviço Social.

As tendências identificadas nos artigos indicam aproximações e particularidades no que se refere à crise estrutural do capital e às respostas construídas frente a ela — a reestruturação produtiva com repercussões nos processos de trabalho; os impactos da reestruturação produtiva nos espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais e nas requisições institucionais; as mudanças operadas pelo Estado como um dos mediadores da formação e do trabalho, com destaque à contrarreforma de Bolonha. Essa conjuntura afeta o Serviço Social em todos os países, como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, dada sua condição de assalariamento (IAMAMOTO, 1986), marcada pela precarização, desregulamentação e desespecialização profissional.

A pesquisa histórico-crítica sobre o Serviço Social, no âmbito de seus fundamentos, do trabalho e da formação profissional, realizada pelos integrantes da Rede, vem impondo a necessária adoção de uma perspectiva de análise das relações sociais do mundo burguês, das formas de sociabilidade, das diversas ideologias que disputam mentes e corações na contemporaneidade, a partir da contextualidade histórica imposta pela crise do capital e de um período de decadência ideológica da burguesia que a leva a produzir respostas profundamente conservadoras. O neoliberalismo é, dentre elas, aquela que mais se alinha às necessidades objetivas e subjetivas dessa quadra histórica. Do ponto de vista da economia, ele se expressa na racionalização e desregulamentação do trabalho, na privatização de empresas, dos serviços públicos e de todos os setores da vida (saúde, previdência, saneamento básico, recursos naturais como água, petróleo, minério, gás, etc), sob orientação do consenso de Washington. Do ponto de vista ideológico, o neoliberalismo é a ideologia do capital em crise que aposta na desmoralização do Estado,

na desregulamentação e supressão dos direitos conquistados e de tudo o que é público. Nessa lógica, é preciso repassar para os indivíduos e famílias as responsabilidades que são do Estado. Justifica-se, assim, os cortes nos gastos públicos, a supressão de espaços de decisão democráticos, a execução de políticas de extermínio e criminalização dos pobres, a fragilização e fragmentação dos sujeitos coletivos e suas lutas.

Nesta abordagem, a história como processo de continuidades e descontinuidades, avanços e retrocessos nos fornece lições: se é fundamental o resgate do passado, ele só faz sentido se nos ajudar a interpretar o presente, e este, se nos apontar pistas para o futuro.

Por isso, como se poderá atestar, os textos visam indicar não apenas os limites e desafios, mas as linhas de força da profissão nos diversos contextos geopolíticos que lhe permitem estabelecer estratégias coletivas de luta e resistência.

No artigo, “Las ciencias sociales en la encrucijada de la reorganización conservadora y el levantamiento popular en latinoamerica”, de Luis Vivero Arriagada, o autor apresenta os desafios epistemológicos e políticos das ciências sociais frente ao que considera como a encruzilhada atual, qual seja: a rearticulação e o avanço dos regimes conservadores versus o acúmulo de forças contra os ajustes econômicos e as medidas políticas que têm sido impostas pelos regimes neoliberais por toda América Latina. Reinvidica que a profissão na América Latina possa construir um novo sentido comum que permita assentar “as bases desta necessária reforma cultural e moral”.

Em “O Serviço Social frente à crise contemporânea e a luta contra a desigualdade: contribuições teórico-práticas”, Yolanda Guerra, partindo dos fundamentos ontológicos da sociedade burguesa que explicam a desigualdade social, problematiza as análises impressionistas que a tomam como resultado de postura individual ou como algo natural e essencial ao livre desenvolvimento dos indivíduos que são deixados a sua própria sorte por parte do Estado neoliberal. Expõe a lógica individualista, moralizante, meritocrática e punitiva das políticas sociais de cunho neoliberal, indicando os impactos no padrão de respostas da profissão,

identificando-as como respostas instrumentais geradas por requisições profundamente conservadoras. Ao desvelar a natureza da desigualdade oriunda do modo de produção capitalista e problematizar seus fundamentos, considera ser esta uma grande contribuição teórico-prática que o Serviço Social brasileiro pode aportar ao avanço do conhecimento crítico da área e na definição de estratégias de lutas e resistências.

O capítulo “Políticas Sociales y Trabajo Social: aproximaciones a un estudio comparado entre Costa Rica y Uruguay”, de Adela Claramunt Abbate, Sandra Leopold Costáble e Rita Meoño Molina, aborda as atuais orientações sociais, econômicas e políticas regressivas nas políticas sociais, e sua relação com as demandas e tensões que são colocadas para a profissão de Serviço Social em ambos países, identificando similitudes e particularidades que se expressam nas novas configurações dos espaços de trabalho de assistentes sociais historicamente vinculados às políticas sociais, com repercussões na formação profissional em nível de graduação e de pós-graduação.

No artigo “Transformaciones productivas, precarización de la vida y conservadurismo: Implicancias en la formación profesional”, Manuel Mallardi, Carolina Mamblona y Marcela Moleda trazem reflexões sobre a formação profissional na Argentina, analisando as transformações do ensino superior sob a lógica formal-abstrata, com ênfase na razão instrumental, no contexto de precarização da reprodução social, com impactos tanto na formação quanto no exercício profissional.

As reflexões apresentadas em “Trabajo Social en España en el siglo XXI en el contexto de crisis del capital: desafíos y dilemas”, de Miquel Angel Oliver, Rosana Matos e Joana Maria Mestre, centram-se no exercício profissional das assistentes sociais de Mallorca, em sua articulação com a formação profissional, nos marcos de uma investigação mais ampla que se encontra em desenvolvimento em outros territórios da Espanha e do Brasil. Em tempos de crise do capital, com a intensificação da precarização do trabalho e da desigualdade social, com incidência regressiva sobre as políticas sociais universalizantes, os autores questionam o impacto desta realidade no trabalho profissional de assistentes so-

ciais junto aos Serviços Sociais Comunitários - Atenção Primária, identificando dilemas (atualizados ao longo da história do Serviço Social na Espanha), respostas construídas e tendências profissionais nesse cenário regressivo, configurado pelas políticas sociais neoliberais.

Os autores Rodrigo Teixeira, Fernanda Caro Blanco e Virginia Alves Carrara, em “Aproximações a uma análise crítica da formação em Serviço Social na Espanha pós-Bolonha”, analisam, sob uma perspectiva crítica, o impacto da criação da Área Europeia de Educação Superior (EHEA), o chamado Plano de Bolonha, na configuração dos estudos de graduação em Serviço Social na Espanha. Apresentam uma discussão da gênese e do desenvolvimento do Serviço Social no país e os limites que a profissionalização encontrou em seu processo de reconhecimento acadêmico-científico. Reconhecem a importância fundamental do Plano Bolonha para a profissão, mas levantam as contradições desse processo, através do que Bolonha representa para a formação em Serviço Social, já que, muito embora o ingresso do Serviço Social na EHEA tenha dado ao Serviço Social a oportunidade de acessar o mais alto nível formativo — o doutoramento na área e, assim, o acesso ao campo de pesquisa —, tal espaço não foge às tentativas do capital de homogeneizar pensamentos e subjetividades, bem como o desenho de currículos sob a lógica da razão-instrumental.

As autoras Dulce Simões e Alcina Martins, no artigo “Impactos do Processo de Bolonha e da austeridade nos estágios e na supervisão na formação em Serviço Social, em Portugal”, analisam duas dimensões do impacto do neoliberalismo na formação em Serviço Social em Portugal. Por um lado, as repercussões da reforma imposta pelo processo de Bolonha no ensino superior, ao nível dos atuais planos de estudo de licenciatura de Serviço Social, nomeadamente, na componente de estágio e supervisão. Por outro lado, os impactos da crise e da austeridade nas instituições que acolhem os estudantes e nas instituições de ensino superior, no que concerne às condições de trabalho tanto dos assistentes sociais, orientadores de estágio, quanto dos docentes supervisores de Serviço Social, alterando significativamente as condições gerais de

aprendizagem em estágio e supervisão. Registram, ainda, alterações na condição social dos estudantes e estagiários. Segundo as autoras, a vigência da reforma por mais de uma década tem acentuado a redução da duração dos cursos, o aligeiramento e as disparidades existentes na formação dos estágios e supervisões nas instituições de ensino superior, colocando a necessidade de ser equacionada uma política nacional de estágios.

É importante destacar que, além de por à luz os fundamentos explicativos de processos sociais que se constituem no solo histórico no qual a profissão se movimenta e de trazer temas candentes e necessários à reflexão crítica sobre a profissão, este livro constitui uma profícua realização na direção de transcender barreiras geográficas, linguísticas, culturais, que historicamente vem limitando e, muitas vezes, tem impedido a articulação do Serviço Social brasileiro com o dos demais países da América Latina e da Espanha. De outro lado, reforça a também histórica e fecunda relação construída com o Serviço Social português em prol do avanço e fortalecimento da tão desejada unidade na profissão.

Nunca é demais reconhecer que a pesquisa e produção de conhecimento crítico e socialmente relevante é uma das estratégias de resistência ao obscurantismo, ao irracionalismo, ao pensamento ultraconservador que tem se afirmado em todos os países como expressão contemporânea de processos de barbarização da vida.

Nas trilhas da resistência, o Serviço Social crítico tece seus fios na construção da perspectiva internacionalista. A Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social tem mantido seus compromissos acadêmico-científico e ético-político nessa direção.

(...) porque a vida é mutirão de todos,
por todos remexida e temperada.
O mais importante e bonito, do mundo, é isto:
que as pessoas não estão sempre iguais,
ainda não foram terminadas,
mas que elas vão sempre mudando.
Afinam ou desafinam. Verdade maior.
Viver é muito perigoso (...).

João Guimarães Rosa

Brasil, Portugal, Espanha, novembro de 2019.
Yolanda Guerra, Virginia Alves Carrara,
Alcina Martins e Fernanda Caro Blanco.

CAPÍTULO 1

LAS CIENCIAS SOCIALES EN LA ENCRUCIJADA DE LA REORGANIZACIÓN CONSERVADORA Y EL LEVANTAMIENTO POPULAR EN LATINOAMERICA

Luis Vivero Arriagada²

“Sigan ustedes sabiendo que, mucho más temprano que tarde, de nuevo abrirán las grandes alamedas por donde pase el hombre libre para construir una sociedad mejor” (último discurso de Salvador Allende, 11 de septiembre 1973).

1.1 Introducción

Este trabajo se desprende de la ponencia titulada “reorientación epistémica y política el trabajo social frente a los neofascismos latinoamericanos”, la cual fue presentada en el *Simposio Formação, Trabalho e Produção de Conhecimento: as investigações da rede iberoamericana de investigação em serviço social*. Lo anterior en el marco del III Congreso Internacional de Trabajo Social, realizado en Temuco, Chile, entre el 8 y 10 de octubre de 2019.

Este manuscrito no tiene más que la pretensión de aportar en el análisis y debate en torno a desafíos epistemológicos y políticos de las ciencias sociales frente a la encrucijada actual: la rearticulación y avance de los regímenes y relatos neofascistas y conservadores versus los levanta-

² Trabajador Social, Doctor en Procesos Sociales y Políticos en América Latina. Académico e investigador Departamento de Trabajo Social, Universidad Católica de Temuco, Chile. Correo: luisvive@gmail.com

mientos sociales contra las medidas económicas y políticas que han sido impuestas por los regímenes neoliberales en América Latina. Desde la disciplina el trabajo social en particular, se genera conocimientos sobre la base de un exhaustivo análisis de las condiciones que se materializan en la realidad histórica concreta. La pregunta que planteamos es: ¿qué hacer con esos conocimientos, o cómo se despliegan en los procesos de formación, investigación e intervención social?

En términos epistemológicos y políticos, este nuevo escenario latinoamericano permeabiliza nuestros propios campos de actuación, y desafía el propio ethos disciplinario. Entendemos que la realidad histórica es el lugar desde el cual se materializan los procesos de formación y acercamiento a los ámbitos de la intervención profesional, toda vez que esta disciplina tiene su génesis e institucionalización como tal, en el contexto de la división social y técnica del trabajo. Es decir, la propia lógica del orden burgués, materializado en el capitalismo monopolista (NETTO, 1992), determina y tensiona el propio ethos disciplinario, y sin duda todo el amplio campo de las ciencias sociales.

El análisis que se desprende de esta realidad histórica, representado en los diferentes espacios de actuación, nos obliga a problematizar y confrontar el actual escenario. Por un lado, vemos que las concepciones conservadoras y neoconservadoras se han expresado en nuevos gobiernos nuevos gobiernos en Latino América, y por otro, emerge con fuerza un despertar de la sociedad civil en contra de las políticas neoliberales que han sido hegemónicas en las últimas tres décadas. Este nuevo contexto, en lo que se refiere a la producción científica, en el campo de las ciencias sociales, podría significar unos reposicionamientos de aquellas corrientes conservadoras pragmáticas, técnico-operativas, o incluso, en un nivel más moderado, proyectos reformistas conservadores, neoconservadores e instrumentales, tributarios de los intereses de las clases dominantes. Ello, determinado por los discursos y la articulación de una estructura ideológica, que obligarían a retomar aquellas perspectivas de corte funcionalistas. Pero por otro, una tensión, en ámbito de las relaciones sociales, de producción y circulación de conocimientos en estos

países en que el conservadurismo y las lógicas antidemocráticas se está imponiendo, al ver cómo en otros países del continente, se está justamente levantando un movimiento anti-neoliberal y progresista.

En términos de estructura, este artículo estará organizado desde la siguiente forma: Iniciaremos dando algunos antecedentes históricos, respecto de la instalación del neoliberalismo en Chile, y luego su implementación en el resto del continente latinoamericano y caribeño. A continuación, nos situaremos en el contexto actual, el que presenta una profunda contradicción, dada por el avance de gobiernos ultraconservadores, que, de fondo, implica una profundización del neoliberalismo como también de restricción de la democracia, y en la otra vereda, por la ocurrencia de protestas sociales en contra del modelo ultraliberal, que ha sido hegemónico por tres décadas. Esta parte estará dividida en sub-capítulos, que nos permitan ver por separado lo que ocurre en cada uno de estos dos macro-contextos, y, por cierto, lo que ello implica tanto para las ciencias sociales como para el trabajo social en particular. Por último, cerramos esta reflexión situándonos en el campo disciplinario, que nos permita dimensionar las condiciones para un proceso de cambios epistemológico y políticos. En este sentido, a pesar de la distancia histórica, y de condiciones materiales y subjetivas diferentes a lo que fue el proceso de reconceptualización, consideramos que hay elementos que nos permitirían sostener que la disciplina se encuentra en un punto de inflexión, que bien podría traducirse en una resignificación, reorientación o neo-reconceptualización del trabajo social.

1.2 La configuración de la sociedad neoliberal

El neoliberalismo que hoy domina gran parte de la economía mundial — y las relaciones sociales —, hay que entenderlo como el resultado de la transformación que ha ido experimentando el capital, lo que, a mediados del siglo XIX, fue magistralmente advertido por Marx y Engels. En el contexto de las sociedades latinoamericanas, desde fines del siglo

XIX e inicios del XX, las elites concentran sus esfuerzos para integrarse al nuevo orden económico mundial. Este, comenzaba a ser dominado por el capitalismo mercantil productivo, el cual tuvo un importante impulso con la Revolución Industrial, y sin duda, con el saqueo de los recursos, las grandes riquezas encontradas en el territorio latinoamericano, como bien lo describe Galeano (2003), en su maravillosa obra “Las venas abiertas de América Latina”.

Sin duda, el capitalismo analizado y descrito por Marx tiene sus diferencias históricas, políticas y culturales con el desarrollo del capitalismo en América Latina, desde la llegada de los europeos y todo el posterior proceso de colonialidad y dependencia histórico-estructural que se genera con los países del viejo mundo primero, y luego con la hegemonía imperialista de Estados Unidos de Norte América (BORON, 2000, 2002, 2003, HARVEY, 2006). Los avances y la consolidación del capitalismo en el continente sudamericano, a lo largo de su historia, se caracteriza por las recurrentes transgresiones de la institucionalidad política y el control económico en los países del llamado “tercer mundo”, que no es sino la más genuina contradicción al espíritu que las democracias burguesas proclaman como su máxima: la libertad (BORON, 2003; HARVEY, 2006, HINKELAMMERT, 2001).

Esta transformación del capital, que hoy conocemos como neoliberalismo, en palabras de Brown, más que un modelo económico, “es un distintivo de razón, de producción de sujetos” (BROWN, 2015, p. 19). Su implementación y consolidación, particularmente en el caso de Chile, solo fue posible en virtud de las condiciones que fueron creadas para que este país se transformara en un laboratorio, que permitiera experimentar las tesis de los economistas formados en la Escuela de Chicago. Brown sostiene que sus diferencias en cada país de la región varía según sus culturas, tradiciones políticas y convergencia con los discursos de desarrollo. Esos factores efectivamente condicionan su implementación y consolidación, pero, en el caso de Chile, su “éxito” está dado fundamentalmente por las condiciones que se crearon en el periodo de la dictadura cívico y militar encabezada por Augusto Pinochet. Es decir,

solo fue posible porque existía una dictadura, con un poder total, que no permitió ningún tipo de resistencia al modelo. Incluso, los mayores costos de los errores en su proceso de implementación golpearon con mucha más fuerza a la clase trabajadora.

También se plantea que la imposición de este modelo se da en un contexto de crisis política que, en muchos países, termina con golpes de Estado (GÓMEZ LEYTON, 2004, LEVITSKY Y ZIBLATT, 2019). Al respecto, autores como Boron (2000, 2002, 2003), Faletto (2003), Gómez Leyton (2004) e Hinkelammert (2001) sostienen que la crisis del capitalismo, que se agudiza a fines de la década del sesenta del siglo pasado, es, en gran medida, una de las principales causas de los quiebres de la institucionalidad en las democracias burguesas latinoamericanas o, al menos, presenta un importante grado de incidencia. Por cierto que esas crisis se han presentado cíclicamente en lo que ha sido el desarrollo histórico del capitalismo en América Latina, y, sin duda, han repercutido en la estabilidad o rearticulación de la hegemonía de las elites de la burguesía criolla, de manera particular en lo que fue la segunda mitad del siglo XX.

Luego de la rearticulación de la hegemonía de la clase dominante y el control del capital financiero, en los años ochenta del siglo pasado, desde el campo de las ciencias sociales, especialmente en ciencia política y sociología, se comienza a hablar de un cambio de época (GARRETÓN, 2000, CAVAROZZI, 2004, MOULIAN, 2002). Dicha tesis estaba fundamentada por el agotamiento de la matriz sociopolítica clásica, o estatal-nacional-popular, como la denomina Garretón (2000, 2004). La crisis del modo de producción capitalista de fines de la década del cincuenta del siglo XX no puede pensarse solo en las frágiles condiciones para sostener el modelo Industrializador Sustitutivo de Importaciones (ISI), sino en las relaciones de producción sustentadas en las lógicas del capital transnacional, dominado por los países industriales.

Durante la década del ochenta, la economía latinoamericana enfrenta un cambio significativo, pero, particularmente en el caso chileno, a juicio de algunos autores como Garretón (2000, 2004), Moulian (2002)

e Larraín (2005), resulta ser un verdadero cambio de época, notorio y extremo, que definitivamente deja atrás el capitalismo industrial productivo, cuyo centro neurálgico era la fábrica, para dar paso a un capitalismo mercantil y financiero-especulativo. Ello significó que la sociedad industrial o semi-industrial, que sustentaba el débil proyecto de un Estado benefactor, pasa a constituirse en una sociedad de servicios y, más concretamente, una sociedad de consumo, donde el crédito aparece como un factor determinante en la nueva forma de vida de las clases populares (MOULIAN, 2002).

Pero para llegar a este reordenamiento de la estructura político-económica, la salida de esta crisis del capital fue por medio de la arremetida ultraconservadora de las clases dominantes, que recurrieron a la fuerza para defender sus intereses y privilegios, que se veían amenazadas no solo por un modelo de carácter redistributivo, sino por la creciente profundización de la democracia, por estar sobrepasando los límites definidos por las elites (GÓMEZ, 2014). Ello deriva en los golpes de estado que se producen en gran parte del continente, y, en el caso particular de Chile, en 1973, deriva en la imposición del neoliberalismo como modo de vida de la sociedad pos-dictadura.

Como se señalaba más arriba, la dictadura chilena genera todas las condiciones para formar la base estructural del modelo neoliberal. La instalación, consolidación y profundización de este modelo no hubiera sido posible sino porque existía un gobierno de facto, con el control absoluto. Y avanzada más de una década de la implementación en Chile, se comienza a “exportar” el modelo al resto de los países de Latinoamérica, claro, que en tiempos en que los países que habían tenido regímenes dictatoriales ya habían iniciado un periodo de restauración democrática. Chile se transforma en el modelo del modelo. Pero no fue sino por las exigencias del Banco Mundial y del Fondo Monetario Internacional (FMI) que se concretó la implementación del neoliberalismo en todos los países del continente sudamericano. Fue con las llamadas reformas estructurales, definidas en el mal llamado Consenso de Washington del año 1989, que el continente se vió completamente dominado por esa

ideología totalitaria (BORÓN, 2000, 2003, 2006; GARRETÓN, 2000, 2004; MOULIAN, 2002).

Hasta aquí, lo que podríamos describir, en términos muy generales, son algunos procesos que nos permiten entender cómo Latinoamérica llegó a ser dominada por las lógicas impuestas por el capital financiero, sostenidas desde el fundamentalismo del neoliberalismo. Pero, paradójicamente, el país modelo del modelo también podría transformarse en un modelo que puede llegar a derribar el neoliberalismo. En Chile se inicia y termina el neoliberalismo. O, al menos, eso esperamos.

1.3 La dialéctica inesperada: el rugir del pueblo y el conservadurismo neofascista

Desde la constitución de los estados modernos burgueses, uno de los dilemas que ha permanecido siempre en el debate, particularmente en el desarrollo político de las sociedades latinoamericanas, tiene que ver con el dilema entre los regímenes democráticos y los modelos autoritarios. Esa tensión a veces no está tan presente en el debate, pues, la agenda política y la intelectualidad suelen poner atención en otros hechos más coyunturales, de interés electoral o, mayormente, impuestos por la agenda económica. Sin embargo, en cualquier momento esta tensión reaparece, y generalmente viene dada por la emergencia de ciertos liderazgos autoritarios, con discursos que validan o reivindican regímenes dictatoriales, u otras veces vienen acompañados de fuertes crisis políticas. Pero también aparecen en los espacios colectivos una siempre latente conflictividad, que viene determinada por las condiciones de injusticia y desigualdad.

En las últimas décadas del siglo XX y principios del XXI, con la instalación y consolidación de las democracias en las sociedades neoliberales, se generaba la falsa ilusión que el autoritarismo había dejado de ser una amenaza para la democracia en América Latina, y a la vez,

un triunfalismo de hegemonía absoluta del dogma ultraliberal. Sin embargo, ambos escenarios hoy parecen estar en una condición de absoluta incerteza. Por un lado, lo primero está dado por la configuración de regímenes democráticos de baja intensidad (O' DONNELL, 1997), que siempre genera riesgos para la emergencia de liderazgos autoritarios de corte conservador o neofascistas. Pero, por otro lado, las profundas desigualdades e inequidades generadas por las lógicas ultraliberales, la privatización de los servicios básicos, como la salud, la educación, el agua, han llevado a una nueva ola de protestas sociales, que exigen un cambio de modelo.

Esta tensión, nos parece que no nos puede dejar indiferentes, especialmente en el campo del trabajo social, tanto en lo que es la producción y generación de conocimientos, como en la intervención en los diferentes contextos sociales (VIVERO y ALZUETA, 2022; VIVERO y GUARDA, 2022). Y con concordancia con la XI Tesis de Marx, sobre Feuerbach, el trabajo social no puede estar solo para actuar instrumentalmente o para describir la realidad, sino que su compromiso ético y político está orientado a su transformación.

1.3.1 El avance de regímenes ultraconservadores en América latina y el Caribe

A principios del siglo XXI, Martha Harneker (2014), con bastante optimismo, describía cómo en la última década — principalmente desde inicios del 2000 — los sectores progresistas y de distintas vertientes de la izquierda latinoamericana habían ganado cada vez más gobiernos en el continente sudamericano y caribeño. En aquel análisis, la autora hacía una distinción entre aquellos gobiernos de derecha o conservadores cuyos proyectos se limitaban a refundar el neoliberalismo, o a darle un “rostro humano”. Por otro lado, distinguía aquellos gobiernos de izquierda o de centro izquierda los cuales abogaban en la búsqueda de soluciones o alternativas al régimen imperante (HARNECKER, 2014).

Asimismo, la autora ya tenía claridad acerca de como Estados Unidos hacía importantes esfuerzos por mantener el control y hegemonía en la región. Al respecto, señalaba que, “al analizar la correlación de fuerzas en el subcontinente, los esfuerzos que está haciendo el pentágono por mantener un control militar en la región, tratando de revertir el proceso que se está viviendo en ella (HARNECKER, 2014, p.61). Pero Martha Harneker no dimensionó la rapidez en que el imperio y sus aliados lograrían recuperar la hegemonía en Latinoamérica. Argentina, el 10 de diciembre de 2015, elige como presidente a Mauricio Macri. El 28 de julio de 2016, Perú elige como presidente de la República a Pedro Pablo Kuczynski Godard, un académico, economista neoliberal, empresario y banquero, que ocupó el cargo hasta su renuncia en marzo del año 2018, por verse involucrado en hechos de corrupción con la empresa brasileña Odebrecht — desde el año 2018 a la fecha, ocupa dicho cargo el Ingeniero Civil Martín Alberto Vizcarra Cornejo. Por su parte, Colombia, también en el año 2018, elige como presidente de la República al abogado Iván Duque Escobar (que se le reconoce como sucesor del ultraderechista Álvaro Uribe Vélez). El mismo año 2018, Chile elige por segunda vez al empresario Sebastián Piñera Echeñique como presidente de la República. Para coronar el giro a la derecha neoliberal, en Brasil, en la segunda vuelta de las elecciones presidenciales, el 28 de octubre de 2018, resulta electo el ultraderechista Jair Bolsonaro, del Partido Social Liberal”.

En esta arremetida ultraconservadora, en el caso de Chile, no es Sebastián Piñera la mayor preocupación, o el discurso más radical en términos de retroceso conservador, o peor aún, con claros tintes antidemocráticos y neofascistas. En los últimos cinco años, especialmente lo que fue la campaña electoral del año 2017, ha entrado fuertemente en la escena política-comunicacional José Antonio Kast Rist, un ex militante del partido Unión Demócrata Independiente (heredero del pinochetismo). La penetración que ha tenido Kast en los sectores populares y campesinos se hizo evidente en la elección presidencial, donde alcanzó

” Quien será derrotado por el candidato del Partido de los Trabajadores Luiz Inácio Lula da Silva, en el balotaje del realizado el 30 de octubre de 2022, con el 50,84% de los votos, dando un importante giro al panorama geopolítico, sumándose a los triunfos de las izquierdas latinoamericanas, con Gustavo Petro en Colombia, y Gabriel Boric Font en Chile

un 7,93% de la votación. En la Región de la Araucanía, la que tiene el mayor índice de pobreza, obtiene un 12,67%, en Bio Bio, 11,17%, y en las regiones de Los Ríos y Los Lagos, un 10,35% y 10,13%, respectivamente. En las comunas más ricas del país, obtiene: en Vitacura, 7,01%, en Las Condes, 8,49%, en Providencia, 6,43%, y en Viña del Mar, 9,64%; mientras que en las más pobres: en Chol Chol, 10,60%, en Nueva Imperial, 11,67%, en Cañete, 10,89%, y en Perquenco, 9,11% (TVN, 2017). Cabe señalar que, en cuanto a las 10 comunas con mayor pobreza del país, 7 de estas se encuentran en la región de la Araucanía, y 3 en la Región del Bio Bio (CASEN, 2018). Es decir, pareciera que, en los sectores de mayor vulneración y explotación, los sectores ultraconservadores están entrando con mayor fuerza. ¿Cómo se explica esto? Como nos dice Freire (2002, 2004), fundamentalmente, por la desigual distribución del capital social y cultural, que los torna más vulnerables y obedientes al opresor.

Nos llama la atención, y nos preocupa de sobremanera, que este escenario no solo se traduce en una maximización de las riquezas de los sectores dominantes, por las políticas económicas que se implementan, sino como, además, se va fortaleciendo una matriz ideológica, que contribuye significativamente a producir las condiciones para mantener las grandes diferencias de derechos y accesos entre las clases sociales.

Nos interesa mostrar, apenas, algunos hechos que se desarrollaron entre los años 2018 y 2019, y que los medios de comunicación los han graficado, y que dan cuenta con mayor claridad de ese giro ultraconservador. Eso permite ir dimensionando la gravedad no solo de los discursos, sino de como ellos se van materializando en un fortalecimiento de una estructura ideológica, que se expresa luego en el plano institucional y en el sentido común. Aquí algunos hechos que se dan a conocer en algunos medios de comunicación:

- En apoyo al presidente argentino, Antonio Kast declaró que “seguiría el ejemplo de Macri y bajaría a la mitad los ministerios (...)” y le deseó “suerte a Macri con su medida que busca eliminar los ministerios del Trabajo, Salud y Cultura, entre otros” (EL DESCONCIERTO, 2018).

- En el mes de mayo de 2019, el Consejo Nacional de Educación de Chile decidió que la asignatura de Historia quedaría como un curso de carácter opcional, lo cual afectaría a todos los establecimientos educacionales del país. Esta medida comenzaría a regir a partir del año 2020 (RESUMEN, 2019).
- En Brasil, el presidente Jair Bolsonaro defendió el trabajo infantil, señalando que “el trabajo dignifica a los hombres y las mujeres, poco importa su edad” (BIO BIO, CHILE, 2019).
- Macri se comparó con Bolsonaro en su primer encuentro. El mandatario argentino afirmó en ese momento que “tenemos muchas coincidencias con Bolsonaro. Vamos a impulsar nuestras economías, a mejorar al Mercosur y a abrirnos al mundo. Y estamos de acuerdo respecto a la crisis de Venezuela. No hay dudas respecto a que Maduro es un dictador” (EL DESCONCIERTO, 2019).
- En la misma línea, según lo revelado por un medio electrónico, hizo referencia a la propaganda electoral macrista, la cual tendría una perspectiva racista, por cuanto, “asegura que los blancos y ricos sostienen la economía de los pobres y negros”. Indica el medio que, “la propaganda del gobierno de Mauricio Macri deja en evidencia un claro racismo y clasismo, al colocar a los ricos y rubios como sostenedores de la economía. Incluso existe una discriminación de género ya que sólo 2 de las 7 personas que sostienen a los pobres son mujeres (EL DESCONCIERTO, 2019).
- El Desconcierto de junio de 2019 toma una cita al presidente de Brasil respecto de sus conocimientos en materia económica: “Yo dije que no entendía de economía”, para sustentar su afirmación, Bolsonaro afirma estar plenamente confiado en su ministro de Economía: “Yo confío 100 por ciento en la economía de Paulo Guedes. Esto, ante la desaceleración económica en Brasil (EL DESCONCIERTO, 2019).
- Siguiendo en el contexto brasileño, algunos medios informativos hicieron mención de que las mujeres indígenas se habrían unido en contra el presidente Bolsonaro. Al respecto se publica lo siguiente: “Los pueblos indígenas se sienten amenazados desde que Jair Bolsonaro tomó el

poder, ya que las invasiones de territorios se han disparado y el gobierno amenaza con políticas agresivas. Gran parte de los líderes en la lucha contra las políticas de Bolsonaro son mujeres. En este artículo transmiten su indignación ante el peligro al que se enfrentan sus hogares, sus comunidades y sus familias. El 1 de enero, el primer día de su presidencia, Bolsonaro decretó una medida provisional (MP 870) que trasladaba el poder de decisión sobre las demarcaciones de reservas indígenas de Funai, la agencia de asuntos indígenas de Brasil, al Ministerio de Agricultura, algo que los críticos ven como un conflicto de intereses, ya que las élites agrícolas llevan tiempo con el ojo puesto en los territorios indígenas con posibilidades de explotación. La medida también movió a Funai (que antes dependía del Ministerio de Justicia) al nuevo Ministerio de Derechos Humanos, Familia y Mujeres creado por Bolsonaro, una institución que abarca muchas cosas y, según los críticos, tendrá poco poder real (EL DESCONCIERTO, 2019).

- Otra publicación de El Desconcierto (2019) hace referencia a que la policía de Bolsonaro estaría investigando al periodista que reveló las irregularidades de Lava Jato. El pasado martes (2/7), el sitio de noticias *O Antagonista* (conocido medio de derecha muy cercano a Sérgio Moro y al personal de Lava Jato) informó que la Policía Federal habría iniciado investigaciones al periodista estadounidense Glenn Greenwald, quien ha liderado el trabajo periodístico que reveló las irregularidades en las investigaciones de Lava Jato sobre el expresidente brasileño Lula da Silva.

Según el sitio, los agentes habrían derribado los secretos bancario y telefónico del periodista, quien vive en Brasil con su esposo, el diputado brasileño David Miranda. El tema no es menor, ya que la Policía Federal es un órgano que responde al Ministerio de Justicia, cuyo titular es justamente Sérgio Moro. De confirmarse tal la información, significa que Moro habría puesto a los federales para investigar al periodista que reveló sus actuaciones irregulares como juez del caso que condenó a Lula da Silva. Con relación a las recientes manifestaciones sociales que se están desarrollando en algunos países de América Latina, como Perú, Ecua-

dor, y recientemente Chile, también hay opiniones que generan preocupación, especialmente las del presidente de Brasil. Sobre ello, Bolsonaro sostiene que, “lo que está sucediendo actualmente en América del Sur son movimientos de izquierda que tratan de ganar poder”, manifestando que, el ejército se está “preparando” para reaccionar en caso de que haya un estallido social similar al que se observa en las calles de Chile (CNN-CHILE, 2019). A lo menos hay un discurso implícito, que desconoce el derecho de organización y protesta social, lo cual, además, lo caricaturiza como movimientos de izquierda, que solo buscan el poder, incluso, negando esa posibilidad como parte del juego democrático.

Hasta aquí algunos hechos que la prensa ha destacado, y que dan cuenta que hay una corriente conservadora que ha ido ganando espacio y que, sin duda, en el amplio campo de las ciencias sociales, tiene sus consecuencias, ya sea por ser obligada a generar conocimientos de acuerdo a sus intereses, o por sufrir un mayor control y censura respecto de lo que se debe conocer y la circulación de dicho conocimiento, sea en términos de los procesos formativos, como en su práctica concreta de las diferentes profesiones

1.3.2 El levantamiento popular: el inicio del fin de la hegemonía neoliberal

En la otra vereda, en los últimos dos meses, América Latina ha sido escenario de manifestaciones sociales que, en algunos casos, como Perú, Ecuador y recientemente Chile, se han levantado en contra de las distintas políticas neoliberales implementadas en cada país (VIVERO y ALZUETA, 2022; VIVERO y GUSARDA, 2022). Lo ocurrido en Perú, principalmente en el mes de septiembre del año en curso, es una reacción popular que, entre otras demandas, expresa un sentimiento de rabia y decepción con la clase política. No solo es una crítica a las políticas neoliberales, sino que también en contra la corrupción, por lo que la movi-

lización se ha levantado bajo la consigna “que se vayan todos”. Si bien el presidente Vizcarra ha recibido el apoyo popular por su determinación de cerrar el congreso nacional, por los casos de corrupción que deslegitima el rol de los/as legisladores/as, también de fondo la matriz neoliberal es el mayor cuestionamiento. En Ecuador, del 2 al 13 de octubre, se desencadena una ola de protestas sociales en contra las medidas del presidente Lenin Moreno, manifestaciones lideradas mayoritariamente por organizaciones indígenas, pero también por importantes sectores urbanos, que representan una reacción en contra de la política económica-social, pero, concretamente, de la reducción del gasto fiscal, la cual se traduce, entre otros ámbitos, a terminar con el subsidio al combustible. Eso sin duda genera un encarecimiento del costo de la vida, afectando fuertemente a los sectores más pobres del país.

Pero lo más llamativo es lo que ha ocurrido en Chile en esas semanas del mes de octubre. “Chile despertó” es una de las consignas más representativas de lo que se ha generado en este país, el modelo del neoliberalismo, que, de acuerdo a los intereses de las elites, ha sido el ejemplo a seguir para gran parte de los países del continente. Esa consigna no es casualidad. Como se ha mencionado más arriba, desde mediados de la década del setenta del siglo pasado se impone en Chile el neoliberalismo, que, como ideología totalizante, permeabiliza todos los ámbitos de la vida cotidiana. El país sufrió una sangrienta dictadura de 17 años (1973-1990) y, además, se le impone un modelo en que se fundamenta en el individualismo extremo. En más de cuatro décadas, ese país ha sufrido la imposición de un sistema que ha generado una brecha de desigualdad, que ubica al Chile entre los 15 países más desiguales del mundo (OCDE, 2019).

En gran parte de América Latina y el Caribe, los grupos empresariales han ejercido gran influencia en las decisiones de los gobiernos y en las respuestas a las demandas sociales. No cabe duda de que el empresario ha influido de manera determinante en la planificación y diseño de las políticas públicas PFPP. Al respecto, Schneider (2010) sostiene que “dichos grupos inciden en el diseño y la puesta en marcha de los PND

por medio de asociaciones formales o informales, negociación, cabildeo, nombramientos gubernamentales, financiamiento político y, en algunos casos, corrupción (SCHNEIDER, 2010, en CEPAL, 2019, p. 15). Esto en el caso de Chile en particular ha sido evidente, y los casos de vinculación del empresariado en el financiamiento ilegal de la política es solo un reflejo más de aquello.

Luego de una fuerte avance y hegemonía de gobiernos conservadores en América Latina, desde el año 2015, hoy el continente está viviendo un nuevo escenario, que demanda cambios más significativos, e incluso estructurales. Por ello, la crisis social y política que está viviendo Chile es un hecho paradigmático, por cuanto se da en el país donde el neoliberalismo presenta mayor arraigo, y donde parecía que la sociedad estaba dormida. Por ello, es que se repite una y otra vez la consigna “Chile despertó”. Por lo mismo, es que esta crisis no se resuelve, como lo venían haciendo este y los gobiernos anteriores, con una simple rebaja de tarifas del transporte público, un pequeño aumento a las pensiones solidarias, o con uno u otro subsidio.

La crisis es mucho más profunda, y no tiene que ver solo con demandas puntuales de los sectores más empobrecidos, que han sufrido más fuertemente las injusticias de este modelo. Se trata de un levantamiento social-popular multclasista, un estallido de rebeldía, un estado pre-revolucionario contra las elites que han gobernado el país en los últimos cuarenta años. Es un sentimiento de injusticia y desigualdad, que se ha venido incrementando desde la década del noventa. Es un levantamiento contra la oligarquía y sus históricos privilegios.

1.4 Algunos debates necesarios en el campo del trabajo social

Entendemos que la intervención que desarrolla el Trabajo Social, por más clásica que sea, por más práctica que sea asumida (o impuesta), surge a partir del conocimiento de la realidad, de sus dimensiones

materiales y conciencia subjetiva (HEGEL, 2006). Por ello, sostenemos que el conocimiento de los hechos concretos “no es posible como conocimiento de la realidad más que en ese contexto que articula los hechos individuales de la vida social en una totalidad como momentos del desarrollo social” (LUKÁCS, 2013, p. 99). Es decir, se conjuga en una articulación dialéctica la dimensión material, lo concreto, lo objetivo, con la dimensión subjetiva, la cual se expresa concretamente en el quehacer cotidiano.

El Trabajo Social, por lo tanto, no puede naturalizarse simplemente como una pragmática orientada a enfrentar cual o tal problemática social, no como la suma de hechos objetivos (acciones concretas que desarrolla), sino cómo ello es aprehendido por el sujeto histórico y se despliega en la cotidianeidad de actividad humana (GUERRA, 2015, MARX, 1987, 2003, 2006, MARX y ENGELS, 2014, NETTO, 2012). Para la discusión que proponemos en este artículo, el cual se gesta en un momento histórico para Latinoamérica y el Caribe, por los distintos conflictos sociopolíticos que enfrentan sus sociedades, planteamos tres supuestos, que nos pueden orientar el análisis y reflexiones desde el trabajo social:

- a) Primero, consideramos que la hegemonía neoliberal y sus consecuencias materiales son elementos suficientemente sólidos para provocar un replanteamiento o, por lo menos, un desplazamiento epistémico político, teórico-metodológico del trabajo social en términos disciplinarios.
- b) Segundo, sostenemos que se estarían generando condiciones concretas para la configuración de un nuevo proceso de redefinición disciplinaria que ya hemos venido planteando hace unos años, y que provocadoramente hemos denominado Neo-Reconceptualización. No como una vuelta a los años sesenta o setenta, sino simplemente como un punto de inflexión, pero que se inscribe históricamente en las actuales condiciones materiales y subjetivas que determinan, por tanto, el ser y quehacer de la disciplina.

c) Y, en tercer lugar, en concordancia con lo anterior, las movilizaciones sociales multclasistas que se han desatado en algunos países de Latinoamérica son una expresión concreta de la crisis de la razón instrumental neoliberal, y, por lo mismo, de los sustentos epistemológicos y políticos que han guiado los procesos de formación, producción y circulación de conocimientos, que fundamentan la intervención en el campo de lo social.

Primer supuesto: Las transformaciones sociopolíticas y principalmente económicas generadas en su momento por las dictaduras cívicomilitares en América latina, y luego, de la mano de las imposiciones del FMI y el Banco Mundial, tienen consecuencias materiales y subjetivas en toda la sociedad y, por su puesto, tienen su correlación en el campo disciplinario. Así entonces, el neoliberalismo se instaló como la nueva forma de ser en el mundo, una forma de interacción en el mundo de la vida que sobrevalora al individuo por sobre las relaciones sociales colectivas. Esto, por cierto, produce y reproduce las condiciones materiales y subjetivas en donde todo es inmediato y desechable, y el individualismo se va haciendo cada vez más representativo de esta nueva sociedad. A su vez, ese nuevo individuo es reconocido e integrado por medio del consumo, y si no lo puede hacer con las condiciones económicas generadas por su trabajo asalariado, se le abre una nueva vía: el endeudamiento.

En el campo disciplinario, la reflexión y fortaleza intelectual de sus profesionales pareciera ser un bien innecesario, cuando lo que se requiere en las instituciones ahora es un mero pragmatismo instrumental, es decir, la práctica fundamentada solo en el hacer y cuantificar dichas acciones. Lo preocupante es que esto se ha transformado en el nuevo ethos disciplinario, sería el fundamento ideológico, corriendo el serio peligro de ir avanzando en un proceso de des-intelectualización disciplinaria, materializado concretamente en el espacio de las intervenciones profesionales. Por ello es que consideramos importante fortalecer la investigación en trabajo social, por cuanto este conocimiento de la reali-

dad “es la condición sin la cual la profesión corre el riesgo de perder su contemporaneidad y de volverse anacrónica, tornando su instrumentalidad incapaz de producir respuestas con contenido crítico, competente y comprometido con un proyecto ético-político profesional conectado con la demanda de los trabajadores” (GUERRA, 2015, p.84).

Segundo supuesto: Creemos que hoy se están generando condiciones concretas que nos permitirían repensar, re-significar y reorientar en términos epistemológico, teórico y político el Trabajo Social en el contexto de las sociedades neoliberales y/o en el contexto de la crisis de legitimidad del neoliberalismo. Para ello es necesario un profundo análisis de la trayectoria histórico-política del trabajo social, a la luz de lo que ha sido, y como se ha permeabilizado en el campo disciplinario la razón instrumental neoliberal, entendiendo al respecto que el Trabajo Social es una disciplina y profesión que se encuentra “inscrita en la división social del trabajo, se sitúa en el proceso de la reproducción de las relaciones sociales, fundamentalmente como una actividad auxiliar y subsidiaria en el ejercicio del control social y en la difusión de la ideología de las clases dominantes en relación a las clases trabajadoras (IAMAMOTO, 1992, p. 109). En este sentido nos parece que, en las últimas cuatro décadas, los/as profesionales e intelectuales trabajadores/as sociales más bien han estado, consciente o inconscientemente, respondiendo a los intereses de las clases dominantes. Pero también, en esta ruptura epistémico-política que se está configurando en este nuevo despertar pluriclasista, intercultural, ampliamente diverso, el/la trabajador/a social puede re-orientar su actuación, “reforzando un proyecto político alternativo, apoyando y asesorando la organización de los trabajadores, colocándose al servicio de sus propuestas y objetivos (IAMAMOTO, 1992, p. 111). Es una oportunidad para que el trabajo social pueda replantear su rol intelectual y político (VIVERO, 2013, 2017a, 2017 b).

Tercer supuesto: El trabajo social es tal vez una de las ciencias sociales que más involucrada está en los espacios cotidianos que dan cuenta de las distintas formas en que se expresan las crisis, los proyectos hegemónicos, como las luchas contra-hegemónicas. Las condiciones histó-

ricas que determinan la cuestión social se materializan en la vida cotidiana. Los/as trabajadores/as sociales, de una u otra forma inmersos/as en lo cotidiano, en un contexto de profundas desigualdades e injusticias sociales, viven en su propia experiencia concreta esas contradicciones. Sin duda, sufren las mismas disyuntivas, paradojas y tensiones que los propios sujetos y grupos con los que interactúan en las intervenciones. Por lo tanto, en el contexto de las masivas protestas sociales que se han levantado recientemente en América Latina, nos obliga mirar con un sentido analítico y crítico cómo ello se lleva al campo disciplinario, en tanto aprendizajes que nutren de nuevos elementos para acción concreta del trabajo social y su vinculación en los diferentes espacios sociales y con diversas actorías.

Por ello, lo que está ocurriendo en América Latina y el Caribe pone de manifiesto sin duda de una tensión entre dos grandes proyectos: uno de ellos sustentado en la racionalidad mercantil ultra-liberal, en lo económico, y en el pensamiento conservador, en los ámbitos político, cultural y moral; y por otro lado, la emergencia de un estallido social que reclama otro modelo de sociedad, que a pesar de aún no tener claro un proyecto alternativo al actualmente dominante y hegemónico, deja claro que no quiere más neoliberalismo.

Este contexto de crispación social nos parece dar cuenta del fin de un largo ciclo — un fenómeno de carácter epocal, del cual se espera el surgimiento de un nuevo proyecto de sociedad, un nuevo y amplio pacto social que, como disciplina, no se puede mirar de manera indiferente. En el caso de Chile, en particular, nos parece que tiene aún mayor sentido, pues el mismo país que se transforma en el ejemplo del modelo, en donde se impone la implementación del neoliberalismo, se estaría firmando su certificado de defunción. Esto consideramos que, además, es un proceso liberador, de no seguir cargando la mácula de ser la cuna del modelo que más injusticias sociales ha generado en el continente, y pasar a la historia siendo el país donde se le puso fin.

1.5 Comentarios finales

En el contexto de hegemonía neoliberal, pareciera que las ciencias sociales renunciaron tácitamente a toda crítica del orden social y de las estructuras sociales dominantes, y, producto de lo mismo, pasaron a desentenderse o mostrar una cierta indiferencia a la necesidad, o más bien, al imperativo ético y político de transformar el mundo. El trabajo social, en especial, pareciera no estar viendo que ante sus ojos estaba de más brutal desigualdad e injusticia social, y que las políticas sociales que operacionalizaban eran como hacer una raya en el agua. Con ese abandono de la reflexión crítica, de la imperiosa necesidad de construir conocimientos para transformar el mundo, las intervenciones acríticas, supuestamente despolitizadas y neutras, se transformaban en una apología de la razón neoliberal.

Por lo mismo, las ciencias sociales deben también dar el paso liberador. Ya no pueden estar al servicio de los intereses de las elites empresariales. El trabajo social, como ciencia crítica, debe recuperar su ethos emancipador y recuperar la senda que en algún momento se trazó en el periodo de la reconceptualización. De ser una ciencia instrumentalizada, debe constituirse en una ciencia que, además de explicar, de interpretar la realidad, contribuya significativamente a su transformación.

Se requiere necesariamente leer críticamente el actual contexto de tensiones y de crisis, lo cual, desde el campo disciplinario, y especialmente en los ámbitos operativos de las políticas sociales, muy poco se discute, puesto que la racionalidad técnico-instrumental ha generado un profundo estado de alienación de los/as profesionales. Consideramos necesario insistir en que no se puede pasar por alto lo que está ocurriendo en la historia. Estamos en la historia para ser protagonistas de ella. Las condiciones materiales nos están interpelando. Por lo tanto, ¿será entonces el momento para una re-significación epistémica y política del trabajo social latinoamericano y caribeño? Al menos, creemos que la tensión al interior de la disciplina debe darse, y la historia nos está interpelando a ello. Hoy es el llamado a que los intelectuales críticos se con-

centren en levantar un nuevo relato, que permita ir generando un nuevo sentido común, para sentar las bases de esta necesaria reforma cultural y moral. El fin de la historia no ha llegado, pero esperamos que, sí, esté llegando el fin del neoliberalismo, y los/as trabajadores/as sociales deberán dilucidar cuál es el rol histórico q

1.6 Referencias

BIO BIO, Chile (2019). <https://www.biobiochile.cl/noticias/internacional/america-latina/2019/07/06/amp/desde-su-mas-tierna-edad-jair-bolsonaro-defiende-el-trabajo-infantil-en-brasil.shtml>

BORON, A. (2000). *Tras el Búho de Minerva. Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

BORON, A. (2002). *Imperio e Imperialismo. Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri*. Buenos Aires: CLACSO.

BORON, A. (2003). *Estado, capitalismo y democracia en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO.

BROWN, W. (2015) *El pueblo sin atributos. La secreta revolución del neoliberalismo*. Barcelona. Editorial Malpaso.

CASEN (2018) Situación de pobreza. Síntesis de resultados. Disponible en: http://observatorio.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/casen-multidimensional/casen/docs/Resultados_pobreza_Casen_2017.pdf

CAVAROZZI, M. (1996). *El capitalismo político tardío y su crisis en América Latina*. Rosario, Argentina: Homo Sapiens.

CEPAL (2019) Perspectivas económicas de América Latina 2019 DESARROLLO EN TRANSICIÓN. Santiago, Chile

CNN Chile (2019). Bolsonaro sostiene que Ejército se prepara para enfrentar protestas como las de Chile. Disponible en: https://www.cnnchile.com/mundo/bolsonaro-ejercito-brasil-protestas-chile_20191023/

EL DESCONCIERTO (2018) José Antonio Kast: “Yo seguiría el ejemplo de Macri y bajaría a la mitad los ministerios” Disponible en: <https://www.eldesconcierto.cl/2018/10/01/jose-antonio-kast-yo-seguiria-el-ejemplo-de-macri-y-bajaria-a-la-mitad-los-ministerios/>

EL DESCONCIERTO (2019). Disponible en: <https://www.eldesconcierto.cl/2019/06/14/resistimos-para-existir-mujeres-indigenas-se-unen-en-brasil-contra-el-presidente-bolsonaro/>

FALETTO, E. (2003). La dependencia y lo nacional popular. Revista de Sociología, (17), 9-22.

FREIRE, P. (2002). Pedagogía del Oprimido. Buenos Aires: Siglo XXI.

FREIRE, P. (2004). La educación como práctica de la libertad. Argentina: Editorial Siglo XXI.

GALEANO, E. (2003) Las venas abiertas de América Latina. México. Editorial Siglo XXI

GARRETÓN, M. (2000). Política y sociedad entre dos épocas. Rosario, Argentina: Homo Sapiens.

GARRETÓN, M. (2004). América Latina en el siglo XXI. Hacia una nueva matriz sociopolítica. Santiago, Chile: LOM.

GÓMEZ, J. C. (2004). La frontera de la democracia. El derecho de propiedad en Chile 1925-1973. Santiago, Chile: LOM.

GÓMEZ, J. C. (2006). Izquierda, gobiernos y democracia en América Latina. América Latina, (6), 7-18.

GÓMEZ, J. C. (2013). Democracia v/s autoritarismo en la política latinoamericana: Un viejo dilema político muy actual. Revista de Estudios e Pesquisas sobre as Américas, vol.7, N° 1.

GUERRA, Y. (2015). Trabajo social: Fundamento y contemporaneidad. Buenos Aires: Editorial colegio de

Trabajadores Sociales de la Provincia de Buenos Aires. Argentina.

HARNECKER, M. (2014). Un mundo a construir. Nuevos caminos. Chile. Editorial Lom

HARVEY, D. (2006). El “nuevo” imperialismo: Acumulación por desposesión. En L. Panitch & C. Leys (Eds.), El Nuevo desafío imperial (pp.100-129). Buenos Aires: CLACSO.

HINKELAMMERT, F. (2011) El nihilismo al desnudo. Los tiempos de la globalización. Chile. Editorial Lom.

IAMAMOTO, M. (1997) Servicio social y División del Trabajo. Editorial Cortez: Sao Paulo.

LARRAÍN, J. (2005). ¿América Latina moderna? Globalización e identidad. Santiago, Chile: LOM.

LEVITSKY, S. y ZIBLATT, D. (2019) Cómo mueren las democracias. Chile. Editorial Planeta S.A.

LUKÁCS, G. (2013). Historia y conciencia de clases. Buenos Aires, Argentina. Editorial R y R.

MARX, K. (1987). Miseria de la filosofía. Editorial Siglo XXI. México

MARX, K. (2003). El dieciocho brumario de Luis Bonaparte. Buenos Aires: Pluma y Papel.

MARX, K. (2006). Manuscritos de economía y filosofía de 1844. Argentina: Ediciones Colihue S.R.L

MARX, K. y Engels, F (2014) La ideología alemana. España. Ediciones Akal.

MOULIAN, T. (2002). Chile actual: anatomía de un mito. Santiago, Chile: LOM.

MOULIAN, T. (2009). Contradicciones del desarrollo político chileno. 1920-1990, Chile: LOM.

NETTO, J. P. (1992). Capitalismo Monopolista y Servicio Social. San Pablo: Cortez.

OCDE (2019) Informe sobre desigualdad. Disponible en: <https://data.oecd.org/inequality/income-inequality.htm#indicator-chart>

O' DONNELL, G. (1997). Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización. Buenos Aires: Paidós.

RESUMEN, (2019) Disponible en: <https://resumen.cl/articulos/resistir-ataque-contra-historia-memoria-pensamiento-critico-emancipatorio-declaran-historiadores-e-historiadoras-en-chile/>

TVN (2017) Resultados elección presidencial. Disponible en: <https://www.24horas.cl/politica/elecciones2017/resultado-elecciones-chile-2017-2568053>

VIVERO, L. (2013) El trabajo social y su función de intelectual orgánico. *Revista Regional de Trabajo Social*, año 27, N° 59. Uruguay.

VIVERO, L. (2017 a). Influencia del neoliberalismo en el Trabajo Social chileno: discursos de profesionales y usuarios. *Revista Colombiana de Ciencias Sociales*, 8(1), pp. 125-148.

VIVERO, L. (2017 b). Trabajo Social entre el sentido común, hegemonía y praxis: Un análisis basado en Gramsci. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 15(1), pp. 547-563.

VIVERO, L. y ALZUETA, I. (2022) Desafíos del trabajo social en el escenario constituyente. Un análisis desde los aportes de Gramsci. *Revista Eleuthera*, 24(2), 277-294. <http://doi.org/10.17151/elev.2022.24.2.14>

VIVERO, L. y GUARDA, D. (2022) Perspectivas y lugares del trabajo social. Luchas y movimientos sociales en Chile. En Paula Vidal (coord.) *Movimientos sociales y luchas en Chile. Interpelaciones y lecturas desde el trabajo social*. Pp. 41-62. Chile. Ril Editores.

CAPÍTULO 2

O SERVIÇO SOCIAL FRENTE À CRISE CONTEMPORÂNEA E A LUTA CONTRA A DESIGUALDADE: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS³

Yolanda Guerra

A história é um profeta com o olhar voltado para trás: pelo que foi,
e contra o que foi, anuncia o que será.

Eduardo Galeano

2.1 Introdução

Não é casual que o tema proposto pelo Comitê Latino-Americano do *International Civil Society Week* (ICSW), representado pelo Conselho Internacional de Bem-Estar Social América Latina e Caribe (CIBS) e pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS), que se coloca como o desafio dos países para o atendimento da Agenda Global da ONU para 2030, seja o da erradicação da pobreza, ou combate à desigualdade. O combate à pobreza e a supressão das desigualdades em todas as suas dimensões nos países capitalistas continuam sendo desafios centrais para assistentes sociais de todos os países, especialmente os da América Latina.

³ Este texto é parte da palestra realizada no âmbito da Conferência Latino-Americana Preparatória para a Conferência Mundial Conjunta sobre Trabalho Social, Educação e Desenvolvimento Social. O evento foi promovido pelo Centro Brasileiro de Cooperação e Intercâmbio de Serviços Sociais (CBCISS) e pelo Conselho Internacional de Bem-Estar Social América Latina e Caribe (CIBS) e teve como tema “Relações Humanas e Desigualdade na América Latina”, com vistas a uma reflexão sobre a Agenda Global da ONU para 2030, tema que será tratado na Conferência Mundial SWESD, a ser realizada em Rimini, Itália, em 2020.

Este é nosso compromisso com a sociedade em que vivemos, não importa a área geográfica e o espaço sócio-ocupacional. Estamos sempre lutando, como nos ensina uma grande mulher, que é Rosa Luxemburgo: por um mundo em que sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.

Para nós, assistentes sociais brasileiras, esta luta não é nova. Há 50 anos, uma tendência que se origina no Movimento de reconceitualização latino-americano vem construindo uma direção estratégica, que se coloca na luta contra todas as formas de desigualdade. Nas suas várias tendências, a Reconceitualização latino-americana pôs em xeque a concepção de neutralidade político-ideológica defendida pelas perspectivas tradicionais da profissão. Colocou em xeque os compromissos históricos da profissão com as demandas do capital por gestão e controle da população usuária, na perspectiva do seu ajustamento ao ordenamento social burguês. Trouxe à luz, ainda, a fragilidade teórica dos fundamentos pelos quais a profissão se norteava e os resultados da intervenção profissional.

Particularmente no Brasil, há 40 anos atrás, ocorre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, que com toda justeza chamamos de Congresso da Virada, e o início da construção de um projeto ético-político crítico e renovado.

O mencionado projeto, que é também um processo, é constituinte e constitutivo de alguns documentos históricos que trazem os fundamentos desta profissão. Falo do Código de Ética Profissional, que mais do que um código moral é uma carta de princípios ético-políticos, e da Lei de Regulamentação da profissão, cuja centralidade está no conjunto de atribuições privativas e competências teóricas, técnicas e ético-políticas — ambos revisados nos anos de 1993; e refiro-me às Diretrizes Curriculares, aprovadas em 1996, que são também um projeto com uma clara direção estratégica, visando a construção de um perfil de profissional crítico, consciente, coerente, compromissado, competente e propositivo, capaz de analisar conjunturas e propor alternativas para a sua intervenção qualificada com clara orientação ético-política. Esses documentos e orientações, ainda que mantenham entre si diferenças no que se refere

a suas naturezas e especificidades, se constituem como uma totalidade organicamente articulada na defesa da igualdade como condição de permitir o livre desenvolvimento dos indivíduos, o que implica em garantir o direito à diferença.

Nesse entendimento, o compromisso com a igualdade, como parte dos princípios ético-políticos do nosso Código de Ética, pressupõe o combate a todas as formas de desigualdade, em especial as desigualdades geradas pelas condições de classe, gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, idade e condição física, e o combate a todas as formas de preconceito e discriminação.

Penso ser fundamental considerar que a vertente crítica que se constrói no Serviço Social brasileiro, que nem de longe é a única, é legatária de uma das vertentes da Reconceitualização latino-americana. Como defende Netto, esse Serviço Social crítico é verdadeiramente um “herdeiro do espírito da Reconceitualização, posto que comprometido com os interesses da massa da população, preocupado com a qualidade acadêmica e com a interlocução com as ciências sociais e investindo fortemente na investigação” (NETTO, 2005 p.82).

Portanto, minha intervenção vai na direção de refletir sobre: “Qual pode ser a contribuição do Serviço Social brasileiro para aportar propostas a esta agenda global? Quais os acúmulos teóricos e políticos que temos construído nos últimos 40 anos que nos habilitam a buscar contribuir com esse desafio? Que competências teórico-práticas desenvolvemos que nos capacitam para isso?”

Ora, logramos desenvolver uma perspectiva que nos permite entender a profissão e seus compromissos históricos com o enfrentamento da desigualdade.

Nessa direção, entendo que nossa contribuição é de natureza teórico-prática, e só poderá se dar nessa unidade, o que nos exige considerar teoria/prática como unidade na diversidade.

Assim, de um lado, é preciso interpretar a realidade da América Latina nas suas contradições estruturais e na conjuntura atual; de outro, cabe identificar as linhas de força que uma profissão como a nossa, que

ousa enfrentar o histórico conservadorismo do qual é caudatária e que se arroja a afirmar-se como classe trabalhadora, vem construindo e consolidando. É preciso conhecer criticamente os tipos de desigualdades que particularizam os países da América Latina.

2.2. As Desigualdades da América Latina: particularidades e a unidade na diversidade

A América Latina, expressão criada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no final da 2ª Guerra Mundial para designar países menos desenvolvidos do continente americano, corresponde a uma área geográfica de aproximadamente 3,9% da superfície da terra, que envolve 20 países muito diferentes entre si. Não obstante suas diferenças, tais países tem aspectos em comum.

Eduardo Galeano, especialmente em seu livro *As veias abertas da América Latina*, escrito nos anos setenta do século passado, quando grande parte dos países estavam sob ditaduras civis ou militares, escreve: “América Latina não é una, mas múltipla”.

Espaço de contradição e encontro, a América Latina oferece um campo comum de batalha entre as culturas do medo e as culturas da liberdade, entre as que nos negam e as que nos nascem. Nessa moldura comum, esse espaço comum, esse comum campo de batalha, é histórico. Provém do passado, se alimenta do presente e se projeta como necessidade e esperança rumo aos tempos que virão (GALEANO, 1990, p.).

Não há dúvida de que nossa América não é “una” nem única. É definitivamente espaço de contradições.

No entanto, temos muitas coisas em comum: somos países colonizados por europeus, somos vítimas do saqueamento de nossas riquezas, continuamos sendo explorados por diferentes corporações internacionais e por distintos mecanismos. A pobreza e a desigualdade em nossos

países são expressivas, mas é um tipo de pobreza diferente, que convive com a abundância, com a concentração de renda, com um tipo de Estado populista, anti-democrático, que atua nas transformações dentro da ordem para evitar a transformação da ordem, que atua na coerção e no consenso como movimentos complementares.

São países que tiveram a implementação de um sistema de proteção social muito recentemente e de modo frágil, constituído por mínimos sociais, que se expressam pela pouca distinção entre público e privado, que trazem as marcas do clientelismo e do patrimonialismo. Em nossa histórica dependência de países capitalistas mais desenvolvidos e dos organismos multilaterais, que por norma nos impõem seus padrões de desenvolvimento, carregamos a tendência de pagar pela crise vivida pelos países capitalistas centrais. Na feliz análise de Eduardo Galeano:

É a América Latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal se acumulou e se acumula nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo (1990, p.23).

O resultado dessa condição tem forte impacto sobre uma parcela enorme da população que conta com as políticas de seguridade/proteção social para sua sobrevivência — políticas de cunho assistencial, prestadas sobre a forma assistencialista e assistencializada.

À essas marcas histórico-culturais da nossa América acrescem as determinações da crise atual. Trata-se de uma crise sem precedentes na história.

Tomo aqui a concepção de crise de Mészáros (2002), para quem vivemos uma crise estrutural, sistêmica e global que acomete todos os países capitalistas, sejam centrais ou periféricos, desenvolvidos ou em

desenvolvimento, e que afeta todas as dimensões da vida pessoal, profissional e política (refiro-me às esferas das relações sociais, da educação, da ciência, do direito e das legislações, da ética, da estética, da tecnologia, das conquistas civilizatórias, dentre muitas outras).

Essa crise mostra que o capitalismo global esgotou todas as suas possibilidades civilizatórias. Nesse sentido, Mészáros (2009) acerta quando diz que esse estágio do capitalismo, que é o estágio da financeirização especulativa e parasitária, do desperdício, é profundamente destrutivo da força de trabalho e da natureza. Nesse estágio, a chamada “questão social”, que é resultado da pauperização da classe trabalhadora e de suas formas de luta e resistência, vem sendo tratada com políticas assistencialistas, de um lado, e através da repressão, de outro. Ora, o que fica fora dessa forma de o Estado tratar a “questão social” é justamente o caráter democrático e universal das políticas sociais, vistas como reconhecimento de direito de cidadania e como forma de diminuir as desigualdades sociais. O que ocorre nesse padrão de produção, chamado por alguns de flexível, e com os ajustes neoliberais, é que o Estado tende a retirar o reconhecimento de qualquer direito universal para que possa manter a dinâmica da acumulação capitalista. Nunca é demais lembrar de uma campanha do Conselho Federal de Serviço Social, gestão 2008-201, que dizia: “Depois que o rico come, o que sobra para você?”.

Desde meados da década de 1970⁴, tem havido um conjunto de medidas que visam à restauração do capital, pois a crise, que tem no desemprego a sua maior expressão, não para de crescer.

(...) a questão do desemprego crônico traz à baila as contradições e os antagonismos do sistema global do capital na forma potencialmente mais explosiva. Todas as medidas criadas para tratar do profundo defeito estrutural do crescente desemprego tendem a agravar a situação, em vez de aliviarem o problema. Seria um milagre se fosse diferente,

⁴ Diz Mészáros: “A crise estrutural do capital que começamos a experimentar nos anos 70 se relaciona, na realidade, a algo muito mais modesto que as tais condições absolutas. Significa simplesmente que a tripla dimensão interna da autoexpansão do capital exhibe perturbações cada vez maiores. Ela não apenas tende a romper o processo normal de crescimento, mas também pressagia uma falha na sua função vital de deslocar as contradições acumuladas do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p.799).

já que todas as premissas e determinantes causais do sistema devem ser consideradas resolvidas e inalteráveis: a maneira característica de lidar com as dificuldades é reforçar de modo implacável a subordinação do trabalho ao capital até nos países “democráticos liberais” (que nos últimos tempos aprovaram leis mais abertamente antitrabalhistas) e ao mesmo tempo fingir que ela não existe neste melhor de todos os mundos realmente plausíveis. A ampla intervenção em todos os níveis e todas as questões direta ou indiretamente pertinentes à permanência do domínio do capital sobre o trabalho (mais do que nunca necessária por causa do aprofundamento da crise estrutural do sistema) se fazem acompanhar da mais cínica mistificação ideológica da única forma viável de reprodução socioeconômica: a idealizada “sociedade de mercado” e as “oportunidades iguais” que supostamente uma sociedade desse tipo oferece a todos os indivíduos (MÉSZÁROS, 2002, p. 224 e 225).

Junto com o desemprego vem a precarização, a flexibilização, desregulamentação do trabalho, a privatização como uma lógica que invade as instituições públicas e produz alterações significativas no papel do Estado, que abandona sua função legitimadora, de reconhecimento de direitos de cidadania, ainda que em muitos casos o tenha feito apenas no âmbito jurídico-formal.

O Estado passa a se eximir das funções legitimadoras, mas não deixa de adotar suas funções repressivas. Essa é a configuração do Estado neoliberal, que assume o projeto do grande capital.

Porém, o capital passa a ter um problema a mais para resolver: o que fazer com a queda na taxa de lucro e com a população excedentária? Essa população é vista como inútil para o capital, de modo que precisa ser exterminada.

Em relação a estes dois problemas: o primeiro, o controle da queda da taxa de lucro, e o segundo, o controle da população excedentária, há estratégias que podem incidir nas duas frentes: é preciso encontrar novos nichos de mercado, tais como o mercado da educação, o mercado da tecnologia da educação, a indústria armamentista, a indústria carcerária e as empresas de vigilância e segurança. Para explorar esses mercados,

os governos têm implementado um marco legal. Toda a legislação tem vindo na direção de garantir e proteger novos mercados⁵.

E isto não evidencia o absurdo deste sistema de dominação, principalmente ao constatarmos que dentro da lógica expansionista do sistema tem sentido manter “milhares de milhões destituídos e famintos, quando os trilhões desperdiçados poderiam alimentá-los mais de cinquenta vezes”? O que antes era ideologicamente explorado como vantagem histórica do capital e sustentava sua “influência civilizadora”, hoje, com a “devastação sistemática da natureza e a acumulação contínua de poderes de destruição (...)”, ao lado da negação completa das necessidades elementares de incontáveis milhões de famintos”, transforma-se no fundamento de sua crise. (PANIAGO, 2012, p. 60 e 61).

A crise também leva o Estado a adotar estratégias de repressão: a militarização da vida, o extermínio e/ou encarceramento da população pobre, negra, favelada e, em especial, das mulheres⁶; os crimes ambientais⁷; a construção de muros contra os imigrantes, que também afetam fundamentalmente mulheres pobres e negras. Aqui também quero lembrar a bem-sucedida atual campanha do CFESS: “Se cortam direitos, quem é preta e pobre sente primeiro”.

A repressão contra a população excedentária, que está fora do mercado de trabalho, tem sido uma tendência geral nos países capitalistas,

⁵ No Brasil, o caso da indústria armamentista é exemplar. O impacto no mercado desde a mudança da legislação pode ser sentido. Em entrevista à *Agência Brasil*, o diretor da Taurus, que é a empresa brasileira que produz armas, diz que o lucro da empresa aumentou três vezes quando comparado ao ano de 2017. Atingiu 307,6 milhões em 2018 (<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/empresas-de-armas-avaliam-impacto-de-decreto-no-mercado>). Ver também <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2019/01/industria-de-armas-aguarda-novas-medidas-do-governo-que-favorecam-o-setor.html>.

⁶ É preciso nos mantermos atentas ao que vem ocorrendo nos nossos países em relação aos crimes contra mulheres: assédios, abusos, torturas, estupro, feminicídios, distintas formas de violência física e psicológica. O extermínio de mulheres negras em todo mundo é recorrente. No Brasil, o assassinato da vereadora feminista negra Mariele Franco pode ser entendido como um crime de extermínio. Ele ainda permanece sem resposta.

⁷ Tais crimes, que deveriam ser considerados contra a humanidade, têm consumido cidades inteiras e sacrificado trabalhadores e suas famílias, por exemplo os crimes ocasionados pelos rompimentos das barragens de Mariana e Brumadinho (MG), o desmatamento, os incêndios em terras indígenas, dentre muitos outros.

ainda que eles vivenciem momentos diferenciados, especialmente com o aprofundamento da crise internacional pós-2008.

O maior drama da humanidade é a fome. O sociólogo suíço Jean Ziegler escreve no seu livro *Destruição em massa: geopolítica da fome* que a fome destrói anualmente dezenas de milhões de homens, mulheres e crianças, em sua maioria negros e negras. “A cada cinco segundos, morre uma criança de menos de dez anos. Em um planeta que, no entanto, transborda de riquezas [...] uma criança que morre de fome é uma criança assassinada” (ZIEGLER, 2013, p.21).

Trata-se de táticas e estratégias de extermínio e destruição em massa para controlar os índices de pobreza. Estudiosos vêm apontando que a não absorção do mercado de uma população desempregada, supérflua, no capitalismo contemporâneo, impõe que o Estado tome medidas para supervisionar e controlar essa população. Nessa abordagem, a política de encarceramento em massa tem sido utilizada para substituir uma política do trabalho/emprego. É esta a tese de Loic Wacquant (2001)⁸, um dos maiores críticos do encarceramento. Para ele, o chamado Estado Penal está substituindo o Estado de Bem-Estar Social. Em conjunto, e de maneira orquestrada com a política de encarceramento, a outra parte da população, que não cai na rede repressiva da penalidade mas necessita do Estado, é atendida com medidas relativas à política de assistência social, que também é, na maioria das vezes, utilizada como tática de controle do social, de reforma moral, criminalizando seus usuários.

O sistema carcerário passa a incorporar o tratamento tanto dos segmentos considerados perigosos quanto dos supérfluos, segmentos que se convertem em objeto de atendimento por parte do Estado, que desenvolve cada vez mais o seu braço repressivo, em detrimento do protetivo. Assim, o Estado vem aprimorando um aparato repressor que se utiliza da estratégia policial-penal de encarcerar os miseráveis e de uma política de tolerância zero contra os pobres, aliada a uma cultura de promoção de sua imagem como criminosos e culpados à priori. Isso mostra que o

⁸ WACQUANT, Loic. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2001.

Estado deixa de intervir com medidas de proteção social que reconheçam direitos de cidadania.

Nessa direção, entendo que somente a crise e o padrão de produção adequado à recuperação da queda da taxa de lucro podem explicar o avanço mundial do neoliberalismo. Este, se alia às tendências ultraconservadoras.

Em 1989, quando se realizou o chamado Consenso de Washington, com o objetivo de fazer um balanço da política neoliberal nos países da América Latina que já haviam implementado os ajustes neoliberais e discutir táticas para sua implementação nos países que ainda deveriam implantá-los, por exemplo Brasil e Perú, as conclusões foram em torno da ineficiência do Estado em elaborar uma política macroeconômica, e, por isso, tal responsabilidade foi atribuída aos organismos internacionais. Tais medidas fazem parte das chamadas contrarreformas que os países vêm adotando, como: disciplina fiscal, privatizações, reforma tributária, recortes no sistema de proteção do trabalho.

Dessas medidas resulta a supressão dos direitos sociais e laborais que não são fruto de concessão de governos e patrões, mas resultado de anos de luta do conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras.

Como consequência do quadro exposto brevemente, que envolve uma crise do capital profunda e autodestrutiva, tem-se o crescimento exponencial da pobreza. A pauperização é uma ameaça para a sociedade, sobretudo agora que grande parte dos trabalhadores não deverão retornar ao mercado de trabalho.

Sabe-se que a desigualdade é uma característica histórica e estrutural das sociedades latinoamericanas e caribeñas que se tem mantido e reproduzido, inclusive nos períodos de crescimento.

Apesar de importantes avanços nos últimos 15 anos, a América Latina segue sendo a região mais desigual do mundo, à frente da África Subsariana (a segunda região mais desigual), e apresenta um Índice de Gini (índice internacional que mede as desigualdades sociais e o nível de concentração de renda) quase um terço superior ao da Europa e da Ásia Central. O último Boletim da Cepal mostra que o coeficiente de Gini

teve valor médio de 0,469 para 17 países da América Latina, sendo que 0 representa nenhuma desigualdade e 1 significa desigualdade máxima.

O mencionado informe aponta ainda que, com o avanço do neoliberalismo, tem-se registrado retrocessos: um contexto regional de baixo crescimento econômico e profundas transformações demográficas e no mercado de trabalho. Nos últimos anos, importantes indicadores de trabalho se deterioraram: as taxas de desemprego aumentaram e as contratações formais foram suspensas. O informe reconhece que tal retrocesso pode dificultar o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU para 2030. O estudo mostra que nos países da América Latina vivem 130 milhões de afrodescendentes, o que equivale a 21% da população. Brasil e Cuba são os países que concentram 91% dos afrodescendentes; identifica também que, apesar de existirem 14 países com mecanismos oficiais de combate ao racismo, a população negra sofre com as maiores taxas de desemprego e de mortalidade infantil e materna, e recebem as menores rendas no trabalho.

A Cepal defende que neste cenário é imperativo desenvolver e fortalecer as políticas de geração de emprego e de proteção social, principalmente as direcionadas a crianças e adolescentes, mulheres, povos originários e afrodescendentes.

Estudos vêm mostrando que as agências multilaterais (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID; Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – Cepal; e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD) atuam na configuração dos modelos de política social.

Por toda a América Latina, programas de transferência de renda condicionada, focalizada e seletiva são mostrados pelos meios de comunicação como um resultado bem-sucedido no contexto da crise e da necessidade de diminuir a pobreza⁹.

⁹ Destaca-se que estes programas estão presentes em 17 países, cobrem mais de 22 milhões de famílias e se expressa como política de proteção social. No Brasil, chamo a atenção para o Programa Bolsa Família. Para conhecer estudos sobre estes programas, ver o Centro Internacional de Políticas para Crecimiento Inclusivo (PNUD). <http://www.ipc-undp.org/PageNewSiteb.do?id=123&active=3>

Dados da Cepal mostram que as taxas de pobreza e indigência na América Latina se incrementaram em 2015, alcançando 175 milhões de pessoas, conforme o informe Panorama Social de América Latina 2015¹⁰.

O Estado assume função reguladora, operando, conjuntamente com o setor privado, políticas sociais focalizadas, assistencialistas, de caráter emergente, de mero alívio à pobreza. Como uma forma de lançar mão do fundo público, o capital financeiro acaba sendo um intermediário de programas de transferência de renda. Tais projetos, como já mencionado, foram ideados pelos organismos multilaterais como estratégia ao enfrentamento da miséria.

Todavia, é importante mencionar que a Cepal já considera a necessidade de uma nova geração de políticas para superar a pobreza e reduzir a desigualdade na América Latina e no Caribe: o que tem sido chamado de Desenvolvimento Social Inclusivo¹¹. Esse novo modelo de política social considera o trabalho a “chave mestra para a igualdade”. Defende que “a proteção social deveria garantir um grau de bem-estar que permita sustentar níveis de qualidade de vida considerados indispensáveis para o desenvolvimento, facilitar o acesso aos serviços sociais e fomentar o trabalho decente”. Segundo o documento, o programa objetiva “uma visão integral e sistêmica da proteção social, o que permite superar a falsa dicotomia focalização-universalização”.

Na mesma direção se encontram as orientações da União Europeia, no que concerne às políticas sociais orientadas pela “lógica da ativação”, cujo objetivo é a inserção no mercado de trabalho¹². Para os partidários dessa política, a ativação vem na direção contrária à política passiva (que criticam como compensatória). Não obstante essa crítica, tais ações são marcadas por conteúdos moralizantes e punitivos que consideram não ser “justo” que pessoas sejam mantidas pelo Estado Social, donde a crí-

¹⁰ Os Programas de Transferências Condicionadas atenderam em 2011 a 113 milhões de pessoas (19% da população latino-americana) com um investimento próximo a 0.4% do PIB regional, segundo o estudo “Programas de Transferência Condicionadas: Balanço da experiência recente na América Latina e Caribe”. A esse respeito ver: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27854/S2011032_es.pdf?sequence.

¹¹ Sugiro a consulta do documento em: <http://www19.iadb.org/intal/intalcdi/PE/2015/15836.pdf>

¹² São as chamadas *workfare* ou medidas de ativação.

tica aos gastos públicos com políticas sociais e a proposição de contrapartidas em relação aos benefícios recebidos, na perspectiva de que os sujeitos devam ser autossustentáveis (ABRAHAMSON, P., 2009; FERREIRA, M., 2000.).

O que há em comum entre elas é o fato de que se orientam para desenvolver as chamadas potencialidades dos sujeitos, que deverão, por sua própria iniciativa, promover sua saída da condição de pobreza, na crença de que muitas vezes só lhes faltam oportunidades ou requalificação para o trabalho, visão presente nos documentos dos organismos internacionais, em especial do Banco Mundial e do PNUD. Aqui cabe como uma luva o discurso do empreendedorismo e da resiliência. Cabe ao Estado promover o emprego ainda precário, intermitente, com baixa qualidade.

Mas, tanto em um quanto no outro modelo, os profissionais são chamados a operar com políticas de atenção aos mínimos sociais, sem qualquer perspectiva universalizadora e de reconhecimento de direitos de cidadania. Para Coggiola, “a crítica a esses programas afirma que as políticas sociais compensatórias criaram um novo modelo de clientelismo político associado ao controle dos cadastros e à cooptação dos movimentos sociais: o modelo “assistencialista” perpetuaria a dependência dos beneficiados, e estabeleceria uma divisão na classe trabalhadora entre os que recebem e os que não recebem sem trabalhar”¹³.

Por óbvio, tais políticas estão baseadas numa lógica moralizante, meritocrática e punitiva: a transferência para o sujeito da responsabilidade pela sua empregabilidade.

Certamente esse modelo, resultado do acirramento da lógica neoliberal, na América Latina se combina com e pauta-se no avanço de ideologias conservadoras e da direitização do ocidente.

Agustín Cuevas, intelectual equatoriano que viveu no México, em seu livro *Tempos Conservadores*, escrito em 1987, afirmava que os países da América Latina estão cada vez mais conservadores, induzidos por um contexto internacional, que os força a apertar o cinto das classes po-

¹³ COGGIOLA, O. In: *Revista Praia Vermelha*, n. 23, 2013, p. 88.

pulares. Como efeito perverso de ajustes econômicos, há também uma ameaça de retorno dos militares ao poder.

Para Cuevas, vem-se gestando, desde o final da década de 80 do século passado, uma nova direita, que mantém as demandas democráticas como forma de esconder a desigualdade econômica, que combate explicitamente as formas de organização dos trabalhadores e realiza um ataque frontal a todas essas formas de luta, projetando destruir todas as formas de organização, de questionamento ao império do capital. Há em curso uma tendência a globalizar as perdas, e como tem sido frequente, de nacionalizar os lucros.

Junto com isso, há um crescimento do racismo e da xenofobia, da misoginia, de vários tipos de preconceito, especialmente contra negros, povos originários, população LGBT. O conservadorismo atual aparece dissimulado pela abertura democrática dos anos 1980 e 1990. Há uma responsabilização dos pobres por sua condição de pobreza; estes são vistos como classes perigosas, há um processo de criminalização dos movimentos sociais, sindicais, estudantis, e de todos os que pensam diferente.

Michel Lowy¹⁴ considera que na última década houve um crescimento expressivo da extrema direita por todo o mundo. Ele cita três países em que esse crescimento é expressivo: Reino Unido, França e Dinamarca. Nestes, a extrema direita alcançou de 25 a 30% de crescimento. Não é à toa que a França tem seguido com manifestações dos coletes amarelos como forma de resistência contra a política do governo Macron.

Na América Latina, essa realidade também pode ser evidenciada em quase todos os países, não só com o crescimento da porcentagem dos votos em políticos com ideias conservadoras, mas com a eleição de muitos deles.

Tem havido uma contraofensiva imperialista reacionária por parte dos países capitalistas centrais contra os trabalhadores dos países periféricos. A política do governo Trump contra os trabalhadores mexicanos

¹⁴ LOWY, M. Conservadorismo e extrema direita na Europa e no Brasil. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.124, São Paulo, Cortez, 2015.

nas fronteiras, as brutais medidas destrutivas de Macri na Argentina, a ampliação de bases militares norte-americanas (ao todo são 76 bases militares na América Latina) e as intervenções na Venezuela são exemplos da dura conjuntura para os/as trabalhadores/as da América Latina. Mas tem havido resistência: greves gerais na Argentina, Uruguai, Haiti, Brasil e na própria Venezuela¹⁵.

É inegável que vivemos movimentos ultraconservadores, irracionaisistas, com cariz ultraneoliberal, fundamentalistas, tanto religiosos quanto políticos.

No Brasil, o Estado nacional é posto em xeque, o estado de direito e a nossa frágil democracia foram feridos de morte com o golpe de 2016 contra a presidente Dilma.

Que conjuntura econômico-política é essa em que vivemos no Brasil?

Dados de março de 2019 mostram que o Brasil tem 13 milhões de desempregados, com uma população de 208 milhões. 37 milhões de brasileiros/as trabalham na informalidade, ou seja, sem carteira. Dos 13 milhões de brasileiros desempregados no terceiro trimestre desse ano, 8,3 milhões (63,7%) eram pretos ou pardos. É como diz a canção: a carne negra é a mais barata do mercado. Em 2017, segundo relatório da organização não governamental Oxfam, a desigualdade de renda no Brasil ficou estagnada pela primeira vez nos últimos 15 anos.

Com isso, o Brasil passou de 10º para 9º colocado entre os 189 países mais desiguais do mundo. A desigualdade social aumentou entre mulheres e negros, o número de pobres cresceu 11% em 1 ano, atingindo 15 milhões de brasileiros em 2017 (7,2% da população). Os rendimentos do trabalho dos 10% de brasileiros mais ricos cresceram 6% de 2016 para 2017, já entre os 50% mais pobres, a renda caiu 3,5%. Pela 1ª vez em 23 anos, a renda média das mulheres caiu em relação à dos homens, de uma proporção de 72% para 70%. A diferença salarial entre negros

¹⁵ Nesse momento, o Chile encontra-se em verdadeira guerra civil, com 41 mortos em uma semana. O detonador foi o aumento nas tarifas do transporte público, porém isso foi apenas uma das razões dos questionamentos, dado que Chile foi o laboratório das ditaduras da América Latina e, posteriormente, do neoliberalismo. O país vive mais de 30 anos de corte nas políticas sociais.

e brancos aumentou: em 2017 os negros ganhavam em média 53% dos rendimentos médios de brancos; em 2016, esse percentual era de 57%. O volume de gastos sociais no Brasil retrocedeu — pela 1ª vez desde 1990 — ao patamar de 2001. O Brasil registrou alta na mortalidade infantil, que subiu de 13,3, em 2015, para 14 mortes por mil habitantes em 2016.

É preciso enfatizar que os analistas atribuem esse aumento da desigualdade justamente à redução drástica de gastos públicos com políticas sociais. Então, a questão é que não se trata apenas de números alarmantes, mas o que é ainda mais dramático é que nessa sociedade há uma tendência de se naturalizar esses dados, de considerar os vulnerabilizados pela pobreza como os responsáveis pela sua condição de miseráveis. Quanto menos Estado Social mais Estado Penal. Como afirma a campanha do Conselho Federal de Serviço Social de 2011-2014: “toda violação de direitos é violência”. Estamos submetidos a profundos processos de violação de direitos e, portanto, de violência.

A existência dos sem-terra, dos sem-teto, dos desempregados é atribuída à ignorância, à preguiça e à incompetência dos “miseráveis”. A existência de crianças que vivem nas ruas é vista como “tendência natural dos pobres à criminalidade”. Os acidentes de trabalho são imputados à incompetência e ignorância dos trabalhadores. As mães que trabalham são consideradas degeneradas, perversas e criminosas.

Nessa direção, como já argumentei, a estratégia tem sido o encarceramento em massa e a política de criminalização da pobreza. Tal estratégia se volta aos pobres, negros/as, favelados/as, jovens, especialmente, aqueles/as que estão fora do mercado formal de trabalho.

No Brasil, os números do encarceramento são expressivos e mostram uma tendência histórica: São mais de 725 mil presos para uma população de 208 milhões, ou seja, é a terceira maior população carcerária do mundo.

Na Coletânea *O que é o encarceramento em massa?* (2018), da Coleção Feminismos Plurais, da Editora Letramento, organizada por Juliana Borges, as autoras mostram que, em 8 anos (entre os anos de 2006 e 2014), houve um aumento brutal de 567,4% do encarceramento de mu-

lheres, ao passo em que o de homens cresceu 220%. Mostram, ainda, que 67% dessas mulheres são negras e 50% são jovens.

O encarceramento movimenta um amplo e rentável mercado: quentinas, colchões anti-incêndio, segurança privada, etc.

Ao longo de 2015, a burguesia adquire a certeza de que o PT e seus aliados não fariam as contrarreformas, que não adotariam a austeridade fiscal e os ataques aos direitos sociais na velocidade e com a intensidade exigidas pelo capital em tempos de crise. Foi aí que a burguesia e seus aliados optaram pelo golpe. Michel Temer, então vice-presidente, que assumiu, não se opôs a efetivar tais medidas impopulares.

Pois é justamente a crise econômico-financeira que promove o golpe. Golpe este que, com o estabelecimento de um teto para os gastos com as políticas sociais, marca o fim do pacto social estabelecido com a Constituição de 1988, no qual a política de seguridade social, em especial a de saúde e assistência, tinha uma dotação orçamentária. A política do “teto dos gastos” foi adotada em dezembro de 2016 por meio da Emenda Constitucional (EC) nº 95. Ela estabelece que, durante 20 anos, as despesas primárias do orçamento público fiquem limitadas à variação inflacionária.¹⁶

Alguns analistas mostram que desde 2013 o governo Dilma já vinha sofrendo uma ofensiva na direção de restituir o neoliberalismo na sua versão mais ortodoxa, pondo fim ao que alguns analistas consideram como “neodesenvolvimentismo”. Os representantes do grande capital, especialmente os bancos privados, passaram a fazer pressão por medidas de austeridade. Até aí não havia novidade. Então o impeachment veio na direção de recuperar o neoliberalismo ortodoxo com o aprofundamento das estratégias de austeridade. Era preciso garantir as reformas trabalhista e previdenciária.

Veja que o governo Temer, em 2017, amparado pelo Congresso, aprovou a Lei da Terceirização, a qual passou a permitir que empre-

¹⁶ A referida proposta foi alvo de intensos protestos da sociedade civil, sendo a causa de greves e ocupações estudantis que ocorreram nas escolas e universidades públicas de todo o país, o que não impediu, contudo, sua aprovação, eis uma vez que não se tratou de medida de iniciativa de um governo preocupado com sua popularidade e legitimidade.

sas contratem funcionários terceirizados para executar atividades-fim. A questão é que a terceirização no Brasil até 2017 não era legalizada, apenas amparada na PL 4330/2010, e o então presidente da República legalizou essa modalidade de trabalho, pondo em risco, assim, os concursos públicos.

A burguesia tem uma racionalidade, eminentemente instrumental. Os seus fins justificam seus meios. Essa é a sua máxima.

Importante ainda chamar a atenção para o fato de que essa crise tem sido atribuída à corrupção, mas a crise tem a ver com o modelo econômico adotado, que prioriza o pagamento da impagável dívida pública, que tem consumido cerca de metade do orçamento federal e, apesar disso, não para de crescer em razão dos juros. São sistemáticos os mecanismos utilizados para manter os países periféricos, como os nossos, reféns de uma dívida eterna e impagável, tendo em vista os juros que a ela são acrescidos. Assim, os melhores analistas econômicos vêm mostrando que o receituário imposto aos países periféricos os torna grandes exportadores de capital para os países centrais.

Além disso, a burguesia historicamente se coloca contra a democracia e não tolera qualquer tipo de reforma, nem mesmo políticas sociais compensatórias, focalizadas e afirmativas. A fragilidade da nossa democracia tem sido constatada dramaticamente nos últimos anos.

Nesse quadro de barbárie vivenciado pelos países capitalistas, na particularidade dos países capitalistas dependentes, como a profissão pode contribuir?

Quais os acúmulos teóricos e políticos que temos construído nos últimos 40 anos que nos habilitam a buscar contribuir com esses desafios? Que competências teórico-práticas desenvolvemos que nos capacitam para isso?

2.3 Serviço Social Crítico: contribuições teórico-práticas

Como dito, entendo que nossa contribuição se dá a partir da compreensão que temos da unidade teoria/prática, ainda que estabelecendo as diferenças entre elas. Então, no que diz respeito ao âmbito teórico, podemos contribuir na difusão e consolidação de um referencial teórico-metodológico que, de fato, apanhe os fundamentos explicativos das desigualdades nas suas múltiplas expressões e da pobreza contemporânea, distinguindo-a da pobreza das sociedades pré-capitalistas, que advém da carência material ocasionada pela baixa produtividade. Segundo Netto, o que é novo na sociedade capitalista — no que diz respeito a pobreza e desigualdade social — é o fato de que nela estão dadas as condições e as possibilidades de suprimir as carências materiais da massa da população (2012, p. 92-93).

Há aí um referencial teórico próprio que nos capacita a considerar que a desigualdade é um processo multidimensional, cujas dimensões devem ser consideradas em suas análises. Essa é a contribuição que uma análise de totalidade nos permite alcançar. No entanto, essa mesma análise, que considera as múltiplas dimensões, nos ensina que a desigualdade proveniente do capitalismo é um fenômeno histórico-social que tem suas raízes na apropriação privada da riqueza social, de modo que seus fundamentos são econômicos e políticos. Pobreza e desigualdade social na sociedade burguesa são produtos necessários da dinâmica de produção capitalista. Elas estão fundadas na exploração resultante de tal dinâmica.

Essa é uma forma de interpretar a pobreza e a desigualdade social que vai aos fundamentos, às raízes que geram as relações sociais antagônicas. Certamente, como se pode notar pela complexidade que desigualdade e pobreza adotam nessa quadra histórica do capitalismo hipertardio, elas não possuem apenas determinações econômicas, mas relacionam-se, através de complexas mediações, a outras determinações de natureza político-cultural e geopolítica. A questão está quando a análise toma o fundamento de determinação pelas suas consequências. A

desigualdade não é o fator desencadeador, mas o resultado de relações de exploração. Se estas não forem interrompidas, qualquer alteração só deslocará as contradições da sua estrutura para outras esferas.

Se este é o fundamento de explicação da existência da desigualdade econômico-social, da qual as outras emanam, então, há que se considerar que, mesmo com alto crescimento e desenvolvimento, os países capitalistas não alteram, necessariamente, seu padrão de distribuição da riqueza. Ao contrário, quanto maior for a produtividade do trabalho, mais a riqueza será concentrada na mão de poucos capitalistas.

Então, destacar a natureza da desigualdade oriunda do modo de produção capitalista e problematizar seus fundamentos é, a meu ver, uma grande contribuição que podemos aportar ao debate do tema.

Mas há outra contribuição tão importante quanto esta que entendo ser de ordem prática e se refere à compreensão sobre a natureza e o significado histórico da profissão. Trata-se de uma profissão que intervém no âmbito das sequelas deixadas pelas relações sociais antagônicas, características das sociedades de classe, tendo que lidar com suas expressões. A profissão atua nas formas de produção e reprodução material e ideológica da força de trabalho, contribuindo para sua sobrevivência, tornando-a apta para integrar-se no mercado, onde vende sua força de trabalho por um salário.

Assim, as relações humanas nas quais intervimos são relações de classe que expressam interesse e necessidade antagônicas, mediadas por questões de gênero, raça, etnia, religião, orientação sexual, etc.

É nessa perspectiva que nos inserimos no contexto do que tem sido chamado de relações humanas (que são relações fundamentalmente de produção e reprodução social), intervindo na reprodução material e espiritual dos usuários pela mediação do Estado e das políticas sociais, que se desdobram em políticas setoriais e estas, em programas e projetos. O Estado se vale de políticas sociais que são instrumentos que permitem o acesso a bens e serviços os quais não seriam acessíveis apenas pela via do mercado. Porém, para viabilizá-las, o Estado tem que destinar recursos.

Na condição de trabalhadoras assalariadas, temos nossos espaços limitados. A mediação do assalariamento, como nos dizem Yasbek e Iamamoto, coloca condições à nossa autonomia profissional. Não obstante, vendemos força de trabalho, mas não nossas consciências. Nossa capacidade racional e clareza teórica, apesar de serem obnubladas pela alienação do trabalho e pelo véu do qual o cotidiano se recobre, não são eliminadas nesse cotidiano, pois ele é espaço de contradição e contempla possibilidades e limites. O sujeito é ativo e tem um papel central nas decisões a tomar, donde a sua capacidade de criar, propor, enfim. Aqui se destacam profissionais que portam um projeto profissional crítico, que apesar de inseridas no cotidiano, conseguem se desprender dele para analisá-lo objetivamente. Esse projeto deve estar aportado em valores e princípios filosóficos e prático-operativos que indiquem seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados — para isso, seu aperfeiçoamento teórico e técnico, sua atitude investigativa e sua capacidade de articulação política com outros sujeitos sociais individuais e coletivos são fundamentais.

Por essa razão, nossa contribuição é teórico-prática.

Somente profissionais preparadas do ponto de vista teórico, com uma clara convicção de que a luta contra a desigualdade é uma luta anticapitalista, detêm a capacidade de enfrentar a contradição entre atuar nos programas sociais, ainda que focalistas, paliativos na garantia do direito de cidadania dos sujeitos, e na defesa da supressão das classes sociais como condição necessária à construção de outra sociedade.

Esse perfil de profissional enfrenta as contradições tendo clara a direção do projeto profissional crítico e reconhece a ineliminável dimensão ético-política da profissão na escolha do que fazer, além de como, quando, onde, com que meio, instrumentos, técnicas, estratégias e táticas.

Ambas as questões só podem ser interpretadas a partir da unidade teoria/prática: a leitura e interpretação que fazemos da pobreza e da desigualdade, das condições dos sujeitos das políticas, se os representamos como trabalhadoras ou como vulneráveis, vai nos levar a interpretar a responsabilidade do Estado ou a transferir tal responsabilidade para a

“família”, aliada com a interpretação mais correta possível do significado social da profissão na divisão do trabalho no capitalismo e da nossa condição de ser, ao mesmo tempo trabalhadoras assalariadas e sujeitos da história.

O que quero demarcar é que, a depender do referencial teórico com o qual se interpreta os processos sociais bem como se planeja suas formas de enfrentamento e os compromissos históricos da profissão e do profissional, o conjunto de respostas sócio-profissionais e políticas será escolhido e o acervo técnico-instrumental mobilizado.

Por fim, penso que nossa contribuição se amplia a partir do entendimento de que é possível e desejável a definição de uma cultura profissional latino-americana plural, que, mesmo nas diferenças, possa garantir unidade no que se refere a princípios, valores, objetivos, orientações para a construção de projetos acadêmico-pedagógicos e profissionais nos diferentes países; que reconheça a importância de ter uma apropriação rigorosa e crítica dos processos sociais; e, na mobilização do instrumental técnico-operativo, que contemple uma direção estratégica progressista e democrática e seja comprometida com os interesses dos trabalhadores; que invista fortemente na investigação sobre a realidade latino-americana e sobre a profissão nessa região e nas formas de enfrentar a raiz das desigualdades sociais.

2.4 Considerações finais: desafios ao Serviço Social latino e iberoamericano

Até agora nos concentramos especialmente na reflexão sobre as questões que tocam a América Latina como particularidades. Contudo, a análise da totalidade nos mostra que há processos históricos em curso que possuem determinações universais e que vêm atingindo a profissão do Serviço Social em todas as regiões e espaços sócio-ocupacionais, no âmbito do trabalho e da sua formação em nível de graduação e pós-graduação.

Os processos de precarização do trabalho, o trabalho intermitente, os contratos temporários, a diminuição dos salários, as requisições institucionais cada vez mais estranhas à profissão e/ou que configuram um determinado perfil profissional: burocratizado, desespecializado, desprofissionalizado, desregulamentado. Para tanto, temos que desenvolver investigações sobre os espaços de trabalho para que se possa fazer uma crítica às condições de trabalho e do cotidiano profissional.

No âmbito da formação profissional, como desafio, é preciso averiguar como o processo de Bolonha, que tem sido o fio condutor das políticas educacionais para o mundo, tem atravessado nossos países e que particularidades tem adotado em cada região.

Nesse contexto de regressão ídeo-política, em que se fala em nome de uma pseudoneutralidade e se combate todo tipo de pensamento que busque os fundamentos, cabe a nós desenvolver investigações que permitam elucidar como estudantes e profissionais têm se apropriado da teoria crítica. Como se dá seu ensino e com que estratégias didático-pedagógicas? Qual tem sido nossa capacidade de promover reflexões sobre os fundamentos e como temos nos apropriado das tecnologias educacionais voltadas para o ensino e a aprendizagem?

Temos observado um afastamento da formação em relação aos sujeitos individuais e coletivos com quem trabalhamos. Ao que parece, as lutas sociais estão passando ao largo da formação profissional graduada e pós-graduada.

Faz-se necessário, também, integrarmos-nos aos movimentos de resistência ao desmonte da educação no mundo, reafirmando uma concepção de educação pública, gratuita, laica, democrática, autônoma, de qualidade e socialmente referenciada.

Na linha da resistência, é preciso investir em estratégias coletivas. Dentre elas, o movimento estudantil organizado, que tem papel central na qualificação e na defesa de uma formação profissional de qualidade. Os estudantes, individualmente e através de suas organizações representativas, têm que se constituir em protagonistas da sua formação.

Da mesma maneira, é importante reconhecer o papel e a importância dos docentes, que necessitam de plenas condições de trabalho para desenvolverem o ensino, a pesquisa, a extensão e a produção de conhecimento crítico.

Necessitamos realizar intercâmbios acadêmicos e investigações integradas, mobilidades de docentes e estudantes.

Finalmente, é imprescindível a promoção e participação em eventos internacionais que congreguem docentes, assistentes sociais, investigadores(as), estudantes, na perspectiva de construirmos coletivamente os caminhos para um projeto profissional internacional que incorpore uma concepção de Serviço Social crítico, mas que vá além disso: que articule princípios, práticas, valores socioprofissionais, conhecimentos e metodologias de investigação, estratégias e formas coletivas de lutas e resistências.

É necessário um projeto que seja nosso horizonte, que esteja conectado com um projeto de sociedade emancipada, que contemple a emancipação de todos os povos, ampliando a intenção e o sonho latino-americano de Bolívar, Martí e Artigas: *la construcción de la Patria Grande*.

2.5 Referências

ABRAHAMSON, P. (2009). O retorno das medidas de ativação na política de bem-estar dinamarquesa: emprego e proteção social na Dinamarca. *Revista SER Social*, n. 25, 244-273.

CEPAL. Comisión Económica para América Latina y el Caribe. Programas de transferências condicionadas: Balance de la experiencia reciente en América Latina y el Caribe: Consultado em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/27854/S2011032_es.pdf?sequence.

CUEVAS, Augustin (org.) (1989) *Tempos conservadores – a direitização no Ocidente e na América Latina*. São Paulo: Editora Hucitec.

CHAUÍ, Marilena (1999). Reforma do ensino superior e autonomia universitária. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, ano XX, vol.61, ano XX, 118-126.

DELORS, Jacques et alii (1998). Educação: um tesouro a descobrir — Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez.

FERRERA, M. (2000). O futuro da Europa social: repensar o trabalho e a proteção social na nova economia. Oeiras: Celta.

FGV (Fundação Getúlio Vargas) (2003) Estudo sobre a nova estratégia de desenvolvimento regional e a experiência da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. Erechim/RS: EDIFAPES.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e Trabalho: bases para debater a Educação Profissional Emancipadora (2001). *Perspectiva*, Florianópolis, v.19, n.1, p.71-87, jan./jun.

GALEANO, Eduardo. Diez errores o mentiras frecuentes sobre literatura y cultura en América Latina. *Nueva Sociedad* Nro.56-57 septiembre-octubre/ noviembre- diciembre 1989, Pp. 65-78. Acesso em: http://nuso.org/media/articles/downloads/908_1.pdf.

GALEANO, Eduardo (1990). A descoberta da América (que ainda não houve). Tradução de Eric Nepomuceno. Porto Alegre: UFRGS.

GUERRA, Y. D. (2011). A pós-graduação em serviço social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *Temporalis*, n.22, 125-158. Brasília: ABEPSS. [file:///d:/meus%20documentos/downloads/2141-3411-1-pb%20\(1\).pdf](file:///d:/meus%20documentos/downloads/2141-3411-1-pb%20(1).pdf)

GUERRA, Y. D. (2010). A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e a distância. *Revista Serviço Social e Sociedade*, n.104, 715-736. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282010000400008>.

GUERRA, Y. D. (2007) *La instrumentalidad del Servicio Social*. São Paulo: Cortez.

LIMA, K. (2013). Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In Pereira, L. D.; Almeida, N. L. T.(eds) *Serviço Social e Educação*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

MÉSZÁROS, István (2009). *A Crise Estrutural do Capital*. Trad. Francisco Raul Cornejo [et al.]. São Paulo: Boitempo Editorial, 133p.

MOTA, Ana E. (2008) .A centralidade da Assistência na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: Motta, A. E. (Org) *O mito da Assistência Social*. São Paulo. Cortez, .

MÉSZÁROS, I. (2000). *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

NETTO, José Paulo (2012). Crise do capital e consequências societárias. *Revista Serviço Social e Sociedade*, 111, 413-429, <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002>.

NETTO, José Paulo (2013). Uma face contemporânea da barbárie. *Revista novos rumos*, v. 50, n. 1, 1-39. <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/novosrumos/article/view/3436/2657>.

NETTO, José Paulo (1990). *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez.

NETTO, José Paulo (2005). A reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, N. (Org.). Trabajo Social Latinoamericano: a 40 años de la reconceptualización. Buenos Aires: Espacio.

OTRANTO, Célia Regina. (2015) Universidades corporativas: o que são e para que servem? GT: Política de Educação Superior / n.11. 30ª. Reunião da ANPED. <http://www.anped11.uerj.br/30/GT11-2852--Int.pdf>. acessado outubro de 2015.

TAVARES, H. M. (2002) Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: Planejamento e Território, ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 2, p. 229-248.

CAPÍTULO 3

POLÍTICAS SOCIALES Y TRABAJO SOCIAL: APROXIMACIONES A UN ESTUDIO COMPARADO ENTRE COSTA RICA Y URUGUAY

Adela Claramunt Abbate (Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales Departamento de Trabajo Social)

Sandra Leopold Costáble (Universidad de la República, Facultad de Ciencias Sociales Departamento de Trabajo Social)

Rita Meoño Molina (Universidad de Costa Rica, Facultad de Ciencias Sociales, Escuela de Trabajo Social)

3.1 Introducción

Los nexos entre las políticas sociales y el Trabajo Social son constitutivos de una profesión cuyo ejercicio se encuentra estrechamente ligado a las transformaciones que los modelos de protección social han experimentado en su devenir histórico. Costa Rica y Uruguay comparten, particularmente, el haber encontrado fórmulas propias y heterodoxas que posibilitaron la configuración histórica de su matriz de protección social y el papel preponderante del Estado en lo concerniente a la regulación de la relación capital/trabajo.

Asimismo, ambos países han experimentado, en la última década, un proceso de ampliación y diversificación de los programas y servicios sociales, asociado a un incremento de la inversión social, tanto en las políticas sectoriales universales como en las propuestas asistenciales. No obstante, se observan persistentes dificultades para contrarrestar la desigualdad social y efectivizar los derechos de ciudadanía que evidencian

un acceso diferenciado a la protección social, afectando negativamente a los sectores más vulnerables.

A partir de estas consideraciones, el texto expone brevemente, y desde una perspectiva histórica, los componentes más destacados de la protección social en Costa Rica y Uruguay, al tiempo que coloca en diálogo comparativo los desafíos que se le presentan al Trabajo Social en ambos países en la actualidad

3.2 Protección social a la tica: el caso de Costa Rica

La historia reciente de Costa Rica está marcada por la constitución de la I República (de 1821 hasta 1949), período en que prevaleció un Estado Liberal comandado por la élite agroexportadora de café. Un período de transición entre la I y II República (de 1930 a 1950, denominado Estado Socio-liberal), resultante del agotamiento del Estado Liberal, abre camino a la transformación del aparato productivo que transita de un modelo agroexportador a un modelo de sustitución de importaciones que dio énfasis al desarrollo de la industria, con un Estado Interventor que vino a consolidar la II República.

A partir de la Revolución de 1948 (única revolución armada experimentada por el país) y la promulgación de la Constitución de 1949 (vigente hoy), el país inicia una nueva etapa de importantes reformas sociales y económicas, producto de un reacomodo de bloques de poder, de un Estado Interventor en la economía y del impulso de una agricultura de exportación más diversificada, desplazada luego por el fomento de la industrialización basado en un modelo de “sustitución de importaciones” en el marco del Mercado Común Centroamericano (MCC).

Si bien a principios del Siglo XIX existían programas de seguro social para algunos grupos de trabajadores, es con el Estado Interventor¹⁷ que emerge la creación de un sistema de protección social con vocación

¹⁷ Producto de acuerdos entre las fuerzas sociopolíticas de la época: Partido Comunista, Tendencias Socialcristianas y Socialdemócratas, Iglesia Católica e Intelectuales.

universal y orientado a la promoción de derechos sociales fundamentales. La inversión social pública (ISP) como prioridad, una legislación social de avanzada, la institucionalización de políticas universales (en salud, educación, seguridad social, vivienda, acceso a agua potable, electricidad), el crecimiento económico sostenido post guerras y el Estado asumiendo un rol protagonista del desarrollo, dieron como resultado una fórmula propia (a la tica), que permitió que, a partir de los años 40, el país lograra parámetros de equidad social inusuales en Centroamérica.

En 1941, durante su II República, Costa Rica crea la Caja Costarricense del Seguro Social (CCSS), única institución encargada de la Seguridad Social en el país. En 1943, se establece el seguro social obligatorio y se instaura en la Constitución Política las Garantías Sociales y el principio de solidaridad nacional. En 1947, se crea el Seguro de Invalidez, Vejez y Muerte, administrado por la CCSS, y en 1961 adquiere rango constitucional la obligatoriedad de universalizar el seguro social a toda la población y la obligación estatal de subsidiar ese proceso. En 1949, las mujeres conquistan el derecho al voto, se decreta abolir el ejército y nacionalizar la Banca. En 1951, se crean los Centros de Atención y Nutrición (CEN-Cinai), y en 1961, el Instituto Costarricense de Acueductos y Alcantarillado, para garantizar el acceso universal del agua potable, y el Instituto de Tierras y Colonización (ITCO), para promover el acceso a la tierra. En 1965, nace el Instituto Nacional de Aprendizaje (INA), para promover la capacitación para el trabajo productivo y, en los 70, el país establece la salud como un bien de interés público, logrando los mejores índices en salud junto con Cuba, Chile y Uruguay. El Instituto Mixto de Ayuda Social (IMAS) se crea en 1971, para atender la población en condición de pobreza, y, en 1974, el Fondo de Desarrollo Social y Asignaciones Familiares (FODESAF), fondo de inversión social, financiado solidariamente para apoyar programas y servicios dirigidos a la atención de la pobreza. Además, ese año, se instala el Régimen No Contributivo de Pensiones.

Según Vega (1986), en el período 1950-1970, Costa Rica muestra un crecimiento extraordinario de las clases medias y del aparato esta-

tal. Además, alcanza resultados notables en reducción de la mortalidad infantil, de la desnutrición y del analfabetismo; en el incremento en la esperanza de vida¹⁸; y en la ampliación de la seguridad social y del acceso a agua potable domiciliaria y a líneas telefónicas.

Después de más de tres décadas de un acelerado desarrollo capitalista-dependiente, caracterizado por una evolución social y un reforzamiento de la vida democrática, 1980 marca un punto de ruptura, y la Costa Rica conocida como La Suiza Centroamericana inicia un nuevo período, caracterizado por la apertura comercial y la liberalización de la economía interna. Durante esos años el país sufre fuertes retrocesos: el desempleo abierto pasó de 4,5% en 1978 a un 8,7% en 1981; un encarecimiento del costo de la vida por la inflación que llegó al 100% y una desvalorización monetaria frente al dólar cercana al 400%; el total de familias que no cubrían sus necesidades básicas pasó de 25,1%, en 1971, a un 24,8%, en 1977, hasta un 56,4%, en 1981.

La superación de esta crisis estructural sometió al país a un período de estabilización, a través de Programas de Ajuste Estructural (PAEs) impuestos por organismos internacionales que orientaron la economía a favor de una mayor inserción en el mercado internacional con condiciones mundiales nuevas. Complementariamente, el país puso en marcha un Plan de Compensación Social para enfrentar la crisis.

Posteriormente a “la década pérdida” (años 80), el país se ve obligado a fortalecer la inversión social pública aplicando políticas universales — sobre todo — en salud y educación. Aún, cuando se recuperan las coberturas en educación, se crean los “Equipos Básicos de Atención Integral en Salud (EBAIS)” y la incidencia de la pobreza se mantuvo alrededor de un 20%; el país no logra recuperar la favorable situación de los 80. En materia de política social, prevalecen estrategias cortoplacistas de combate a la pobreza según gobiernos de turno y el sector social muestra gran desarticulación.

Una nueva estructura socioeconómica explica la evolución de la sociedad costarricense a inicios del siglo XXI, período caracterizado por el

¹⁸ Según datos del 2010 del Inec: 76.9 años para hombres y 81,8 para mujeres.

aumento de la desigualdad y el deterioro de los niveles de vida de las clases medias, junto con el enriquecimiento acelerado de algunos sectores de la burguesía, esencialmente financiera y comercial (HIDALGO, 2007, p. 15). A ello se suma el ataque al Estado de Derecho, con su impacto en las políticas sociales, capturadas por una lógica de adaptación para responder al trinomio: privatización, focalización y descentralización.

Por su parte, desde 1990, producto de acuerdos políticos heterodoxos, la ISP muestra una tendencia creciente, sostenida en tiempos de severas restricciones económicas. Los programas universales se expandieron en el 2010: los servicios educativos y el suministro de agua representaron el 58% de la ISP total y el 12,6% del PIB. El Sistema de Seguridad Social (gestionado únicamente por la CCSS y constituido por los Servicios de Salud¹⁹ y el Régimen Mixto de Pensiones) muestra que, al combinar pensiones y salud, se alcanzó un 62,7% de cobertura y un 92% en la cobertura de seguro social (la segunda y la primera cobertura más alta de la Región, respectivamente) (ROMÁN, 2012, p. 20). Los programas sociales selectivos también mostraron expansión en el 2010, representando el 11,5% de la ISP total y el 2,5% del PIB.

No obstante, una “nueva racionalidad” altera la matriz original de la protección social del país; al lado de políticas universales y sectoriales sustentadas en pilares no-contributivos y contributivos, se introduce como “innovación” el desarrollo de Programas de Transferencias Monetarias Condicionadas (PTMC) y las alianzas público-privadas en la oferta de servicios sociales. Así, “durante el primer quinquenio del s XXI el impulso de programas en favor de la educación y la creación de servicios de cuido para niños, niñas y personas adulto mayores son las novedades más significativas del sistema de protección social costarricense” (ROMÁN, 2012, p. 10).

El Programa Avancemos, creado en el 2006, es la más importante iniciativa gubernamental de los últimos 15 años. Promueve la permanencia y reinserción en la secundaria de jóvenes (pertenecientes a fami-

¹⁹ Regidos por principios de UNIVERSALIDAD en cobertura, EQUIDAD en el acceso, y SOLIDARIDAD en el financiamiento.

lias en condición de vulnerabilidad), mediante un estipendio mensual condicionado a la asistencia y desempeño académico. El Programa se ha mantenido a pesar de los cambios de gobierno, y para el 2017 otorgó alrededor de 170000 mil beneficios a estudiantes.

La Red Nacional de Cuido (REDCUDI) apoya la inserción educativa y laboral de las mujeres, mediante la expansión de servicios de cuido para personas dependientes de familias en pobreza. El cuido pasa a ser tema de responsabilidad social, y además del Estado; se otorga participación a Municipios, sector privado y la sociedad civil organizada. Según el Estado de la Nación (2017, p.46), en 2016, la Redcudi registró 1.157 centros infantiles y logró 52.190 atendimientos.

Por su parte, Puente para el Desarrollo, desde el 2015 es la estrategia nacional de atención a la pobreza, que promueve la articulación de programas, proyectos y acciones entre instituciones públicas para efectivizar el acceso real a los servicios sociales estatales. Según datos del Instituto Nacional de Estadística y Censos (INEC), el país redujo sus niveles de pobreza de un 22,4%, en el 2014, a 20%, en el 2017. En ese mismo período, la pobreza extrema bajó de 6,7% a 5,7% y la pobreza rural de 30,3% a 24,1%.

Actualmente Costa Rica, con 4 909 000 habitantes, se sitúa en la categoría de Desarrollo Humano Alto con un valor de 0,776, ocupando el lugar 66 de 188 países y el lugar 9 en América Latina y el Caribe. Su experiencia reciente demuestra que el esfuerzo histórico por mantener un alto nivel de IS recibe su recompensa y que, incluso en contextos adversos como el actual, es posible reducir la desigualdad. No obstante, la sostenibilidad del piso de protección alcanzado enfrenta serios problemas y desafíos: la creciente desigualdad, una población que envejece, debilidades en el mercado de trabajo, un dinamismo económico desvinculado del empleo estable y el déficit fiscal se constituyen en los desafíos más relevantes que comprometen los logros alcanzados.

3.3 Protección social en Uruguay: de las bases fundacionales al presente

Tal como afirma Fernando Filgueira, aunque el Estado uruguayo comenzó a conformarse en el último cuarto del siglo XIX, son precisamente las administraciones de José Batlle y Ordóñez, desarrolladas entre 1903–1907 y 1911–1915, las que se vinculan a la constitución de un Estado interventor en el diseño de las políticas sociales. (FILGUEIRA Y FILGUEIRA, 1994, p. 16-23).

En la literatura especializada en la matriz de protección social uruguaya implementada a inicios del siglo XX, existe amplio consenso en describir un sistema de políticas sociales fuertemente institucionalizado, estructurado sobre una base de prestaciones de carácter universal en educación y estratificada en materia sanitaria y de seguridad social, que tendió a incorporar a la mayoría de los sectores asalariados urbanos, con una incorporación tardía de los trabajadores rurales (FILGUEIRA, 1998).

Juntamente con la protección social desarrollada en ese período, se consagraron los derechos políticos de los ciudadanos. En 1919, se otorgó el derecho a voto a los analfabetos, jornaleros y sirvientes a sueldo, y en 1938 se sancionó el voto de la mujer. Asimismo, el laicismo anticlerical dominante en el país a comienzos del siglo XX posibilitó la sanción de la separación total de la Iglesia y el Estado en 1917.

Hasta mediados de los años 50, se instaló en el país un proyecto de desarrollo capitalista, impulsado exitosamente por la débil fracción industrial de la burguesía nacional y habilitado por una singular coyuntura internacional que posibilitó la inserción en el mercado mundial de una favorable economía agroexportadora, que contó con precios sumamente elevados de carne y lana hasta promediar la mitad del siglo XX. Uruguay vivirá durante la segunda posguerra su etapa feliz, sobre la que se consolidará la leyenda de la Suiza de América.

En 1943, junto a una creciente organización corporativa de los trabajadores, se observa un ímpetu legislativo, sumamente beneficioso para los mismos: se sancionan los Consejos de Salarios — ámbitos tripartitos de negociación salarial para la actividad privada, involucrando a representantes de los trabajadores, de los empresarios y del Estado — y se incorpora dentro de las prestaciones de la seguridad social un salario familiar, denominado asignación familiar. De esta manera, se fue perfilando una sociedad integrada, mesocrática, igualada por la función asistencial de un Estado protector. Sin embargo, con la finalización de la Guerra de Corea, los límites del modelo comenzaron a percibirse con mayor nitidez y afloran todas las debilidades de la propuesta. El país debió recurrir al crédito externo ofrecido por el FMI a cambio de la sujeción a sus rígidos programas de estabilización, caracterizados por la congelación salarial, la eliminación del proteccionismo y la liberación del mercado.

Avanzada la década del 60, la crisis constituyó la expresión abarcativa de la situación del país. En este contexto, se configuró lo que Olesker (2000, p. 13) ha denominado “modelo de reajuste autoritario”, que se instaló definitivamente con el quiebre democrático de 1973 y que perseguía el propósito de concentrar la riqueza y dar un mayor poder político al conglomerado empresarial.

A partir de la profunda recesión económica de los años 70 y 80 del siglo pasado, se conformó un escenario socio histórico mundial favorable para el desenvolvimiento de una nueva reestructuración capitalista tanto en lo referente al proceso productivo como en relación a la regulación socio estatal. Desde mediados de los años 90, las orientaciones neoliberales en la región promovieron “políticas de ajuste”, consustanciadas con la reducción de las funciones del Estado en la vida social y en defensa del libre juego del mercado. En el caso uruguayo, diversas investigaciones identificaron una tendencia creciente de la pobreza en Uruguay, reconociendo una importante agudización en el año 2003, cuando la misma alcanzó valores hasta del 41% en la totalidad de la población del país (UNICEF, 2005).

En el cuadro de modificaciones macroeconómicas y sociales acaecido en las postrimerías del siglo XX, se conformó un nuevo paradigma de bienestar social. Las políticas sociales asumieron un carácter residual y subordinado a imperativos de disciplina fiscal, en tanto la conflictividad social se vio reducida a problemas de pobreza extrema y no a la producción y distribución de bienestar social entendida como generadora de ciudadanía. No obstante, la estructura de protección social fundacional del Uruguay logró resistir los impulsos reformistas de la dictadura (1973-1984), así como las presiones regresivas en materia de gasto social sostenidas en la década de los noventa en la región.

A partir de 2005, con la asunción en el gobierno del Frente Amplio – Encuentro Progresista, el esquema de protección social experimentó nuevos cambios en Uruguay, con la puesta en marcha de tres medidas significativas en materia de bienestar: la recreación de los Consejos de Salarios, la creación del Ministerio de Desarrollo Social (MIDES), entendido como el organismo coordinador en este campo, y particularmente el desarrollo entre los años 2005 – 2007 del Plan Nacional de Atención a la Emergencia Social (PANES)²⁰. Al finalizar la ejecución del Panes, se puso en funcionamiento el llamado Plan de Equidad²¹, concebido como una propuesta de mediana y larga duración, orientado a incidir en la estructura de desigualdad vigente. En suma, la estrategia de acceso al

²⁰ El Panes se concibió como un programa transitorio, proyectado específicamente para funcionar durante dos años y focalizado en los sectores sociales de menores recursos, específicamente en el segmento considerado en situación de indigencia. Se estructuró en base a siete componentes: ingreso ciudadano, apoyo alimentario, emergencia sanitaria, educación en contextos críticos — apoyo a escuelas, liceos y educación técnica —, empleo transitorio, mejoramiento de asentamientos precarios, tugurios y casas de inquilinato, y alojamiento de personas en situación de calle. (Presidencia de la República, Gabinete Social, Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales, 2007).

²¹ El Plan de Equidad se conforma, por un lado, con los componentes estructurales de la matriz de protección social, cuya implementación supone una operativa de mediano y largo plazo: i) la reforma tributaria; ii) la reforma de salud; iii) revisiones de las políticas de empleo; iv) nueva política de vivienda y hábitat; v) la reforma educativa; vi) el plan nacional de igualdad de oportunidades y derechos. A estos se suman los componentes específicos que conforman una red moderna de asistencia e integración social que se estructuran en un conjunto de siete medidas y estrategias de acción iniciales: i) régimen de prestaciones sociales no contributivas o de transferencias monetarias (Asignaciones Familiares y Pensiones a la Vejez), ii) seguridad alimentaria, iii) políticas de educación para la infancia y adolescencia, iv) políticas asociadas al trabajo protegido, v) promoción de cooperativas sociales y emprendimientos productivos, vi) políticas de promoción e inclusión social y vii) políticas de atención de la discapacidad (Presidencia de la República, Gabinete Social, Consejo Nacional de Coordinación de Políticas Sociales, 2007).

bienestar implementado en este último período ha venido priorizando líneas de universalización y focalización con pretensiones últimas de incorporación de la población que se encuentra en situación de extrema pobreza a los dispositivos universales y al mercado formal de trabajo.

Desde hace ya varios años, el país está atravesando un ciclo de crecimiento económico exitoso, donde la tasa de empleo y la demanda de trabajo se han incrementado notablemente. Sin embargo, hay sectores de la sociedad donde aún la brecha de inclusión, en términos de inserción al mercado laboral formal, del acceso y del ejercicio de los derechos sociales, continúa siendo amplia. Las mujeres y los jóvenes se mantienen como poblaciones con una problemática no resuelta en materia de ocupación formal.

Si bien la política asistencial se ha desarrollado y ampliado su cobertura, no parece estar claramente articulada ni con los dispositivos universales ni con el mercado formal de trabajo. Al respecto, la evidencia empírica de estudios realizados en este período expone notorias dificultades (LEOPOLD et al, 2015). De esta manera, parecería reafirmarse el riesgo de dualización en el tratamiento de las problemáticas socioeconómicas — ya advertido en otras producciones académicas nacionales — que se materializa en la separación entre un componente de asistencia social, financiado por rentas generales, y otro de bienestar, fundamentalmente contributivo y vinculado al empleo.

3.4 El Trabajo Social en la configuración actual de la protección social: tensiones y desafíos para contribuir a hacer efectivos los derechos humanos y sociales

Dada la vinculación histórica del Trabajo Social con las políticas sociales, el panorama de ambos países coloca importantes desafíos al Trabajo Social, tanto en los espacios socio ocupacionales de la profesión, como en la formación de grado y posgrado. La transición hacia un nuevo

régimen de acumulación del capital está generando cambios intensos e impensables en todas las esferas de la vida. En cuanto trabajo asalariado, la profesión no es inmune a la dinámica de los procesos económicos, políticos y sociales contemporáneos, dado que determinan su configuración técnico-profesional incidiendo en las competencias y atribuciones, en las demandas y posibilidades, así como en las condiciones y relaciones sociales en que su accionar se lleva adelante. Se modifican así las condiciones objetivas y subjetivas de la práctica profesional (GUERRA, 2000).

En el actual escenario de las políticas sociales, nuevas y precarias modalidades de contratación (contratos a término y por proyectos), indiferenciación en la contratación de profesionales de ciencias sociales, flexibilización, desregulación, precarización laboral, desigualdad salarial (entre profesiones y por género dentro de la misma profesión), son algunas de las nuevas realidades profesionales.

La intensificación y polifuncionalidad del trabajo, así como la imposición de metas de productividad y desempeño cada vez se hacen más presentes en la institucionalidad pública. A este cuadro se suma el desgaste emocional de las y los profesionales, asociados a la gravedad y agudeza de las situaciones que deben atender y que son vividas por las personas con los que trabajan, a quienes — la mayoría de las veces — se ofrecen intervenciones focalizadas en aspectos subjetivos y culturales, debido a la desmaterialización de las respuestas que es posible otorgar desde la institucionalidad.

Por su parte, la falta de incentivos laborales y la prevalencia de locales inadecuados para llevar a cabo el ejercicio profesional se constituyen en fuentes de desmotivación en el trabajo. La ausencia de posibilidades de ascenso, el no reconocimiento de la carrera profesional, el escaso margen para espacios de formación continua y de reflexión colectiva, así como para la participación en los espacios gremiales y en la asociación que nuclea a la categoría profesional, podría contribuir a hacer más frágiles las posibilidades de ejercer un trabajo más autónomo, en el sentido

de imprimir a su quehacer una direccionalidad tendiente a la efectivización de derechos.

Como consecuencia, el multiempleo para paliar la inseguridad y los bajos salarios, aparece como mecanismos de sobrevivencia. De esta forma, los profesionales se ven sometidos a jornadas laborales extensas e intensivas que afectan negativamente su calidad de vida y la de sus familias, constituyéndose en otro elemento definitorio de la precarización laboral y en una afectación de sus propios derechos humanos y sociales. Este tipo de situaciones podrían contribuir a hacer más frágiles las posibilidades de ejercer su autonomía relativa dentro de los límites de las instituciones contratantes y minimizar la generación de espacios de reflexión colectiva en los que se potencia la capacidad de análisis y la proyección sociopolítica de su accionar.

Defender e impulsar el empleo decente y reducir la brecha de género son desafíos gremiales ineludibles. Este contexto exige una revisión crítica de los proyectos de formación profesional, de manera que éstos se comprometan con la defensa crítica del Estado Social de Derecho y con la promoción, defensa y exigibilidad de los derechos humanos.

Será indispensable una formación profesional de grado y posgrado que permita comprender las causas que explican el momento histórico y las reconfiguraciones que experimenta el Estado, las políticas y los servicios sociales en un contexto en el que se ven amenazadas algunas conquistas sociales del último período, al tiempo que persisten dificultades estructurales para contrarrestar la desigualdad social. Resultan obligatorios conocimientos teóricos, metodológicos, éticos y técnico operativos para investigar e intervenir en la realidad social, así como capacidades para participar e incidir activamente en el diseño, formulación, gestión, ejecución y evaluación de políticas sociales universales y progresistas que permitan mantener y fortalecer los niveles de protección social innegociables.

Los proyectos ético políticos profesionales deben renovar la defensa ineludible de la inversión social pública, sobre todo en contextos de crisis estructural, como necesaria, deseable y posible, y como factor de

estabilización de la economía, que reduce la desigualdad y resguarda la tradición democrática y la paz social de nuestros países. La fortaleza institucional forjada durante décadas sobre la base de políticas sociales universales está siendo amenazada, por tanto, la profesión debe renovar su visión estratégica para incidir — en articulación con otras fuerzas sociales — en las políticas sociales y contribuir a remozar e innovar el funcionamiento de las instituciones, programas y servicios de carácter social, para que efectivamente contribuyan al cumplimiento de derechos de las poblaciones destinatarias.

3.5 Referencias

BERMÚDEZ, M. Costa Rica logró importante reducción de pobreza, mientras América Latina sufría un incremento de este flagelo. En Bitácora. Gobierno de Costa Rica. 8 de enero 2018. Disponible en: <http://gobierno.cr/costa-rica-logro-importante-reduccion-de-pobreza-mientras-america-latina-la-incremento/>

FILGUEIRA, F Y FILGUEIRA, C. (1994) El largo adiós al país modelo. Políticas sociales y pobreza en el Uruguay. Montevideo: Arca.

GUERRA, Y. (2000) La crisis contemporánea y los impactos en la instrumentalidad del Trabajo Social. En Boletín Electrónico Surá. Escuela de Trabajo Social. Universidad de Costa Rica. p.1-25.

HIDALGO, A. L. Costa Rica en evolución. Política económica, desarrollo y cambio estructural del sistema socioeconómico costarricense (1980-2002). 1. ed. España: Editorial de la Universidad de Costa Rica; Servicio de publicaciones de la Universidad de Huelva. España, 2003.

_____. Los modelos histórico-estructurales del desarrollo costarricense. 2007. Disponible en: <<http://www.uhu.es/antonio.hidalgo/documentos/Des-Hist-Estr-CR.pdf>>.

_____. Los modelos histórico-estructurales del desarrollo costarricense. 2007. Disponible en: <<http://www.uhu.es/antonio.hidalgo/documentos/Des-Hist-Estr-CR.pdf>>.

LEOPOLD, S. et al (2015) Las trayectorias de la inclusión como estrategias de intervención social. En: Cuadernos de Ciencias Sociales y Políticas Sociales. Montevideo: DTS, FCS, UDELAR -MIDES.

NACIONES UNIDAS. Informe Mundial sobre Desarrollo Humano 2016: Desarrollo humano para todas las personas. Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD). 2016.

OLESKER, D. (2000), La economía y la sociedad uruguaya: una visión históricoestructural. Montevideo: Instituto Cuesta Duarte. PIT-CNT.

PROGRAMA ESTADO DE LA NACIÓN. Estado de la Nación 2017. Programa Estado de la Nación. San José, C.R.: PEN, 2017

ROMÁN, I. Sistemas de Protección Social en América Latina y el Caribe: Costa Rica, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Naciones Unidas, 2012

_____. Sustentabilidad de los programas de transferencias condicionadas: la experiencia del Instituto Mixto de Ayuda Social y “Avancemos” en Costa Rica. Serie Políticas Sociales 160. División de Desarrollo Social de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). 2010.

UNICEF (2005), *Inversión en la Infancia en Uruguay. Análisis del gasto público social: tendencias y desafíos*. Montevideo.

VEGA, J. L. *Hacia una interpretación del desarrollo costarricense; ensayo sociológico*. 5. ed. San José: Editorial Porvenir, 1986.

CAPÍTULO 4

TRANSFORMACIONES PRODUCTIVAS, PRECARIZACIÓN DE LA VIDA Y CONSERVADURISMO: IMPLICANCIAS EN LA FORMACIÓN PROFESIONAL

Manuel Mallardi²²

Carolina Mamblona²³

Marcela Moleda²⁴

4.1 Introducción

El presente trabajo sintetiza un conjunto de reflexiones en torno a la formación profesional del Trabajo Social en Argentina, haciendo énfasis en el análisis de las determinaciones socio-históricas contemporáneas. Analíticamente, se parte de considerar que el Trabajo Social es resultante de la conjunción de la historia, en tanto actividad socialmente determinada por las condiciones histórico-coyunturales, y de las respuestas dadas por el colectivo profesional (IAMAMOTO, 1997).

En este marco, las reflexiones llevadas a cabo permiten articular la formación y el ejercicio profesional con el desarrollo de procesos de precarización de la reproducción social contemporánea, donde se destacan, de manera dialécticamente vinculadas, las transformaciones productivas acaecidas en los países capitalistas y sus impactos en la precarización

²² Lic. y Mag. en Trabajo Social, Dr. en Ciencias Sociales, investigador del Conicet y docente de la Universidad Nacional del Centro (UNICEN-Tandil) y de la Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina.

²³ Lic. y Mg. en Trabajo Social, docente e investigadora de la Universidad Nacional de La Plata, Universidad Nacional del Centro (Unicen), Tandil, Argentina.

²⁴ Lic. y Mg. en Trabajo Social, docente e investigadora de la Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina.

laboral, las implicancias del neoliberalismo y la precarización de la política social.

Teniendo en cuenta estos elementos, se analizan las transformaciones de la educación superior y la consolidación del padrón técnico-instrumental en la formación profesional, reflexionando respecto de los impactos que estos procesos tienen en la formación profesional. En este aspecto, inicialmente se avanza en la caracterización de los lineamientos de la formación superior en general, para luego profundizar sus implicancias en la particularidad de la trayectoria formativa del Trabajo Social.

Teniendo en cuenta el predominio de demandas instrumentales, administrativas, asistencialistas, en consecuencia, fragmentadas, nos interrogamos sobre cuáles son las implicancias de la hegemonía técnica en la formación profesional de Trabajo Social en la sociedad contemporánea.

Procurar responder a este interrogante implica, en primer lugar, avanzar en el análisis de las trayectorias académicas, donde se visualiza la coexistencia de la formación profesional en el ámbito universitario, con perfiles heterogéneos, del crecimiento paulatino de trayectos intermedios, con una duración de tres años, denominados tecnicaturas, y de la formación superior no universitaria, con una trayectoria de cuatro años, eminentemente técnica, con una presencia en el territorio que supera el número de carreras universitarias.

Por su parte, en segundo lugar, y teniendo en cuenta la particularidad formativa en Argentina, se torna necesario considerar las racionalidades presentes en el colectivo profesional, como así también su vinculación con las Ciencias Sociales. En esta línea, Guerra (2007) afirma que en el Trabajo Social coexisten diversas racionalidades, destacando el predominio de la racionalidad formal abstracta, entendida como aquella que recupera modelos explicativos de la sociedad, presentes en la tradición positivista, donde los procesos sociales son considerados como ‘cosas’, exteriores, superiores y anteriores a los individuos. De este modo, este trabajo procura realizar una síntesis analítica que permita aprehen-

der la procesualidad de la formación profesional en este país en correlación con el avance de la racionalidad formal abstracta.

4.2 Transformaciones productivas y precarización laboral

Recuperando el carácter de profesional asalariado de quienes ejercen el Trabajo Social, se hace necesario considerar las transformaciones en el mundo de trabajo que repercuten en las condiciones laborales de los trabajadores en general y de los trabajadores sociales en particular. En términos generales, puede decirse que la relación salarial implica, en las sociedades capitalistas, el desarrollo de una actividad laboral, por parte del trabajador, en contrapartida a la adquisición de una remuneración o salario, a cargo del empleador. Además, si esta relación se encuentra formalizada, el trabajador tiene otros derechos que deben ser garantizados: aguinaldo, licencias, vacaciones pagas, obra social y aportes jubilatorios.

En términos históricos, puede decirse que desde la segunda posguerra y hasta mediados de los años setenta las relaciones laborales, principalmente el salario, no dependían directamente del mercado, sino de las tensiones, negociaciones y concesiones del Estado (HOBSBAWM, 1998). Las conquistas de los sectores trabajadores bajo el “Estado de Bienestar”, con distintas expresiones a nivel mundial, se tradujeron en bajo desempleo y estabilidad del empleo, los salarios de las principales ramas de actividad se fijaban por medio de las convenciones colectivas de trabajo, y en varios países se consolidó un sistema complejo e integrado de seguridad social.

A partir de la década de 1970, se inicia un proceso de reformas estatales y productivas que suponen alteraciones en la organización del mundo del trabajo, cuya característica principal es la reestructuración económica que redundaba en una mayor flexibilidad en las relaciones laborales, en claro detrimento de una fuerza laboral debilitada (HARVEY, 2008).

Desde entonces, flexibilidad laboral, subcontratación, desregulación y tercerización son la base de la nueva forma de organizar la estructura económico-productiva, que se caracteriza por la necesidad de adaptarse constantemente a cambios y demandas externas. Estas transformaciones del mundo del trabajo, en el marco de régimen de acumulación flexible (HARVEY, 2007), o toyotismo (ANTUNES, 2003, 2005), suponen la instauración de una gama de relaciones laborales que rompen con las relaciones salariales predominantes hasta entonces y con derechos laborales históricamente conquistados.

Estos procesos son la base de una estrategia mundializada para dotar al capital de los medios necesarios para procurar alcanzar los niveles de expansión anteriores a la crisis de 1970. Lejos de ser una estrategia parcial, articula las distintas dimensiones de la reproducción social, pues implica, para Antunes (2009),

Un proceso de reorganización productiva en escala global, aunque de un modo bastante diferenciado, al igual que un sistema ideológico y político de dominación, cuyos contornos más evidentes fueron el advenimiento del neoliberalismo, la privatización del Estado, la desregulación de los derechos del trabajo y el desmontaje del sector productivo estatal (p. 19).

Se instala desde entonces una nueva realidad laboral cotidiana para amplios sectores de la población, donde la previsión y la estabilidad ceden paso a la informalidad y a la imposibilidad de pensar trayectorias laborales permanentes en cada lugar de trabajo.

Ahora bien, considerando que estas transformaciones alteran a la totalidad de los trabajadores, se hace necesario avanzar en la identificación de sus expresiones en la realidad cotidiana de los profesionales del Trabajo Social. Al respecto, distintos trabajos han avanzado en esta dirección y han permitido visibilizar las consecuencias de dichas alteraciones del mundo del trabajo en el campo profesional (CF. SIEDE, 2012; CADEMARTORI, CAMPOS, Y SEIFFER, 2007; AQUIN, 2009; BENITO Y CHINCHILLA, 2005). En este apartado, interesa sintetizar que dichas

transformaciones definen el tipo de relación entre el profesional y la institución, determinando las actividades que podrá desarrollar, su autonomía relativa, siempre tensionada por la dinámica institucional y la capacidad estratégica del profesional (GUERRA, 2013). Agregando la autora que “el aumento del desempleo, del sub-empleo, de la precarización del trabajo, las nuevas formas de contratación: por tiempo determinado, por proyecto, por hora, por tiempo parcial y otras, inciden en la atención de las demandas y en la calidad de la intervención profesional” (GUERRA, 2013, p. 5).

Como consecuencia, en la actualidad, las condiciones laborales adquieren suma relevancia para comprender las particularidades del Trabajo Social contemporáneo. Es decir, las distintas modalidades de contratación que afectan a los profesionales del Trabajo Social incluyen, además del empleo protegido, distintas expresiones de empleo precario: plantas transitorias; contratos por tiempo definido donde el profesional factura honorarios y, por lo tanto, se inscribe como monotributista; becas ad honorem; y empleos donde se perciben honorarios pero no hay contrato, recibo de sueldo ni facturación (SIEDE, 2012b).

Es decir, se ha extendido una modalidad de contratación donde el profesional, además de no contar con las protecciones garantizadas en la relación salarial, se vincula de manera diferencial con las organizaciones, donde las características principales son la informalidad, la precariedad y la inestabilidad.

4.3 Neoliberalismo y precarización de la política social

A partir de considerar a la política social como espacio de inserción del Trabajo Social (MONTAÑO, 1999), se hace necesario avanzar en la caracterización de los trazos generales de las estrategias de intervención del Estado en la “cuestión social”. En primer lugar, es necesario recuperar el aporte de Netto (2002), quien menciona que ésta se configura en un proceso de parcialización y fragmentación que produce que la “cues-

ción social” sea atendida en sus refracciones. De este modo, *distintos* “problemas sociales” son objeto de intervención de *distintas* políticas sociales, que los atienden en su singularidad, desvinculando unos de otros.

Consecuentemente, dado que, como se planteó, la política social constituye el espacio de inserción laboral de los trabajadores sociales, cada profesional desarrolla su intervención en organizaciones que implementan políticas y servicios sociales que abordan distintas problemáticas sociales, como, por ejemplo, educación, salud, desempleo, políticas de vivienda, etc. Entonces, el profesional desarrolla sus intervenciones en el marco de la vida cotidiana de los usuarios, pero con el ‘mandato’ de abordar sólo aquellas cuestiones que la institución reconoce como legítimas y susceptibles de intervención.

Ahora bien, además de este proceso de fragmentación y parcialización, el mencionado autor sostiene que estas estrategias son acompañadas de maniobras de transferencia de responsabilidades a los sujetos afectados por los distintos “problemas sociales”, mediante un proceso de psicologización, donde la atenuación y/o modificación del “problema social” se deposita en los aspectos personales del individuo.

Esta tendencia a la individualización de los “problemas sociales” se traduce en los objetivos y los recursos previstos en cada una de las políticas sociales y adquiere, en términos históricos, nuevas expresiones, de acuerdo a la correlación de fuerzas vigente en cada sociedad. En este sentido, interesa resaltar que las estrategias de intervención sobre la “cuestión social” incorporan discursos y prácticas de transferencia de responsabilidades a las personas involucradas.

En términos sociohistóricos se torna necesario precisar las particularidades de la política social desarrolladas en el marco del modelo neoliberal, modelo que es caracterizado como un fenómeno multifacético y cuya dinámica general se vincula a nuevos objetivos de clase que operaron en beneficio de las capas más altas de los sectores capitalistas (DUMÉNIL Y LÉVY, 2014).

En el marco del “Consenso de Washington”, entendido como conjunto de políticas emanadas de instituciones con sede en la capi-

tal estadounidense, tales como el Fondo Monetario (FMI), el Banco Mundial (BM), el Banco Interamericano de Desarrollo (BID), se emprende una fuerte crítica al Estado y a su papel en la economía, visibilizándolo como el responsable de los desequilibrios macroeconómicos (GAMBINA, 2012). En este contexto, el horizonte se vincula al achicamiento del déficit fiscal y a la disminución del gasto público, abriendo el paso para el arancelamiento y la mercantilización de la educación, la salud y otros derechos asignados históricamente al gasto del Estado.

La política social bajo el influjo neoliberal se caracterizó, consecuentemente, por la implantación de cuatro estrategias fundamentales: el recorte del gasto social, la privatización, la focalización del gasto social público en programas selectivos contra la pobreza y la descentralización (LAURELL, 1999).

En la misma línea, Grassi (2003) afirma que la política social desarrollada durante este período se caracteriza por las políticas de reforma de sectores específicos y por la ampliación del asistencialismo. De este modo, se consolida un Estado mínimo, en términos de intervención de los sectores dominantes sobre las distintas expresiones de la “cuestión social”, que simultáneamente se torna máximo para el capital (NETTO, 2001), donde el repliegue del Estado se combina con un proceso que articula la refilantropización (MONTAÑO, 2000) con los procesos de *terciarización* de las intervenciones sociales que se instituyeron como políticas de Estado durante la década de 1990. Según Grassi:

La política social del Estado asistencialista incluyó como uno de sus rangos la delegación a terceros (las organizaciones de la Sociedad Civil o no gubernamentales o sin fines de lucro) de parte de los servicios no rentables, en paralelo con la privatización de aquellos para los que existía una potencial demanda solvente (...) (GRASSI, 2003, p. 281).

Las Políticas Sociales de esta etapa presentan la característica de otorgar transferencias monetarias condicionadas; a la vez que algunas áreas — consideradas no rentables — fueron arrojadas a la descentra-

lización y privatización hacia distintas expresiones de la sociedad civil, contratando mano de obra bajo modalidades flexibles. Esto que comenzó en los 90 permaneció intacto en los últimos dos gobiernos neo-desarrollistas en áreas como niñez; sistema de promoción y protección; adiciones/consumo problemático de sustancias; salud mental, discapacidad; políticas para los adultos mayores.

El redimensionamiento de las políticas sociales, en tanto espacios socio-laborales de los trabajadores sociales, altera las condiciones del ejercicio profesional, donde, retomando a Guerra (2013), se afirma que éstas pasan a constituirse como la propia racionalidad que orienta el ejercicio profesional, donde la práctica profesional se reduce al cumplimiento de procedimientos burocrático-administrativos y/o pre-determinados, configurando concepciones de eficacia, eficiencia, productividad, competencia, de acuerdo a las exigencias del mundo burgués para la acumulación/valorización del capital.

Por otro lado, y en estrecha relación, se coincide con la autora cuando afirma que en este marco, el trabajador social muchas veces es contratado bajo otras denominaciones o para ejercer funciones cuya realización no se diferencian mucho de acciones de legos y/o voluntarios, para realizar tareas que poco o nada tienen que ver con la formación que recibió, siendo que algunas actividades que realiza no se distinguen de las actividades administrativas-burocráticas, de las rutinas y de los procedimientos instrumentales, donde prima la racionalidad instrumental. Es decir, es contratado para el desarrollo de una práctica profesional rutinaria, focalista, burocrática, asistencialista, inmediateista, repetitiva, lo que la torna cada vez más funcional al capital.

El predominio de esta lógica permite apreciar la articulación entre las transformaciones productivas y la instauración de la precarización laboral, la cual paulatinamente se extendió a la órbita estatal, con las particularidades de la política social instaladas durante el modelo neoliberal. Así, los trabajadores sociales, del mismo modo que otros profesionales que se insertan en estos espacios socio-ocupacionales, comenzaron a ser contratados de manera precaria, inestable y flexibilizada,

con el horizonte de ejecutar políticas sociales precarias, fragmentadas y asistencialistas.

La precarización laboral se constituye en un eje persistente de las transformaciones en el mundo del trabajo producto de la reestructuración productiva, con lo cual la precarización en la formación no es una cuestión adyacente, sino que se constituye en una respuesta del Estado contemporáneo a las necesidades del mercado de trabajo. Es la base para garantizar la presencia de una masa de trabajadores sociales disponibles para la ejecución de políticas sociales, las cuales se caracterizan en los términos arriba descriptos.

Así, nos encontramos en un círculo vicioso: mayores posibilidades de precarización van a resultar de procesos de formación signados por esta característica actual: la precarización de la vida, la precarización como hilo conductor de las relaciones sociales y las diversas esferas de la vida social.

Ello trae múltiples consecuencias en la vida del trabajador. Con esto, queremos decir que la precarización del trabajo se vuelve precarización de la vida, ya que no se puede mantener la estabilidad en un empleo. Los procesos de cualificación profesional se ven erosionados por la pérdida y cambio de empleos, y el entrar y salir de distintos trabajos no logra consolidar un proceso donde el/la trabajador/a puedan desplegar la experticia en un puesto de trabajo que conocen. El trabajador de contratos temporarios se vuelve un trabajador intermitente. La precariedad laboral, como afirma Lucita (2006), se constituye en un fuerte disciplinador social, instalando al trabajador en un estado permanente de inestabilidad e incertidumbre.

4.4 Lineamientos del Banco Mundial sobre educación superior en la región

La reconstrucción de las tendencias generales del mercado de trabajo y de las políticas sociales nos permite aprehender las principales

determinaciones del Trabajo Social en la actualidad, principalmente aquellas vinculadas al ejercicio profesional. Asumiendo que dicha procesualidad impacta en los procesos de formación, en la continuidad del trabajo nos interesa profundizar en torno a cuáles son las racionalidades y las directrices vigentes en torno a la formación superior, donde sobresalen los planteos desarrollados por el Banco Mundial y la Ley de Educación Superior, para luego avanzar en la conformación de la estructura de la formación profesional del Trabajo Social en la provincia de Buenos Aires.

Tomando como referencia la postura del Banco Mundial sobre la formación superior, se destaca el documento publicado en el año 1995 denominado “La enseñanza superior. Las Lecciones derivadas de la experiencia”. En dicho documento se procura difundir un conjunto de posiciones de la institución, planteadas como la resultante de las lecciones derivadas de la experiencia en relación con la enseñanza superior en muchos países, para lo cual se combinan los resultados de un gran número de informes temáticos y estudios de casos regionales llevados a cabo por el Banco Mundial.

Según el documento, en los últimos 20 años, la matrícula en las instituciones no universitarias, públicas y privadas, ha aumentado más rápidamente que en las universidades tradicionales. Al respecto, menciona que han surgido varios tipos de instituciones no universitarias en los distintos países, por ejemplo, politécnicos, institutos profesionales y técnicos de ciclos cortos, *community colleges* e instituciones que ofrecen educación a distancia y programas de educación de adultos. En términos comparativos con la formación universitaria, se plantea que la principal ventaja de esas instituciones es el menor costo de los programas, que es el resultado de los cursos más breves, donde las tasas de deserción son más bajas y, por ende, donde el gasto anual por estudiante es menor.

Además, se destaca que estas instituciones no universitarias ofrecen oportunidades de enseñanza que responden en forma flexible a la demanda del mercado de trabajo y brindando una mayor respuesta a la

demanda de acceso a la enseñanza post secundaria de los grupos minoritarios y los estudiantes económicamente en desventaja.

Por otro lado, en términos del análisis de costos de la formación superior, plantean dos tendencias que merecen mencionarse: la educación a distancia y el desarrollo de la formación privada. En relación con la educación a distancia, se afirma que puede ser eficaz para aumentar a un costo moderado el acceso de los grupos desfavorecidos. Se afirma que los programas de educación a distancia son generalmente mucho menos costosos que los programas universitarios corrientes, dado el más alto número de estudiantes por maestro. Por su parte, se sostiene que las instituciones privadas constituyen un elemento importante de algunos de los sistemas de enseñanza superior más eficaces que existen actualmente en los países en desarrollo, en tanto que pueden responder de manera eficiente y flexible a las demandas cambiantes de los estudiantes y a las condiciones también cambiantes de los mercados laborales. Además, mediante el suministro privado de educación postsecundaria, se amplían las posibilidades educacionales con poco o ningún costo directo para el Estado, especialmente en los países donde las instituciones estatales son muy selectivas. Los gobiernos pueden fomentar el desarrollo de la enseñanza superior privada para complementar las instituciones estatales como medio de controlar los costos del aumento de la matrícula en este nivel, incrementar la diversidad de los programas de capacitación y ampliar la participación social en este subsector.

Simultáneamente a este documento, en nuestro país se pone en vigencia la Ley de Educación Superior n° 24.521, la cual regula las universidades e institutos universitarios, estatales o privados autorizados, y los institutos de educación superior de jurisdicción nacional, provincial o de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires, de gestión estatal o privada, todos los cuales pasan a formar parte del Sistema Educativo Nacional. Esta normativa establece la regulación de la formación superior, sea universitaria o no universitaria. Al respecto, en el artículo n° 3 se sostiene que “la Educación Superior tiene por finalidad proporcionar formación científica, profesional, humanística y técnica en el más alto nivel, con-

tribuir a la preservación de la cultura nacional, promover la generación y desarrollo del conocimiento en todas sus formas, y desarrollar las actitudes y valores que requiere la formación de personas responsables, con conciencia ética y solidaria, reflexivas, críticas, capaces de mejorar la calidad de vida, consolidar el respeto al medio ambiente, a las instituciones de la República y a la vigencia del orden democrático”. Posteriormente, en el artículo nº 5, se afirma que en nuestro país la Educación Superior está constituida por “institutos de educación superior, sean de formación docente, humanística, social, técnico- profesional o artística y por instituciones de educación universitaria, que comprende universidades e institutos universitarios”.

Por su parte, en el título III, donde se aborda las particularidades de la educación superior no universitaria, se sostiene que los institutos de educación superior tienen por funciones básicas: a) Formar y capacitar para el ejercicio de la docencia en los niveles no universitarios del sistema educativo y b) Proporcionar formación superior de carácter instrumental en las áreas humanísticas, sociales, técnico-profesionales y artísticas.

4.5 Educación superior y consolidación del padrón técnico-instrumental en la formación profesional en la Provincia de Buenos Aires

Si tenemos en consideración estos lineamientos y normativa general, resulta necesario indagar sus expresiones en la formación profesional del Trabajo Social, para lo cual a continuación se plantean algunos elementos para el caso de la provincia de Buenos Aires.

En esta provincia, la formación profesional del Trabajo Social presenta una importante heterogeneidad, donde sobresale la presencia de formación universitaria y formación terciaria no universitaria. En el ámbito de la formación universitaria, la carrera de Trabajo Social se desa-

rolla en 10 universidades públicas, donde la heterogeneidad se asocia a los planes de estudios vigentes, perfiles profesionales y perspectivas teórico-metodológicas que sustentan los contenidos trabajados. Además, en los últimos años se han creado carreras universitarias o reformados planes de estudios vigentes con la inclusión de títulos intermedios. Así, entre aquellas casas de altos estudios que han iniciado la formación profesional con esta particularidad, se incluyen la Universidad Nacional de José C. Paz, con el título intermedio de Técnico/a Universitario/a en Trabajo Social; la Universidad Nacional A. Jauretche, con el título intermedio de Técnico/a Universitario/a en Intervención Social; y la Universidad Nacional de Moreno, que ofrece luego de un trayecto de año y medio un Diploma de “Estudios Iniciales en Trabajo Social”. Por su parte, la Universidad Nacional de Lanús ha reformado recientemente la estructura curricular, otorgando al finalizar el tercer año el título intermedio de Técnico/a en Universitario/ en Formulación de Proyectos Sociales.

Por su parte, en el ámbito de la formación terciaria no universitaria, la formación profesional se desarrolla en Institutos Superiores de Formación Docente y Técnica (ISFDyT) emplazados en distintas ciudades de la provincia de Buenos Aires, pudiendo depender del ámbito público estatal o privado, en este caso con carácter religioso. En todos los casos, la estructura curricular se encuentra definida por el Plan de Estudios de la Tecnicatura Superior en Trabajo Social, otorgando el título de Trabajador/a Social.

La estructura curricular prevista en la resolución n° 1666/06 contiene una carga horaria de 2368 horas, distribuidas en cuatro años de cursada, estableciendo, además expectativas de logro, contenidos y los perfiles docentes para quienes pueden dictar las distintas asignaturas incluidas.

En el caso de la trayectoria formativa en estos espacios, la estructura curricular adquiere particulares heterogeneidades a partir de las trayectorias institucionales y de los perfiles docentes seleccionados, lo cual complejiza su caracterización.

Como se aprecia, en la provincia de Buenos Aires la formación profesional tiene mayor desarrollo en ámbitos donde predomina una concepción técnica de la disciplina, ya no solo en el ámbito superior no universitario, sino también en el seno de las propias universidades, con la puesta en prácticas de títulos de tecnicatura intermedios.

El mayor énfasis a esta lógica y trayectoria formativa se asocia a un sobredimensionamiento de la dimensión interventiva del Trabajo Social, la cual, escindida de concepciones teóricas y políticas, se plantea en términos técnicos o tecnicistas, donde prima el *saber hacer*. Este *saber hacer* se asocia, como se ha planteado, a necesidades y exigencias del capital, principalmente por la hegemonía del carácter manipulatorio que adquieren las políticas sociales.

Por ello, frente a este escenario nos tenemos que interrogar sobre cuáles son las implicancias de la hegemonía técnica en la formación profesional de Trabajo Social en la sociedad contemporánea.

Procurar responder a este interrogante implica considerar, como mencionáramos al inicio de este escrito, las racionalidades presentes en el colectivo profesional, como así también su vinculación con las Ciencias Sociales. Y, en esta línea, retomamos las afirmaciones de Guerra (2007), quien expresa que en el Trabajo Social coexisten diversas racionalidades, entre las cuales destaca el predominio de la racionalidad formal abstracta, entendida como aquella que recupera modelos explicativos de la sociedad, presentes en la tradición positivista, donde los procesos sociales son considerados como ‘cosas’, exteriores, superiores y anteriores a los individuos.

Es importante recuperar que la racionalidad formal abstracta es heredera de la decadencia ideológica del pensamiento burgués, el cual se caracteriza por el abandono de categorías que son definitivas para la humanidad: humanismo, historicismo y razón dialéctica. A partir de entonces, se empieza a negar la posibilidad de considerar a la realidad como un todo racional, “cuyo conocimiento y consecuente dominio eran una posibilidad abierta a la razón humana” (COUTINHO, 1974, p.

16). En contraposición, sostiene el pensador brasileiro, se tornan hegemónicas nuevas categorías, donde:

En lugar del humanismo surge ahora un individualismo exacerbado que niega el carácter social del hombre, o la afirmación de que el hombre es una ‘cosa’; ambas posiciones acarrearán la negación del momento (relativamente) creador de la praxis humana. En lugar del historicismo surge una pseudohistoricidad subjetiva y abstracta o una apología de la positividad, que transforman la historia real (el proceso de surgimiento de lo nuevo) en algo ‘superficial’ o irracional. En lugar de la razón dialéctica, que afirma la cognoscibilidad de la esencia contradictoria de lo real, contemplamos el nacimiento de un irracionalismo fundado en la intuición arbitraria, o un profundo agnosticismo que es la consecuencia de haber limitado la racionalidad a sus formas puramente intelectivas (COUTINHO, 1974, p. 23).

Asimismo, en el marco de la llamada “crisis de las ciencias sociales” se plantea, a su vez, que los paradigmas teóricos elaborados en el siglo XIX no están más en condiciones de dar cuenta de la dinámica y compleja situación del mundo actual, donde su incapacidad se asocia a su carácter abarcador, totalizante, macroteórico (TONET, 2015).

La duda y la incertidumbre orientan la indagación hacia una postura asociada al pluralismo metodológico, donde la solución encontrada consiste en apelar a la rigurosidad del sujeto que, reconociendo la relatividad de los métodos, articula y entrecruza diferentes paradigmas o perspectivas teóricas. El argumento de esta postura teórico-metodológica se vincula a las transformaciones económicas, sociales, políticas y culturales, que plantearían un escenario distinto al vigente hasta mediados del siglo XX. Hoy, para esta perspectiva, estaríamos ante un escenario caracterizado por lo micro, lo particular, lo fragmentado, por lo cual las aproximaciones totalizadoras habrían perdido su significado social e histórico, siendo necesario indagar la subjetividad de los sujetos, sus relatos singulares, sus realidades microsociales (TONET, 2010).

La negación de los fundamentos sociales e históricos de los procesos sociales, en tanto se acepta la positividad de lo inmediato, repercute en la negación de la teoría, o, más particularmente, de las aproximaciones teóricas que pretenden iluminar sobre la racionalidad dialéctica de los procesos sociales. El conocimiento válido, a partir de esta lógica, es aquel que es útil para responder a las demandas inmediatas de la realidad; aquel cuya veracidad se asocia a su capacidad de brindar respuestas inmediatas y manipulatorias frente a las exigencias de la realidad.

De este modo, citando nuevamente a Guerra (2007), en términos de intervención profesional, la racionalidad formal abstracta, en consecuencia, tiende a ‘mistificar’ las formas de realizar la intervención (el ‘como hacer’), considerándola como el dominio adecuado de instrumentos y técnicas frente a las demandas impuestas por la realidad. En consecuencia, la formación profesional es subsumida a una lógica pragmática donde, siguiendo a Sánchez Vázquez,

La praxis dócilmente se pliega al dictado o exigencias de una práctica vaciada de ingredientes teóricos. En lugar de estos tenemos toda una red de prejuicios, verdades anquilosadas y, en algunos casos, las supersticiones de una concepción irracional (mágica o religiosa del mundo). La práctica se basta a sí misma, y el ‘sentido común’ se sitúa pasivamente, en una actitud acrítica, hacia ella. (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1980, p.270).

Por ello, afirmamos que en la actualidad se reponen condiciones para el avance del conservadurismo en la profesión, que

tiene un núcleo duro persistente (...): a) La idea que el dominio político se asigna por una legitimación trascendental desde arriba y no por la delegación de abajo, b) la idea que la condición humana es invariable, la de una naturaleza humana deficiente que necesita de guía y apoyo, y c) el intento de probar que la desigualdad es resultado necesario de la libertad y del autodesarrollo humano en la sociedad (KANOUSI, 1994, p.5).

En consecuencia, las necesidades prácticas e inmediatas se tornan regentes en la intervención profesional y, en estrecha relación, como ya se afirmó, el conocimiento válido es aquél que se considera útil para hacer frente a tales necesidades. En tal sentido, es posible comprender la interrelación entre los procesos de formación profesional y los procesos de precarización laboral y de la política social, en tanto u espacio profesional caracterizado por el predominio de demandas instrumentales, administrativas, asistencialistas, en consecuencia, fragmentadas, requiere aproximaciones que tengan en su horizonte la inmediaticidad y positividad de los procesos sociales.

4.6 Referencias

ANTUNES, R. (2003) ¿Adiós al trabajo? *Ensayo sobre las metamorfosis y el rol central del mundo del trabajo*. Buenos Aires, Argentina. Herramienta ediciones.

ANTUNES, R. (2005) *Los sentidos del Trabajo. Ensayo sobre la afirmación y la negación del trabajo*. Buenos Aires, Argentina: Taller de Estudios Laborales (TEL) – Herramientas Ediciones.

ANTUNES, R. (2009) El trabajo entre la perennidad y la superfluidad. Algunos equívocos sobre la Deconstrucción del trabajo. En: Fernández Soto, S. y J. Tripiana. *Políticas sociales, trabajo y trabajadores en el Capitalismo actual*. Buenos Aires, Argentina: Espacio editorial.

AQUIN, N. (2009.) Algunas incomodidades en el ejercicio profesional bajo la forma de salario. En: II Foro Latinoamericano *Escenarios de la vida social, el trabajo social y las ciencias sociales en el siglo XXI*. Buenos Aires, Argentina: Espacio editorial.

BANCO MUNDIAL. (1995) *La enseñanza superior. Lecciones derivadas de la experiencia*. BM, Washington. Recuperado de: <http://documentos.bancomundial.org/curated/es/274211468321262162/La-ensenanzasuperior-laslecciones-derivadas-de-la-experiencia>

BENITO, L Y CHINCHILLA, M. (2005) “Flexibilización Laboral y desprofesionalización del Trabajo Social” Boletín Electrónico Surá, Nro 104, Escuela de Trabajo Social – Universidad de Costa Rica. Recuperado de: www.ts.ucr.ac.cr

CADEMARTORI, E, CAMPOS, J. y SEIFFER T. (2007) *Condiciones de trabajo de los trabajadores sociales. Hacia un proyecto profesional crítico*. Bs. As, Argentina: Espacio Editorial.

CIOILLI, V. (2016) El papel del Banco Interamericano de Desarrollo en el diseño de las políticas sociales en Argentina (2003-2009). Estudio comparado entre el ciclo de programas sociales financiados por el BID y el Plan Nacional de Desarrollo Local y Economía Social “Manos a la Obra”. Tesis Doctoral en Ciencias Sociales. Facultad de Ciencias Sociales, UBA. Buenos Aires, Argentina.

CORBALÁN, M. A. (2002) El banco mundial. Intervención y disciplinamiento. El caso argentino, enseñanzas para América Latina. Buenos Aires, Argentina: Editorial Biblos.

COUTINHO, C. N. (1973) *El estructuralismo y la miseria de la razón.*, México: Editorial Era. De Carvalho Barbosa, R. N. (2007) *A economia solidária como política pública. Uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil*. San Pablo, Brasil: Cortez Editora.

DUMÉNIL, G. y LÉVY, D. (2014). *A crise do neoliberalismo*. San Pablo, Brasil: Editorial Boitempo.

GAMBINA, J. (2012) *Crisis del capital (2007/2013) La crisis capitalista contemporánea y el debate sobre las alternativas*. Buenos Aires, Argentina: FISyP Fundación de Investigaciones Sociales y Políticas.

GRASSI, E. (2003) *Políticas y problemas sociales en la sociedad neoliberal. La otra década infame*. Buenos Aires, Argentina: Espacio Editorial.

GUERRA, Y. (2007) *La instrumentalidad del servicio social. Sus determinaciones socio históricas y sus racionalidades*. San Pablo, Brasil: Cortez editora.

GUERRA, Y. (2013) *El proyecto profesional crítico: estrategias de enfrentamiento de las condiciones contemporáneas de la práctica profesional*. La Plata, Argentina: Dynamis.

HARVEY, D. (2008) *La condición de la posmodernidad. Investigación sobre los orígenes del cambio cultural*. Buenos Aires, Argentina: Amorrortu.

IAMAMOTO, M. (1997) *Servicio Social y División del Trabajo*. San Pablo, Brasil: Cortez Editora.

IAMAMOTO, M. (2003) *El Servicio Social en la contemporaneidad. Trabajo y formación profesional*. San Pablo, Brasil: Cortez Editora.

KANOUSI, D. (1994). *Ensayo sobre conservadurismo México*: Plaza y Valdez Editores.

LAURELL, A. C. (1999) *Avanzar al pasado: la política social del neoliberalismo*. En: Borgianni E. y C. Montaña. *La Política Social Hoy*. San Pablo, Brasil: Cortez.

LUCITA, E. (2006) *Apuntes sobre la precarización del trabajo y de la vida*. Recuperado de: <http://www.eldiariointernacional.com/spip.php>.

MONTAÑO, C. 1999. La política social: espacio de inserción laboral y objeto de reflexión del Servicio Social. En: Borgianni, E. y Montaña, C. (Orgs). *La política Social hoy*. San Pablo, Brasil: Cortez Editora.

MONTAÑO, C. (2000) De las lógicas del Estado a las lógicas de la sociedad civil y el mercado: Crítica al ‘tercer sector’ y al nuevo trato a la ‘cuestión social. En: borgianni, E. y C. Montaña. *Metodología en servicio social. Hoy en debate*. San Pablo, Brasil: Cortez Editora.

NETTO, J. P. (2001) *Crisis del socialismo y ofensiva neoliberal*. Documentos de Trabajo GIAS, Tandil, Argentina.

NETTO, J. P. (2002). *Capitalismo monopolista y servicio social*. San Pablo, Brasil: Cortez editora.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, A. (1980). *Filosofía de la praxis*. México: Grijalbo.

SIEDE, M. V. (2012). *Trabajo Social y mundo del trabajo: reivindicaciones laborales y condiciones de la intervención*. La Plata, Argentina: ICEP-CATSPBA.

SIEDE, M. V. (2012b) “Las condiciones de empleo de los trabajadores sociales de la Provincia de Buenos Aires” En: Siede, M. V. (Compiladora). *Trabajo Social y mundo del trabajo: reivindicaciones laborales y condiciones de la intervención.*, La Plata, Argentina: ICEP CATSPBA.

TONET, I. (2010). *Pluralismo metodológico: un falso camino*. Revista de Trabajo Social Plaza Pública N° 3. Carrera de Trabajo Social – FCH – UNCPBA, Tandil. Recuperado de: www.fch.unicen.edu.ar/plazapublica

TONET, I. (2015) “La crisis de las ciencias sociales” En: Cañizarez, Brian Z., Gianna, Sergio D., y Mallardi, Manuel W. (Comps). Trabajo, ontolo-

gía y Ciencia. Aportes necesarios en la batalla de ideas contemporáneas.
La Plata, Argentina: Dynamis,

CAPÍTULO 5

TRABAJO SOCIAL EN ESPAÑA EN EL SIGLO XXI EN EL CONTEXTO DE CRISIS DEL CAPITAL: DESAFÍOS Y DILEMAS

Miquel Angel Oliver Perelló²⁵

Joana Maria Mestre Miquel²⁶

Rosana Matos-Silveira²⁷

5.1 Introducción

El Trabajo Social en España, cuya profesionalización se inicia de forma más tardía que en otros países europeos, se desarrollará durante el siglo pasado en el marco de la dictadura franquista y desde una estrecha vinculación del mismo con la Iglesia Católica del momento. Su expansión como profesión se produce a lo largo de la década de los 60, en unos años en los que el trabajo en los barrios de las grandes ciudades “con claras connotaciones ideológicas” (RAMOS FEIJÓO, 2000, p. 198), era llevado a cabo por entidades como Cáritas (DOMENECH, 2013), debido a una casi inexistencia de los Servicios Sociales y del Trabajo Social desde la administración (FEU, 2007), en una situación que no cambiará hasta prácticamente los años 80.

Una búsqueda desde dentro de la propia profesión, reflejo también de su relación con las luchas y movimientos contestatarios de este periodo para eliminar la imagen asistencialista y benéfica de la misma, ca-

²⁵ Prof. Miguel Ángel Oliver Perelló, profesor de la Universitat Illes Balears. E-mail: mangel.oliver@uib.es

²⁶ Dra. Joana Maria Mestre Miquel, profesora de la Universitat Illes Balears. E-mail: joanamaria.mestre@uib.es

²⁷ Dra. Rosana Matos-Silveira, investigadora del Sepise - Universidad de Granada. E-mail: rosanadm@ugr.es

racteriza el Trabajo Social de la década de los años 70 en el contexto de una dictadura que se encuentra ya en sus últimos años y que representa un momento de cambio importante para la profesión.

Durante la década de los sesenta e inicios de los setenta (1961-1973), la industrialización y la urbanización se intensificaron en España, sucediendo un profundo cambio social con rápido crecimiento económico de carácter proteccionista e intervencionista. Al mismo tiempo, se produjo un intenso éxodo rural hacia los centros industriales, una importante migración interna y la incorporación masiva de la mujer al trabajo remunerado. Las congelaciones salariales y el aumento del paro incrementaron una creciente conflictividad laboral y social que a su vez hacía frente a la naturaleza autoritaria del régimen represivo y dictatorial franquista. Los cambios económicos y las transformaciones sociales favorecieron el resurgimiento de las acciones colectivas y los conflictos sociales, que se manifestaron en los sectores que habían sufrido su impacto, en la iglesia, en las universidades, en la ciudad o en las fábricas y centros de trabajo. La respuesta fue el incremento del disenso y la protesta; se da la paradoja que aquellos cambios que favorecieron la mejora del nivel de vida y el bienestar de la ciudadanía, en vez de legitimar el régimen autoritario, sirvieron para potenciar la labor de la oposición (SOTO, 2006). Se intensificaron por lo tanto las luchas por la libertad y la democracia, tomando protagonismo varios actores sociales de la sociedad civil tales como las organizaciones sindicales Unión General de los Trabajadores y Comisiones Obreras (organizadas por activistas comunistas y con fuerte protagonismo en la organización de oposición de los trabajadores); también organizaciones católicas que trabajaban en los medios obreros y participaban activamente en las elecciones sindicales: Juventudes Obreras Católicas (JOC), la Hermandad Obrera de Acción Católica (HOAC) y la Unión Sindical Obrera (USO).

Son tiempos en los cuales se visibiliza la “cuestión social”, en cuanto la contradicción de la relación capital/trabajo (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998), en una España que avanza en un proceso de moderni-

zación²⁸ hacia una Europa de capitalismo desarrollado. Las expresiones de la desigualdad de clase ganan el escenario político en el cotidiano de las ciudades, pero la lucha por la democracia es central a todos los movimientos: estudiantiles, vecinales, obreros, de liberación femenina, etc.

A pesar de la fuerte influencia de la ideología conservadora falangista en el Trabajo Social, había trabajadoras sociales que se unieron a estas fuerzas progresistas y al movimiento sindical con el “paraguas protector de la Iglesia Católica”, de cuño más progresista, principalmente Cáritas (CARRARA *et al.* 2017). Ha sido además una etapa de expansión y desarrollo de la profesión: en 1964 se reconocen oficialmente los estudios de Asistente Social por el Ministerio de Educación y Ciencia y en 1967 se crea la Escuela Oficial de Asistentes Sociales en Madrid (en 1932 se había creado ya en Barcelona la primera escuela de Trabajo Social). En 1964 ya existían 32 escuelas, de las cuales 25 estaban integradas en la Federación de Escuelas de la Iglesia de Servicio Social (Feiss), 5 pertenecían a la Sección Femenina, una a la Universidad de Navarra y otra al Ministerio de Trabajo. Aumentaba la necesidad de realizar intercambios internacionales que aportarán nuevos elementos formativos, de ahí la conexión con el Programa Europeo para el Desarrollo de las Naciones Unidas. En la década 1960-1970, se fundan además las primeras asociaciones profesionales y la Federación Española de Asistentes Sociales (Fedass), en un contexto histórico carente de democracia y caracterizado por la represión al asociacionismo de la sociedad civil.

Nos interesa particularmente destacar que, conjuntamente con este despliegue económico y avance del desarrollo político (impulsor del período democrático posterior), se empezaba a gestar en España una democracia intrínsecamente vinculada a la tecnocracia neoliberal. La burocracia al servicio de las administraciones públicas tenía como misión proteger los mercados en su libre funcionamiento (con una fuerte

²⁸ En España, durante el periodo dictatorial, el régimen franquista se vio obligado — para seguir legitimando su poder — a tomar medidas de ajuste. En este sentido, a partir de 1959, la implementación del *Plan Nacional de Estabilización Económica* significó un fuerte despliegue económico unido a la búsqueda de una mayor integración de este país en la economía internacional (MUNIESA, 2005).

influencia de la expresión renovadora del Opus Dei). No olvidemos que la expansión de la tecnocracia tenía como función la despolitización de los movimientos sociales y políticos presentes en los años setenta, puesto que primaba desde Europa “exigencias del ‘buen gobierno’ frente a la ideología democrática” (TORRES, 2013, p. 652).

Con la entrada de la democracia será cuando el Trabajo Social que se venía realizando en los barrios sufrirá una profunda transformación y derivará, influido por la modernización del conjunto de la sociedad, hacia “un catálogo de servicios para el usuario” (RAMOS FEIJÓO, 2000, p. 199). En esa transformación, un papel destacado lo tuvieron los ayuntamientos en el marco de un proceso que culminará con la creación de una red pública de Servicios Sociales, momento a partir del cual el Trabajo Social se verá progresivamente influido por el discurso de la modernización (RAMOS FEIJÓO, 2000), consolidando su inserción en la división socio técnica del trabajo en España.

Es importante resaltar que el surgimiento de este Sistema Público de Servicios Sociales ha tenido lugar en un proceso de “transición democrática”, fundamentado en el Estado de derecho, lo que ha supuesto para el Trabajo Social español un significativo salto cualitativo hacia su consolidación como profesión inserida en la división social y técnica del trabajo. Significó la ampliación de su búsqueda de superación de un modelo paternalista de intervención social, apoyado por antiguas prácticas ancladas en la beneficencia y de carácter moralizador.

Como señala Alguacil (2012), actualmente el Sistema Público de Servicios Sociales español se identifica claramente con el modelo propio de los países del sur de Europa, caracterizado por sus altas dosis de familiarización, una débil iniciativa pública, escasa implicación institucional en la defensa de los derechos subjetivos universales y la existencia de un sector privado con una importante capacidad estratégica y un significativo lastre asistencialista.

En relación a la formación del Trabajo Social cabe destacar otro hecho histórico importante: la implementación, en el periodo 2006/2007 — a través del proceso de convergencia europea y con la implantación

del Espacio Europeo de Educación Superior — del título de Grado en Trabajo Social, que significó un antes y un después para la profesión, ya que hasta entonces los estudios de Trabajo Social eran una diplomatura de 3 años a diferencia de otras titulaciones universitarias de mayor duración, generalmente de 5 años y que representó un logro que venía siendo reivindicado durante décadas por parte de la categoría profesional. El Proceso de Bolonia, aunque significó una formación más instrumental, posibilitó el salto de la profesión en su autonomía intelectual, con el reconocimiento del Trabajo Social como área de producción de conocimiento, sin depender de otras áreas de las Ciencias Sociales para producir conocimiento y alcanzar un estatus académico-científico.

En este estudio²⁹, nos preguntamos sobre cuál es la imagen, o imágenes de la profesión presentes en el seno de la categoría profesional en el contexto actual de desmantelamiento de las políticas europeas de bienestar y cómo estas repercuten sobre el trabajo profesional. Es en este escenario que presentamos nuestras reflexiones acerca de la imagen socialmente construida y de la autoimagen de la profesión de las y los trabajadores sociales en el marco del proceso de implementación y consolidación del título de Grado en Trabajo Social. Partimos, siguiendo a Iamamoto (1992, p. 86-87), de la importancia de comprender el significado social de la profesión en la sociedad capitalista, teniendo en cuenta, desde una perspectiva de totalidad, su participación en el proceso de reproducción de las relaciones sociales.

Las reflexiones que aquí presentamos se centran en el ejercicio profesional de las trabajadoras sociales de Mallorca, en el marco de una investigación más amplia que se encuentra aún en desarrollo en otros territorios en España y Brasil. En tiempos de políticas sociales neoliberales, en que se expresa el cierre de ciclos progresistas en el área social, y consecuentemente para el trabajo, con aumento de la precariedad y la desigualdad social, nos preguntamos: ¿Cuál es el impacto en el ejercicio

²⁹ Este análisis forma parte de un estudio más amplio denominado “Interlocuciones entre las particularidades del Trabajo Social Brasileño y Español: un estudio sobre la imagen socialmente construida y la autoimagen de la profesión del Trabajador Social”, desarrollado por un equipo de investigadores vinculados a NEEFT/CNPq - UFOP, coordinado por la profa. Dra. Virginia Alves Carrara.

profesional de las/los trabajadoras/res sociales? ¿Cuáles son los desafíos que las/los mismos encuentran en sus espacios laborales desde los servicios sociales comunitarios (de atención primaria)? ¿Cuáles son las respuestas a estos desafíos presentes en el quehacer profesional? ¿Cuáles son las tendencias profesionales en este escenario regresivo que se configura en políticas sociales neoliberales que eliminan derechos sociales?

5.2 Trabajo Social en España en tiempos de crisis del capital

El Sistema Público de Servicios Sociales (máximo empleador de trabajadores sociales en España) viene sufriendo la presión de una creciente demanda social, con dificultades para hacer frente a los desafíos presentados ante las crecientes desigualdades a nivel territorial. A una elevada demanda asistencial sobre problemas concretos percibidos como urgentes, en el marco de una excesiva burocratización de los Servicios Sociales, la función de las profesionales de Trabajo Social se ha ido “simplificando” (JARAÍZ, 2011) y reduciendo progresivamente a una intervención individual-familiar como mera gestora de recursos y prestaciones a los usuarios, conformando un modelo de intervención que acaba generando relaciones de “dependencia” de estos con la institución y reforzando al mismo tiempo la imagen de los Servicios Sociales como un lugar en el que se gestionan ayudas (HEALY, 2001; HERNÁNDEZ ARISTU, 2009; GIRELA, 2017); todo ello desde la hegemonía de un modelo de atención individual que prima sobre lo grupal y lo comunitario, y que, como señala Vázquez Aguado (2000), muestra la íntima relación que existe entre la disciplina y la sociedad en la que esta se desarrolla, y responde a aquello que la ciudadanía demanda a los Servicios Sociales (AGUILAR, 2014). Con ello, se contribuye a consolidar la hegemonía del modelo individual de intervención y las prácticas asistencialistas,

que se justifican bajo la obligación de atender de manera prioritaria las demandas que se reciben en los servicios.

Esta práctica profesional cotidiana genera, por otra parte, importantes cuotas de malestar, al realizarse unas intervenciones a las que Barbero (2002, p.126) definirá como “gestión administrada de problemas sociales”, que se desarrolla en el marco de un modelo burocrático-administrativo, y cuyas tensiones cabe situarlas en el discurso sobre lo que corresponde y no corresponde hacer a las profesionales (FANTOVA, 2008), y que está relacionada con una “inadecuada delimitación del campo de los servicios sociales (...) que necesitan organizarse alrededor de un núcleo de derechos subjetivos asegurados y de obligaciones claras” (AGUILAR, 2014, p. 36).

No podemos obviar, en este sentido, que las profesionales del trabajo social desarrollan fundamentalmente su labor en las administraciones públicas o en organismos vinculados al Estado, lo que, para Montaña (2007), convierte a estas trabajadoras sociales en profesionales que ayudan a sofocar los intereses inherentes a la sociedad capitalista y la reproducción del sistema, al suavizar los efectos de las desigualdades y el origen real de los problemas de la población.

5.2.1 Contexto social en la España de la postcrisis: ¿Retos u oportunidad para una redefinición del Trabajo Social?

En España, el significativo aumento de la desigualdad destacado ya 5 años atrás en el VII Informe Foessa de 2014, la precariedad laboral que extiende la concepción del empleo estable como un privilegio en lugar de como un derecho, convierte dicha precariedad en forma de vida (Foessa, 2019); representan junto al riesgo de pobreza, factores característicos de la sociedad española en la última década, destacada, por otra parte, como una época de crecimiento de la economía.

Este período de crecimiento económico, sin embargo, no se ha traducido en desarrollo social, sino más bien, todo lo contrario. Al crecimiento sin desarrollo social ya se refirieron López y Renes (2011) en relación al período de bonanza económica en España, desde el año 1994 hasta el 2007, en el que si bien se mantuvo un constante crecimiento de la ocupación, la pobreza se mantuvo en torno al 19,7%, lo que pone de manifiesto que la creación de ocupación por sí sola, no es una garantía de lucha contra la exclusión, menos aún si la ocupación que se crea es precaria e inestable, como sucede especialmente en la actualidad.

Pero, además, según el VIII Informe Foessa (2019), se han incrementado en España los recortes en los servicios públicos fundamentales, principalmente en educación, sanidad y dependencia, lo que ha significado al mismo tiempo una delegación de la protección social a las familias. A pesar de un continuado proceso de mercantilización de los cuidados, la familia se mantiene como el principal responsable de la sostenibilidad de la vida: en el 88,1% de los hogares que requieren cuidados de larga duración, estos son realizados por alguien de la familia, principalmente siendo las mujeres las principales cuidadoras, muchas de ellas provenientes de una clase media cada vez más empobrecida, producto de la crisis sistémica (Foessa, 2019).

Todo ello ha servido para mostrar tanto la debilidad de los sistemas existentes de protección social como, la realidad de las políticas neoliberales que, como señala Montaña (2007), pretenden reducir o eliminar la intervención social del Estado, transfiriendo políticas sociales de este al mercado o a la sociedad civil. El propio informe Foessa (2019) recuerda como los Estados de Bienestar del Sur de Europa, en contextos de crisis del capital, aplican estrategias políticas preservando pensiones y protección por desempleo, pero sacrificando con medidas de austeridad los ámbitos como vivienda, familia o exclusión social, y los más universalistas, como educación y sanidad.

Este escenario, caracterizado por la existencia de espacios con enormes desigualdades, presenta también numerosas situaciones de soledad y aislamiento que reflejan la complejidad de las modernas so-

ciudades occidentales, en las que no se llegan a satisfacer las necesidades básicas y se configuran como escenarios de crisis individuales y colectivas, como consecuencia, entre otros factores, de los procesos de globalización; unos procesos que reflejan los profundos cambios que se están produciendo de forma acelerada en nuestras sociedades y que inciden así mismo en los modos de relación de las personas, dotando a las mismas de una mayor fragilidad y mayores sentimientos de frustración (HERNÁNDEZ ARISTU, 2009), donde las respuestas presentadas por el Estado, a través de las políticas sociales, refuerzan la culpabilización de los usuarios de los servicios sociales.

Especialmente en las áreas urbanas, los problemas mencionados adquieren cada vez una mayor importancia debido a la propia complejidad y evolución de las ciudades, caracterizadas hoy en día por diferentes tipos de procesos que, en su mayoría, derivan de una concepción del territorio en clave fundamentalmente económica. La mercantilización del espacio, la heterogeneidad de la mayoría de los barrios, la segregación y *ghetización* del territorio, la existencia de zonas con desigualdad creciente y los cambios en los modos de relación, constituyen, hoy en día, factores característicos de los territorios. Para Nel-lo (2008), esta segregación en el espacio — como una de las características estructurales del proceso de urbanización capitalista — constituye la causa principal de la concentración de la problemática social en determinados barrios. Actualmente, al aumento de la desigualdad en España producida durante el período de crisis económica y social se le suma la creciente especulación con el territorio, en el que la vivienda constituye ya claramente un bien de inversión, y que se traduce en la existencia de barrios estigmatizados con un incremento notable de problemáticas sociales, configurándose como áreas de concentración de la pobreza, en las que, como señalaba Martínez Veiga (1999, p.14), “los pobres no solo tienen que enfrentarse a su propia pobreza, sino a la de todos los demás”.

5.2.2 *La profesión de Trabajo Social en la actualidad: dilemas y desafíos*

En este apartado analizamos la fase de la investigación vinculada al ejercicio profesional, desarrollada con 30 trabajadoras sociales de los Servicios Sociales Comunitarios (SSC) de Mallorca mediante cuestionarios semiestructurados. Podemos observar que estas profesionales relacionan el ejercicio profesional del Trabajo Social como una profesión y una disciplina de relación de ayuda y proceso de cambio, aunque la mayoría de ellas relacionan este proceso de cambio a nivel individual y familiar, lo que nos indica que su intervención prioriza la atención individual-familiar:

“(...) crear relación de ayuda y provocar cambios.”

“(...) herramienta que ayuda a la persona cuando necesita hacer un cambio para mejorar su bienestar.”“(...) una profesión que promueve el cambio en las personas, y les ayuda de diferentes formas.”“(...) una profesión de proximidad y ayuda a las personas para conseguir un cambio.”

“(...) una forma de ayudar a las personas a organizarse, encontrar un camino o superar los obstáculos de la vida.”“(...) herramienta para empoderar a las personas e intentar que sea cada vez menos asistencial.”No obstante, algunas de ellas refieren que el proceso de cambio debe contemplar la transformación de la realidad social, el desarrollo social y la consecución de derechos sociales para mejorar la calidad de vida y el bienestar de las personas:

“(...) acompañamiento a las personas, colectivos, grupos en la consecución de sus derechos sociales.”“(...) una professió de suport i d'apropament dels drets a la gent.”

“(…) trabajar con y para la comunidad a la línea de posibilitar bienestar social, igualdad, justicia, comunicación.”“(…) el trabajo para el cambio de las personas y de los grupos.”“(…) una manera de transformar la realidad social actual.”

“(…) es una profesión que promueve desde la práctica profesional la mejora de las condiciones sociales.”

“(…) mejorar la calidad de vida y bienestar de las personas con la ayuda de los recursos.”“(…) es una profesión basada en la práctica que priman el canvi, el desenvolupament social, la cohesión social, l'enfortiment i l'alliberament de las personas.”

En el proceso de ayuda, las profesionales incorporan el acompañamiento y el empoderamiento como herramientas o estrategias para la consecución del cambio psicosocial:

“(…) acompañamiento a las personas y familiares para mejorar su situación psicosocial.”“(…) lo principal funció del d ajuda i psicosocial, empoderament de las personas.”

“(…) ayudar a las personas a sacar su máximo potencial i desarrollar habilidades sociales.”

A pesar de que las trabajadoras sociales participantes en la investigación introducen conceptos que están relacionados con la definición de Trabajo Social de la FITS³⁰ como: son cambio, desarrollo social, derecho,

³⁰ El trabajo social es una profesión basada en la práctica y una disciplina académica que promueve el cambio y el desarrollo social, la cohesión social y el fortalecimiento y la liberación de las personas. Los principios de la justicia social, los derechos humanos, la responsabilidad colectiva y el respeto a la diversidad son fundamentales para el trabajo social. Respaldado por las teorías del trabajo social, las ciencias sociales, las humanidades y los conocimientos indígenas, el trabajo social involucra a las personas y las estructuras para hacer frente a desafíos de la vida y aumentar el bienestar (FITS y AIETS, 2014).

bienestar, etc., cabe destacar que en ninguna de las respuestas las participantes aportan una aproximación a la definición de Trabajo Social. Por lo tanto, aunque de sus respuestas individuales no observamos una definición del Trabajo Social, podríamos aproximarnos a una definición de la disciplina del Trabajo Social de entre todas las respuestas a los cuestionarios.

“(...) una disciplina basada en la relación con los usuarios/clientes para la información de los derechos y recursos y trabajar la motivación para el cambio”.

“(...) es al disciplina que analiza las necesidades de un grupo/persona/familia, etc. y a partir de un (...) intenta el cambio.”“(...) disciplina que pretende el proceso de ayuda a colectivos y personas con dificultades sociales y necesidad, incluida la información.”Cabe destacar algunos aspectos que aparecen en las respuestas de los profesionales a la hora de definir el trabajo social, como:

“(...) actualmente muy burocrático y tecnócrata.”“(...) una profesión no reconocida lo suficiente.”

“(...) complicado, difícil, imprevisible, cambiante.”

De los conceptos que señalan las trabajadoras para definir el Trabajo Social, llama especialmente la atención la referencia a la falta de reconocimiento de la profesión, cuestión reivindicada por las profesionales ya en la década de los años 60 y 70. A pesar de los avances que se han logrado en Trabajo Social, tanto a nivel formativo — con su implantación como estudios de Grado y por tanto con la misma equivalencia académica que otros estudios —, como a nivel de producción científica, persiste esta demanda de reconocimiento en el seno de la profesión. Todo ello nos conduce a pensar que dicha demanda va mucho más allá del ámbito

académico y formativo, y que las trabajadoras sociales reivindican un reconocimiento de la profesión también a los responsables políticos y a otros perfiles profesionales de los distintos Sistemas Públicos de Protección Social, como son médicos, enfermeras, jueces, etc. Este aspecto coincide con los resultados presentados por Mestre (2015), en los que las trabajadoras señalan que la sociedad en general desconoce el objeto del Trabajo Social, y que especialmente les dificulta su trabajo el desconocimiento que los políticos y otros perfiles profesionales con los que trabajan en red tienen sobre las funciones que se atribuyen como objeto de intervención del Trabajo Social.

Por otra parte, la calificación de la profesión como burocrática remite a los debates y las críticas que en torno a la misma se venían realizando especialmente en la década de los 80 con el proceso de modernización. Habiendo sido ya tratada por numerosos autores, y manifestada en el marco de esta investigación por las propias trabajadoras sociales, no hace otra cosa que confirmar que más que una tendencia en el marco de un proceso determinado, ha acabado configurándose como un factor característico de la misma, que indudablemente tiene también su incidencia en el mencionado malestar de una parte de las trabajadoras sociales que desearían otro tipo de desempeño en el ejercicio de la profesión.

Por lo que se refiere al objeto de intervención del Trabajo Social, destaca la priorización que las participantes hacen hacia la persona o familia como objeto de intervención y en cambio soslayan la intervención grupal o comunitaria. Solamente en cuatro aportaciones hacen mención a la sociedad: “*mejorar la calidad de vida de la sociedad*”; y en una aportación mencionan la intervención grupal o comunitaria: “*el cambio social [...] la sociedad: persona-familia, grupo, comunidad*”. La visión de que el objeto de intervención en el Trabajo Social va dirigido a la persona o a la familia, en la mayoría de las respuestas, nos conduce a considerar que la visión de la trabajadora social se realiza desde una priorización de la intervención individual-familiar, y por tanto desde una débil o inexistente intervención grupal o comunitaria.

En la misma línea de los resultados aportados, si analizamos cuál es el papel que las participantes definen del perfil profesional de una trabajadora social, observamos que estas coinciden en que su papel es el de apoyo, de acompañamiento, y el de agente facilitador de cambio. Una vez más, en la mayoría de las respuestas, relacionan el papel de la trabajadora social como una profesional que interviene a nivel individual-familiar, obviando la intervención grupal y comunitaria. Solamente en dos de las respuestas observamos una visión no centrada exclusivamente en la persona: cuando se relaciona la trabajadora social como “agente social” y cuando se define el papel de la trabajadora social como profesional que “vela por la justicia social y los derechos humanos”.

5.3 Discusión

Tal y como se constata en la literatura académica, la construcción histórica del Trabajo Social español evidencia un largo proceso de lucha por la ruptura de la profesión con el modelo de beneficencia dominante en el periodo dictatorial. De hecho, la construcción del Sistema Público de Servicios Sociales supuso un condicionante histórico significativo en la búsqueda, desde el interior de la propia profesión, de la eliminación de la imagen paternalista del Trabajo Social ligada a la beneficencia. No obstante, los resultados parciales aquí presentados demuestran que esta visión sigue vigente en la medida que todavía predomina en el ejercicio profesional el carácter asistencial-benéfico vinculado a la relación de ayuda.

La tardía incorporación del Estado de Bienestar en el Estado español, consecuencia del período de dictadura franquista, es obviamente una de las causas del retraso en la creación del Sistema Público de Servicios Sociales, un sistema que nace con una herencia paternalista que seguimos arrastrando en la actualidad. Distintas investigaciones describen la fragilidad del actual sistema de servicios sociales en el Estado español (DEC, 2018), caracterizado además por unas connotaciones asistencia-

listas que centran su exclusividad en el modelo de intervención hegemónico individual-familiar. Si bien en el transcurso de nuestra investigación constatamos, una vez más, la exclusividad de lo individual-familiar soslayando lo grupal y comunitario, queremos seguir analizando sobre los factores que han contribuido a la perpetuación de este modelo hegemónico.

Es preciso señalar que el Sistema Público de Servicios Sociales en el Estado español, a diferencia de otros sistemas de protección social como son la sanidad o la educación, se creó sin una base legislativa que legitimase los servicios sociales como un Sistema Público de Protección Social. La inexistencia de una Ley General de Servicios Sociales que los regule en todo el Estado tuvo como consecuencia la creación de 17 leyes autonómicas de servicios sociales que se crearon según la voluntad política de cada territorio, y que además esta voluntad política autonómica condicionó el objeto de intervención y la estructura de los servicios sociales. Prueba de ello es que en el Estado español los servicios sociales comunitarios también se conocen, dependiendo de la comunidad autónoma, como servicios sociales de atención primaria o servicios sociales generales

Los resultados de la investigación que presentamos coinciden con los obtenidos por Mestre (2015), donde concluye que las trabajadoras sociales de los SSC en el contexto de crisis reconocen que su intervención prioriza la atención individual-familiar frente a la intervención grupal y comunitaria. Las respuestas inmediatas a unas demandas individuales complejas, condicionadas por directrices políticas que priorizan la atención de la persona en “el aquí y ahora”, centran el modelo de intervención de las trabajadoras sociales en el modelo hegemónico de lo individual-familiar, frente a la intervención grupal y comunitaria, que entendemos que precisaría de una planificación, intervención y evaluación que no respondan a unos resultados inmediatos. Algunos de los condicionantes que conlleva que a nivel estructural se priorice la intervención individual-familiar son las propias directrices políticas de las administraciones públicas. Es más, Mestre (2015) refiere que, en el

contexto de crisis en el Estado español, ante la avalancha de demandas de las personas usuarias, los encargos políticos fueron “reducir las listas de espera”, por lo que les supuso aumentar las horas de intervención individual y familiar, y por consiguiente no contar con medios (profesional, económico y de infraestructura) para la intervención grupal y comunitaria. No obstante, la escasa intervención grupal y comunitaria no solamente se debe a la presión política para reducir listas de espera, y por tanto priorizar la intervención individual-familiar, sino que además se percibieron dificultades de las trabajadoras sociales para intervenir a nivel grupal y comunitario (escasa formación, falta de profesionales, inflexibilidad horaria de las administraciones, excesiva burocratización...). La intervención grupal y comunitaria precisaría no solamente de una mayor planificación y evaluación de los servicios sociales, sino además de la participación de los distintos sistemas que intervienen en la comunidad (educación, sanidad, vivienda, justicia...). Todo ello implicaría un cambio estructural del sistema y un nuevo planteamiento de la intervención, tanto en la planificación como en la intervención en la comunidad (MESTRE, 2015).

Con la llegada de la democracia y la instauración del Estado de derecho sobretodo con la aprobación de la Constitución española de 1978, se produce un cambio de perspectiva, sustituyendo la visión benéfico-asistencial por la adquisición de derechos. No obstante, la aplicación de políticas de cuño neoliberal — a partir de principios de la década de los noventa —, los recortes en las políticas públicas y la presión institucional para responder a demandas inmediatas de la población, conllevan en su mayoría a intervenciones de carácter inmediato y paliativo, provocando en el mundo profesional determinados niveles de malestar.

En la actualidad podemos evidenciar que el Trabajo Social en España, en el marco del Sistema Público de Servicios Sociales, se ha caracterizado no solamente por un modelo de intervención hegemónico, como es el modelo de intervención individual-familiar, sino que además observamos, como en el contexto de crisis y postcrisis, se acentúa hacia un

retorno de prácticas benéfico-asistencialistas y hacia una intervención excesivamente burocratizada, mermando así la identidad profesional.

Es necesario potenciar un debate crítico en el Trabajo Social — a nivel profesional y académico — que, partiendo de una perspectiva de totalidad, problematice el impacto de las políticas neoliberales en el ejercicio profesional español y europeo, caracterizado en la actualidad por una fuerte tendencia hacia la intervención individual-familiar.

Todo ello implica un cambio estructural del Sistema Público de Servicios Sociales y un nuevo planteamiento de la intervención, que surgiría a partir de un análisis holístico en el que el eje vertebrador emergería a partir de un verdadero trabajo en red de los diferentes sistemas (justicia, educación, sanidad...) que intervienen en la comunidad. Este cambio estructural precisaría asimismo de cambios en la formación que contemplen respuestas colectivas frente a lo que se definen habitualmente como problemas individuales, así como de la incorporación progresiva, en las profesionales actualmente en activo, de las distintas perspectivas de intervención que incorporen esta visión más global y colectiva de las dificultades de la ciudadanía y de los territorios.

5.4 Referencias

AGUILAR HENDRICKSON, M. (2014) *Apuntes para un replanteamiento de los servicios sociales en España*, en VII Informe sobre exclusión y desarrollo social en España 2014. Fundación FOESSA.

ALGUACIL GÓMEZ, J. (2012), *La quiebra del incompleto sistema de Servicios Sociales en España*. Cuadernos de Trabajo Social, Vol. 25-1 (2012) 63-74

ASOCIACIÓN ESTATAL DE DIRECTORES Y GERENTES EN SERVICIOS SOCIALES. (2018). Índice de Desarrollo de Servicios Sociales (DEC).

BARBERO, J.M. (2002) *El Trabajo Social en España*. Mira editores. Zaragoza.

CARRARA, V. A., PERELLÓ, O., À., M., MATOS-SILVEIRA, R., XAVIER, M. D. O., AGUIAR, R. D. S. R., y BERGAMO, D. (2017). Trabajo social en la realidad española en los años 1960 a 1980: a la búsqueda de auto-definición y reconocimiento profesional. *Revista Em Pauta*, n.40, v.15, p.57-72.

DOMENECH, R. (2013) *Vivencias sociopolíticas y trabajo social*. Impuls a l'Acció Social. Barcelona.

DOS SANTOS, C.M. (2013) *Na Prática a Teoria é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social*. LumenJuris: Rio de Janeiro.

FANTOVA, F. (2008) *Sistemas públicos de servicios sociales Nuevos derechos, nuevas respuestas*. Cuadernos de Derechos Humanos, núm. 49. Instituto de Derechos Humanos Pedro Arrupe. Universidad de Deusto.

FEU, M. (2005) *La construcción del Trabajo Social en España. Influencias de la Reconceptualización, en Trabajo Social latinoamericano: a 40 años de la Reconceptualización*. Espacio editorial. Argentina.

Fundación FOESSA. *VII Informe sobre Exclusión y Desarrollo Social* (2014). Cáritas. Madrid.

Fundación FOESSA. *VIII Informe FOESSA: La exclusión social se enquistaba en una sociedad cada vez más desvinculada* (2019). Cáritas. Madrid.

GIRELA REJÓN, B. (2017) *El Trabajo Social y los Servicios Sociales en España: el precio del neoliberalismo*. Reidocrea, vol.: 6, art.: 9, pags.: 95-104. Universidad de Granada.

HEALY, K. (2001) *Trabajo Social: perspectivas contemporáneas*. Ediciones Morata. Madrid.

HERNÁNDEZ ARISTU, J. (2009) *Trabajo Social comunitario en la sociedad individualizada*. Editorial Nau llibres. Valencia.

IAMAMOTO, M.V. (1992). *Servicio Social y División Social del Trabajo*. Cortez: São Paulo.

IAMAMOTO, M.V. y CARVALHO, R. (1998). *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. Cortez: São Paulo.

IAMAMOTO, M.V. (2002) *Renovación y Conservadurismo en el Serviço Social*. Cortez: São Paulo.

JARAÍZ ARROYO, G. (2011). *Intervención social. Barrio y Servicios Sociales Comunitarios*. Cáritas. F. FOESSA. Madrid.

LÓPEZ JIMÉNEZ, J.; RENES AYALA, V. (2011). *Una sociedad desbordada. Cáritas ante la crisis: diagnóstico y propuestas políticas*. Revista de servicios sociales y política social, número 93. Dossier: Crisis. Consejo General de Trabajo Social. Madrid.

MARTÍNEZ VEIGA, U. (1999) *Pobreza, Segregación y Exclusión Espacial. La vivienda de los inmigrantes extranjeros en España*. Barcelona, Icaria.

MESTRE, J. (2015). *Percepción del bienestar profesional de las trabajadoras sociales de los servicios sociales comunitarios de Mallorca* (tesis doctoral). Universidad Pública de Navarra, Pamplona.

MONTAÑO, C. (2007) *Trabajo social e intervención: la politización de la acción profesional*. Consultada en www.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000360

MUNIESA, B. *Dictadura y transición: la España lampedusiana. La dictadura franquista. 1939-1975*. Barcelona: Ed. Universitat de Barcelona, 2005.

NEL-LO, O. (2008) *Contra la Segregación Urbana y por la Cohesión Social: La Ley de Barrios de Cataluña. Cidades-Comunidades e Territórios*, 17. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa- Centro de Estudos Territoriais. Portugal.

PONTES, R. (2003). Mediación: categoría fundamental para el trabajo del asistente social. *Servicio Social crítico. Tradução de José Paulo Netto*. Cortez: São Paulo

RAMOS FEIJÓO, C. (2000) *Enfoque comunitario, modernidad y postmodernidad: el trabajo social con la comunidad en tiempos de la globalización*. Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social. N. 8. ISSN 1133-0473, pp. 185-204

SOTO CARMONA, Á. (2006). No todo fue igual: cambios en las relaciones laborales, trabajo y nivel de vida de los españoles, 1958-1975, en *Pasado y memoria*, N. 5 (2006); pp. 15-43, Madrid.

TORRES, Miguel Ayuso. Tecnocracia como gobierno, reflexiones sobre la teoría y la praxis en la España contemporánea. *Verbo (Madrid): Revista de formación cívica y de acción cultural, según el derecho natural y cristiano*, 2013, no 517, p. 647-660.

VÁZQUEZ AGUADO, O. (1999) *Relaciones entre Trabajo Social y Sociedad*, en Cuadernos de Trabajo Social 1999, 12: 93-106, Madrid.

CAPÍTULO 6

SERVIÇO SOCIAL ESPANHOL: APROXIMAÇÕES CRÍTICAS A UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL PÓS BOLONHA

Rodrigo Teixeira³¹

Fernanda Caro Blanco³²

Virgínia Alves Carrara³³

6.1 Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar os resultados preliminares da investigação em andamento: “*Serviço Social e Formação Profissional: os impactos do Processo de Bolonha nos planos de ensino dos cursos de Serviço Social na Espanha*”³⁴. A pesquisa se inscreve no conjunto de estudos que a equipe de investigadores Brasil/Espanha/Portugal vem desenvolvendo sobre a profissão de Serviço Social na Europa Ibérica. Para este texto, abordar-se-á as primeiras aproximações ao *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social*, documento que regulamenta os cursos de Serviço Social na Espanha, e ao perfil profissional que ele expressa.

³¹ Prof. Dr. Rodrigo Teixeira, professor do curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - Campus de Rio das Ostras.

³² Profa. Dra. Fernanda Caro Blanco, professora do curso de Trabajo Social da Universitat de les Illes Balears.

³³ Profa. Dra. Virgínia Alves Carrara, professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto - Campus Mariana.

³⁴ Pesquisa em desenvolvimento, vinculada ao NEESFT/CNPq, que envolve os cursos de Serviço Social/Trabajo Social das seguintes unidades de ensino: no Brasil, Universidade Federal de Ouro Preto/Campus Mariana (com participação de bolsista de iniciação científica), Universidade Federal Fluminense/Campus Rio das Ostras, e Universidade Federal do Rio de Janeiro (com a participação da Dra. Yolanda Guerra), e na Espanha, a Universitat de les Illes Balears.

Os pesquisadores envolvidos participam da Rede Iberoamericana de Investigação em Serviço Social, que é um espaço de natureza acadêmico-política que busca promover a realização e disseminação de estudos avançados no campo do trabalho e da formação profissional. Atualmente participam mais de 25 pesquisadores de mais de oito países e de diferentes regiões: Brasil, Espanha, Porto Rico, Argentina, Uruguai, Portugal, Costa Rica, Colômbia e Chile.

As relações internacionais entre o Serviço Social no Brasil, nos demais países da América Latina e na Península Ibérica datam desde a metade do século XX, num processo e movimento de aproximações e interlocuções que culminaram em experiências e resultados frutíferos para a formação, para o trabalho dos assistentes sociais, e para a organização político-acadêmica internacional da categoria. Cabe destacar a participação brasileira na formação dos primeiros doutores de Portugal (MARTINS; CARRARA, 2014); a passagem de Nadir Gouvêa Kfour³⁵ pela Espanha nos anos de 1960 (CARRARA *et al*, 2017); e, não em menor importância, as relações internacionais construídas no âmbito do movimento de reconceitualização latino-americano. Recentemente, com a intensificação do processo de internacionalização do ensino superior, com impacto especialmente nos programas de pós-graduação, as entidades da categoria vêm reafirmando a importância da interlocução internacional do Serviço Social brasileiro.

No Brasil, a partir dos anos 2011, a internacionalização ganhou destaque e forte presença com o Programa Ciência sem Fronteiras, implantado no governo petista, que buscou desenvolver a mobilidade de 100 mil estudantes de graduação no exterior, gerando muitas controvérsias. Neste processo de internacionalização, avançou com força a compra de faculdades e universidades por grupos estrangeiros e instituições controladas por fundos de investimentos, e dominando o setor educacional

³⁵ Nadir Gouvêa Kfour³⁵ foi assistente social formada pela primeira turma de Serviço Social da Escola de Serviço Social de São Paulo, em 1938. Professora da então escola, que depois se agregaria à PUC-SP, onde dirigiu o curso de Serviço Social, foi a primeira mulher a ocupar o cargo de reitora da PUC-SP, indicada pelo arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns para a gestão de 1976-1980. Em 1981, assumiu como primeira reitora eleita da PUC-SP, permanecendo no cargo até 1984, quando se aposentou.

privado no Brasil. A área da educação se tornou um grande negócio, com operações da ordem de milhões, como no caso dos investimentos da Kroton e Anhanguera.

A realização de pesquisas envolvendo diferentes países é um desafio muito grande, quer pelas condições objetivas, quer pelo idioma ou pelas diferenças ideoculturais, entre outras. Ao mesmo tempo, há tendências em disputa sobre a internacionalização do ensino superior, o que certamente impacta os processos de construção e desenvolvimento de projetos e trabalhos na área do Serviço Social que envolvem relações internacionais entre os distintos países participantes. Segundo Martins e Carrara (2014, p. 222) a “internacionalização, nos últimos anos, tem sido sinônimo de qualificação e excelência no ensino superior, criando escala, valor e servindo de estratégia na definição dos rankings entre as universidades”, mas as autoras apontam que há outras tendências de internacionalização, com solidariedade e compromisso intelectual e político entre os profissionais de diferentes países. Assim, esta pesquisa em desenvolvimento é também resistência teórica e política no processo de homogeneização da formação para atender demandas do capital. É resistência ao articular os trabalhadores assistentes sociais, docentes e discentes de diferentes países na tentativa de afirmar uma perspectiva crítica para o Serviço Social entre os países envolvidos.

O objetivo geral da pesquisa é identificar e analisar os fundamentos teórico-metodológicos do perfil profissional expresso no *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social* por meio dos *Plan de Estudios* das Universidades de Granada, Ilhas Baleares, Navarra, Barcelona e Madri. A Universidade Complutense de Madrid (UCM) e a Universidade Pública de Navarra (UPNA) foram selecionadas por terem programa de doutorado em Serviço Social e estarem localizadas em diferentes contextos territoriais, com características muito diferentes (regiões de Castilla e de Navarra); já a Universidade de Barcelona, por deter o curso mais antigo de Serviço Social na Espanha e por estar localizada em uma região com um dos melhores índices de desenvolvimento humano e econômico do país. A investigação conta também com a representação da Andaluzia, através

da participação da Universidade de Granada, e do território da ilha, com a participação da Universidade das Ilhas Baleares. Nestas duas últimas universidades, já está em curso desde 2016 o projeto que vem pesquisando a imagem socialmente construída e a autoimagem do Serviço Social espanhol, buscando identificar as possíveis interlocuções entre as particularidades da profissão na Espanha e no Brasil, o qual se desdobrou no subprojeto “*Interlocuções entre as particularidades do Serviço Social Brasileiro e Espanhol: um estudo acerca da imagem socialmente construída e a autoimagem da profissão de Serviço Social*”.

O *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social* é o documento oficial que regulamenta a formação profissional em Serviço Social na Espanha, aprovado em 2004 pela Agência Nacional de Avaliação de Qualidade e Credenciamento (Aneca).

Com a implantação do título de Graduação em Serviço Social na Espanha em 2004, a profissão passou a ter *status* universitário, ter reconhecimento como carreira universitária, após sessenta anos de formação restrita ao que se denominava *diplomatura*. Tratava-se de um curso superior especializado, mas sem as mesmas prerrogativas que a graduação no âmbito da formação superior europeia, envolvia as profissões inscritas no espaço universitário, com autonomia, especialmente para produção de conhecimentos.

A metodologia da pesquisa é bibliográfica e documental, realizada em livros, artigos científicos de revistas e congressos sobre o desenvolvimento sócio-histórico do Serviço Social na Espanha, a formação em Serviço Social e a conjuntura da emergência e desenvolvimento da profissão nesse país. A pesquisa documental será realizada no *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social* e nos *Planes de Estudios* (projetos pedagógicos) dos cursos de Serviço Social das Universidades de Granada, Ilhas Baleares, Navarra, Barcelona e Madri. Os dados documentais serão confrontados com a bibliografia consultada e com o referencial teórico-metodológico que sustenta a análise sobre o Serviço Social.

Assim, os pressupostos para as análises dos dados coletados se assentam no significado social da profissão na produção e reprodução das

relações sociais capitalistas, tendo como referência a abordagem de Iamamoto e Carvalho (2011).

A reprodução das relações sociais entendidas como o conjunto de determinações sócio-históricas, que na tradição marxista se refere ao modo de produzir, e como é estabelecida também a forma de reprodução das relações sociais. A reprodução das relações sociais na sociedade capitalista, segundo Iamamoto (2009), é considerada como reprodução desta sociedade em seu movimento real e suas contradições, “reprodução de um modo de vida e de trabalho que envolve o cotidiano da vida social” (IAMAMOTO, 2009, p. 23).

O Serviço Social é, portanto, considerado aqui como profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, que tem nas expressões da questão social seu objeto de intervenção.

A questão social é analisada a partir da contradição, própria do modo de produção capitalista, em que a riqueza é socialmente produzida e a apropriação dessa riqueza é privada. Considera-se para a análise a Lei Geral de Acumulação Capitalista, construída por Marx (2010). Contudo, é importante salientar que a questão social ganha lugar e visibilidade quando os trabalhadores entram no cenário de disputa política: “Processo denso de conformismo e rebeldia, expressando consciência e luta que acumulem forças para o reconhecimento das necessidades de cada um e de todos os indivíduos sociais” (IAMAMOTO, 2009, p. 27). Sendo assim, a questão social se expressa nesse âmbito contraditório de interesses, “extrapolando (...) para a esfera pública, exigindo interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres de sujeitos” (IAMAMOTO, 2009, p. 27).

A partir desse pressuposto, considera-se na análise que o assistente social é o trabalhador assalariado, contratado por órgãos públicos, privados ou do terceiro setor. O assistente social direciona suas ações a uma determinada direção social a fim de responder às demandas colocadas socialmente para a profissão. Considera-se o caráter contraditório em que se inserem suas práticas, pois, segundo Iamamoto (2011), ao mes-

mo tempo e pela mesma ação, o profissional responde aos interesses do Capital e do Trabalho.

O desafio desse trabalhador assistente social, em meio a tantos, é o tensionamento entre uma direção social crítica no seu trabalho, na busca da garantia de direitos, e a condição de trabalhador assalariado. Isso exige articular o trabalho profissional ao trabalho assalariado, ou, nos termos de Iamamoto (2009, p. 37), “o exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua realização, mediadas pelo estatuto assalariado e pela organização política das classes em suas expressões coletivas”.

Para este texto, optou-se por apresentar os resultados preliminares da pesquisa, os quais envolvem a gênese do Serviço Social espanhol e o processo de formação profissional, analisando os impactos do Processo de Bolonha para a formação em Serviço Social na Espanha na construção do perfil profissional indicado no *Libro Blanco*.

Nas considerações finais, aponta-se para a necessidade da continuidade da pesquisa em andamento e de que seja analisado, no movimento contraditório do real, a permissão, por parte da organização do Espaço Europeu de Ensino Superior, de que o Serviço Social alcançasse o nível de Graduação Universitária após o Processo de Bolonha. Com Bolonha, a profissão adentra a universidade na condição de formação superior e com *status* de área de conhecimento. Por outro lado, ingressa no âmbito universitário em um contexto de retrocessos sociais e de grave crise econômica e social. Concomitantemente, o mercado de trabalho se amplia, e aumenta a demanda por profissionais de Serviço Social, ao mesmo tempo em que o seu perfil experimenta também processos de mudanças.

6.2 Serviço Social espanhol: gênese e formação profissional

A primeira escola de Serviço Social na Espanha é datada de 1932³⁶: a *Escuela de Asistencia Social para la Mujer*, situada em Barcelona, que tinha como marco a influência da escola belga de Serviço Social. A escola de Barcelona tinha como inspiração os conteúdos de formação da Escola Fascista de Assistentes Sociais de Roma (DE LA RED, 1993).

Em 1926, segundo De la Red e Brezmes Nieto (2003), cria-se em Barcelona o *Comité Femenino de Mejoras Sociales*, e em 1929 se celebra na mesma cidade o primeiro *Congreso Católico da Beneficência Nacional*, do qual, segundo as autoras, participaram membros do setor público e privado, sob o comando da igreja católica. Nesse Congresso, decide-se sobre a necessidade da profissão de Serviço Social na Espanha e é indicada a construção da primeira Escola.

É nessa conjunção de forças sociais que o Serviço Social pode ser pensado sob uma perspectiva abertamente assistencial e de controle social. A nascente profissão tem sua gênese na Espanha como fruto de uma necessidade diante da racionalização da caridade para o controle da classe trabalhadora. A conjuntura em que se encontra a Espanha é a da construção da Segunda República, das eleições que em 1931 se converteram em um plebiscito entre monarquia e república.

En los primeros años de la República, los Gobiernos de coalición de republicanos y socialistas emprendieron reformas políticas profundas que afectaron al Estado, a la Iglesia, al Ejército y a casi todos los sectores de la sociedad. Estas reformas abrieron un abismo entre la Iglesia y el Estado, los propietarios y los trabajadores, los defensores del orden tradicional y los que apoyaban a la República. (...) La mezcla de grandes expectativas, reformas, conflictos y resistencias marcó la evolución de la República durante esos dos primeros años (CASANOVA; GIL, 2016, p. 109).

³⁶ Fernández e Alemán Bracho (2003); Fernández e de Lorenzo (2015); Miranda (2004); De la Red e Brezmes Nieto (2003); Brezmes Nieto (2008); De la Red (1993); Molina (1994).

Os dois primeiros anos da Segunda República (1931-1933) foram marcados por grandes transformações, principalmente na educação, o que permitiu um aumento significativo do número de escolas e um baixo índice de analfabetismo; no âmbito das políticas de gênero, destacam-se o voto feminino e as leis para o divórcio; em 1932, foi aprovada a Lei da Reforma Agrária. Tudo isso deixou a elite atenta, inclusive levando a tentativas de golpe.

O aumento da participação dos trabalhadores na política, com o crescimento dos sindicatos, seja dos socialistas, na União Geral dos Trabalhadores (UGT), seja dos anarquistas, na Central Nacional dos Trabalhadores (CNT), trazia à tona a organização política da classe trabalhadora. Esse período é marcado também pela organização dos partidos políticos de esquerda, o Partido Radical e o Partido Socialista Obrero Español (PSOE).

Mas, nas eleições de 1933, quando a direita voltou a ser eleita, a Confederação Espanhola das Direitas Autônomas (CEDA) ganhou o maior número de cadeiras no parlamento e iniciou políticas de corte e repressão.

O Serviço Social segue sua opção conservadora, mesmo no clima de mudança proporcionado pela segunda república e pela onda de democracia que rondava a Espanha.

Foram os acontecimentos políticos da Segunda República (1931 – 1939), os confrontos de classe, a luta pela democracia, a Constituição de dezembro de 1931 — que indicava todo o poder ao povo —, os muitos embates de classe, tentativa de golpe da direita, entre outros elementos contraditórios, que compuseram o cenário para que as eleições de 1936 ocorressem. Tais eleições foram decisivas para os rumos políticos da Espanha. Ganhou as eleições uma Frente Popular de Esquerda e, meses depois, a direita organizou as bases para uma Guerra Civil, a fim de tomar à força o governo espanhol.

Segundo Casanova e Gil (2016), a Guerra Civil Espanhola cristalizou batalhas universais entre proprietários e trabalhadores, Igreja e Estado, obscurantismo e modernização, em meio a um marco internacional

de crises democráticas e de entrada no cenário mundial do comunismo e do fascismo.

La victoria de la coalición del Frente Popular en las elecciones de febrero de 1936 fue recibida con júbilo en muchas ciudades, mientras varios generales intentaban dar un golpe militar (...) La derecha no republicana, derrotada en las urnas, ya sólo pensaba en una solución de fuerza contra el Gobierno y la República. Un sector importante del Ejército conspiró y no paró hasta derribarlos. En febrero de 1936 hubo elecciones libres y democráticas; en julio de 1936 un golpe de Estado (CASANOVA; GIL, 2016, p. 155).

Realizar uma análise sobre o desenvolvimento do Serviço Social na Espanha sem considerar o significado social da Segunda República, da Guerra Civil Espanhola que desencadeou na Ditadura Franquista, é não somente um equívoco na análise como um equívoco na direção social que o Serviço Social deve construir na defesa dos valores da classe trabalhadora.

Período marcado pela “*historias de las dos Españas*” como sugere Juliá (2004), foi marcado pela luta de classes, por “*los rojos*” e pela pauta da burguesia. A defesa armada dos militares, liderados por Franco e financiada por Hitler e Mussolini³⁷, matou grande parte dos que defendiam uma sociedade justa e com liberdades democráticas.

Segundo a análise de De la Red e Brezmes Nieto (2003), o Serviço Social se viu paralisado intelectualmente durante a Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Também numericamente decaía a procura pela profissão. Segundo as autoras, entre 1932 e 1950 formaram na Espanha 270 assistentes sociais, dos quais 149 estavam inseridos no mercado de trabalho.

Com Franco no poder, os partidos políticos de esquerda ou republicanos foram banidos e os partidos de direita integraram, como única opção, o Movimento Nacional. Entre os apoiadores de Franco estavam parte da Igreja e o partido único Franquista, os Falangistas.

³⁷ Casanova e Gil (2016), De Vicente (2016), entre outros.

Os Falangistas puros estavam mais próximos de Franco e tiveram muita participação na ditadura, com uma maior ou menor influência a depender das condições econômicas e políticas. “*Los jóvenes falangistas soñaron con un Estado totalitario al modo alemán (...) un fascismo a la española, católico, pero estatista, intervencionista y jerárquico*” (DE VICENTE, 2016, p. 260).

A Seção Feminina, o braço Falangista das mulheres, formou as mulheres espanholas para a submissão e subordinação aos homens. Desde maio de 1940, todas as mulheres teriam que prestar algum tipo de serviço voluntário de no mínimo seis meses, com o qual se obtinha um certificado que era imprescindível para exercer uma profissão, obter títulos universitários ou conseguir um passaporte³⁸.

A seção feminina da Falange foi responsável por algumas escolas de Serviço Social na Espanha nesse período; entre 1953 e 1968, somam-se cinco escolas vinculadas diretamente à seção feminina, nas cidades de Barcelona (1953), Madri (1958), Córdoba (1962), Granada (1962) e Salamanca (1963), como indica Molina (1990, 1994)³⁹.

Ocorreu no período da ditadura Franquista: abertura de acordo com os Estados Unidos; financiamento americano em créditos para empresas, para compra de produtos norte-americanos, incluindo matérias primas; presença de membros da *Opus Dei* na formação do governo ditatorial, nos planos de desenvolvimento e economia do país, tinham bases da burguesia crescente e eram representantes da Igreja e da burguesia, os chamados tecnocratas tinham formação em economia e direito em uma perspectiva liberal; um grande pacto entre capital industrial e grandes latifúndios permitiu o desenvolvimento do capitalismo monopolista na Espanha nos anos 40 e 50.

Há um aumento considerável das escolas de Serviço Social, de 1932 até 1957 eram três escolas de assistentes sociais; em 1964, já existiam 32

³⁸ Ver mais em Casanova e Andr  z (2016, p. 245 - 247).

³⁹ Entre 1932 e 1983, das 43 escolas de Serviço Social na Espanha, 30 estavam vinculadas   Igreja Cat  lica, sendo que o  pus Dei era respons  vel por uma; a Se  o Feminina por cinco; sete eram consideradas independentes, promovidas por sindicatos, Caixa de Previd  ncias, Cruz Vermelha; e uma era dirigida pelo Minist  rio Nacional de Educa  o, segundo (SANCH  Z, 1994).

escolas. Mas, é com o marco legal do Decreto de 1964 que se reconhecem oficialmente os estudos em Serviço Social

O Decreto regulamentou também as exigências para entrada nos cursos — precisavam ter cursado todo o bachilerato (algo como o ensino médio) — e o professorado. Os conteúdos presentes estavam desenvolvidos em matérias como Sociologia, Psicologia, Economia e Direito, outras vinculadas à religião e ao Estado, além de Educação Física e Formação no Espírito Nacional; as disciplinas sobre Serviço Social eram muito poucas e se remetiam à prática: das 100 horas mensais regulamentadas, 42 eram para as práticas (que seriam como os estágios).⁴⁰

Desse período até o processo de transição democrática, estava sendo construída a base concreta para o desenvolvimento do Serviço Social na Espanha.

A ditadura, que durou quase 40 anos na Espanha, foi demasiado violenta e permitiu um avanço conservador que marca o país até hoje. A ditadura saía de uma Guerra Civil e da luta de classes teve, em 1975, com a morte do Franco, uma transição marcada pela construção consensual entre direita e esquerda e pela necessidade de uma nova Constituição (1978) em que coubessem todos os espanhóis (DE VICENTE, 2016).

Dois dias depois da morte de Franco, “*los acordes del himno nacional anunciaron la entrada del príncipe Juan Carlos de Borbón y Borbón*” na tribuna da corte espanhola. Esse seria um momento inicial da transição, marcada por grupos políticos muito distintos e conciliações de classe (CASANOVA; GIL, 2016, p. 306-307).

Foi sendo gestado, durante os anos finais do franquismo, um movimento opositor ao regime. Segundo De Vicente (2016), esse movimento teve a participação importante de intelectuais e estudantes, de uma ala progressista da igreja católica, de sindicatos que atuavam na clandestinidade e de exilados políticos. Tais grupos reivindicavam seus direitos políticos nessa transição.

⁴⁰ Molina (1994) apresenta uma excelente caracterização desse período apresentando as diferentes matrizes curriculares entre os cursos sob o domínio da Igreja e da Seção Feminina.

Em 1976, inúmeras manifestações e protestos foram contabilizados. Tinham como protagonistas não só o movimento de trabalhadores, mas também

sectores sociales, colectivos y organizaciones de diverso signo que habían surgido en los últimos años del franquismo: las asociaciones estudiantiles, el movimiento ciudadano de los barrios, de los sectores de base de la iglesia, las reivindicaciones de intelectuales y profesionales, los jornaleros y pequeños propietarios agrícolas y otros grupos más o menos heterogéneos que representaban a nuevos movimientos sociales como el feminismo el pacifismo o ecologismo (CASANOVA; GIL, 2016, p. 312).

A crise capitalista dos anos 70 não passou despercebida durante a transição democrática. Em uma conjuntura Européia de transformação no modo de acúmulo capitalista, a Espanha se insere também nessa passagem do acúmulo rígido ao flexível no capitalismo mundial (HARVEY, 2012), avançando na financeirização do capital.

A profissão não passou incólume a esses movimentos contestatórios. Uma fração dela esteve junto com os movimentos *de vecinos*, especialmente com os trabalhos comunitários desenvolvidos por *curas obreiros*, notadamente nas periferias de Barcelona e Madri, com repercussões tanto na formação quanto no trabalho dos assistentes sociais.

Expressão das inflexões desse caldo político-cultural é a crise que o Serviço Social vai experimentar, especialmente nos anos da “transição democrática”, mas que vinha se acumulando desde meados dos anos sessenta, no bojo do processo de saída do país de seu isolamento econômico, político e cultural devido à ditadura. Questionar as bases teóricas e a ausência de metodologias que até então vinham sustentando as formas de pensar e agir dos assistentes sociais foi o tom dos debates no interior da profissão, gerando Seminários (Manresa, 1971, em Barcelona; e Los Negrals, 1972, em Madrid – cuja palestra inaugural referiu-se à “*Reconceptualización del Trabajo Social respecto a la situación de los cambios sociales en España*”, assumindo a definição da profissão como

“*agente de cambio*”) e Jornadas (Pamplona, 1977; Levante, 1975), que buscaram construir propostas interventivas genuinamente nacionais e críticas, inclusive recorrendo ao pensamento social marxista (CARRARA *et al.*, 2018) e às literaturas latino-americanas oriundas do chamado Movimento de Reconceituação Latino-Americano.

Emblemático neste período foi a elaboração do Método Básico de Monserrart Colomer⁴¹ (1973), tal como vinha acontecendo nos países do Cone Sul da América Latina, em sua busca de construir um método único de intervenção em contraposição às metodologias norte-americanas.

A denominação da profissão é alterada para “trabalhador social”. O termo “assistente social” já vinha sendo questionado desde 1968 por parcela da categoria, com o fito de se distanciarem das marcas do assistencialismo presentes desde a origem da profissão na Espanha.

A greve das escolas em 1976 foi outro marco fundamental no giro em sua feição assistencialista e alinhamento com as lutas democráticas. As escolas exigiram “*un replanteamiento teórico de la profesión, un plan de estudios que permitiera su encuadramiento en la Universidad, analizando la situación actual del trabajo social, la organización y el funcionamiento de las escuelas*” (MARÍN, 1976). Data desta época uma vanguarda da profissão que busca o seu ingresso na produção de conhecimento, o seu estatuto científico.

Nos anos de 1970, na Universidade de Barcelona, é criado o Grupo de Investigação em Trabalho Social (GITS), fruto do movimento de assistentes sociais de vanguarda que percebiam a necessidade de implementar mudanças na formação profissional, especialmente em direção a uma formação mais intelectualizada.

Nesse mesmo período, os assistentes sociais mais progressistas e implicados com o processo de transição democrática da Espanha vão compor a equipe de trabalho da *Generalitat* da Catalunha na elaboração

⁴¹ Explicita Monserrart Colomer (1973) que o debate acerca da necessidade de construção de metodologias do Serviço Social na Espanha teve forte influência das aulas de Nadir Gouvêa Kfoury na Espanha.

do sistema de serviços sociais — a seguridade social que influenciará a Espanha como um todo.

Mas é na década de 1980 que as escolas de assistentes sociais são inseridas em *Escuelas Univesitárias de Trabajo Social*. Em agosto de 1981, o Real Decreto aprovou a inserção na universidade dos Estudos de Assistentes Sociais como “*Escuelas Universitárias de Trabajo Social*”. Cabe destacar que as escolas estavam na universidade, mas não eram títulos universitários (diplomaturas em trabajo social), não tinham o nível graduação (licenciaturas) que permitisse aos assistentes sociais realizar mestrados e doutorados, por exemplo.

Em 1990, os Conselhos de Universidades criam a área de conhecimento “*Trabajo Social y Servicios Sociales*”, considerando a trajetória de conhecimentos envolvidos, uma tradição histórica comum e já o desenvolvimento de grupos espanhóis e internacionais de investigação.

Houve, desde os anos 80, por parte dos colégios e dos professores, uma luta pela inserção do Serviço Social espanhol como título de graduação (licenciatura). Em 1998, o *Consejo General de Diplomadas em Trabajo Social y Asistentes Sociales* desencadeia um debate sistematizado sobre o tema e, em 2000, encaminha ao Conselho de Universidades um documento chamado “*Memoria justificativa de la solicitud de Licenciatura em Trabajo Social*”.

Em 2002, foi aprovada na subcomissão de *Ciencias Sociales y Jurídicas* a elaboração de um documento para transformação da diplomatura em licenciatura de quatro anos. Em 2003, inicia-se uma comissão para elaboração do *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social*. Houve um processo longo de elaboração e luta até se chegar ao título de graduação em Serviço Social na Espanha.

6.3 O Libro Blanco del Grado en Trabajo Social e a influência do Pacto de Bolonha na formação profissional na Espanha.

Em 1999 a Comunidade Européia se debruçava para implementar os elementos do Acordo de Bolonha em seus países membros. O documento aprovado em Bolonha, de líderes políticos e não acadêmicos, traduzia uma lista de ações e princípios para o redesenho da universidade européia.

A Europa então reconfigura a formação universitária no bloco econômico, na tentativa de homogeneizá-la em todos os países e garantir uma universidade mais competitiva, principalmente em relação às universidades norte-americanas, com uma visão e direção social voltada para o mercado. A criação de um Espaço Europeu do Ensino Superior é a tentativa, por parte do Bloco Econômico do Euro, de configurar-se como um espaço competitivo para o mercado da educação superior.

Não se trata somente de uma direção da formação para o mercado, mas também, e principalmente, de uma educação mercadológica, que fomenta a competição entre os países e também fora do bloco. Deve ter em consideração que a universidade pública na Europa, em sua maioria, não é gratuita. Há política de bolsas mais ou menos amplas a partir das indicações políticas de cada governo.

O Espaço Europeu do Ensino Superior comporta os seguintes conceitos-chave:

- a capacidade de atração mundial da formação superior oferecida pela UE;
- a comparabilidade entre formações homólogas adquiridas em países distintos;
- um sistema de unidades de crédito acumuláveis e transferíveis entre estabelecimentos de ensino e países (ECTS);
- a mobilidade de estudantes e professores;
- a cooperação na elaboração e a integração de programas de ensino;

- a organização do percurso escolar em três ciclos (um de graduação e dois de pós-graduação);
- a garantia de qualidade mediante orientações comuns relativas a avaliação do ensino, acreditação de habilitações profissionais e certificação de habilitações acadêmicas⁴².

É nesse contexto que podemos pensar a Graduação Universitária em Serviço Social na Espanha e a construção do *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social*.

O *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social*⁴³ é um documento oficial espanhol, construído e apresentado pelas universidades à Aneca (*Asociación Nacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación*), do Ministério de *Educación, Cultura y Deportes*, que apresenta as orientações gerais para o curso de Serviço Social na Espanha.

O documento é resultado de uma elaboração coletiva que envolveu 32 universidades espanholas⁴⁴ e 30 colégios profissionais nos anos de 2002 a 2004. Ocorreram 7 reuniões nacionais para debater os pontos centrais, 2 reuniões com os diretores das então *Escuelas de Trabajo Social*, além do *V Congreso de Escuelas de Trabajo Social de España*, que ocorreu em Huelva de 21 a 23 de abril de 2004, onde o documento foi finalizado.

O *Libro Blanco Del Grado en Trabajo Social* é um documento de 406 páginas, dividido em 14 capítulos desenvolvidos a partir das indicações da Aneca. Conta com o parecer da comissão de avaliação da Aneca e com um prólogo que apresenta o documento, contendo um pouco do histórico da formação em Serviço Social na Espanha.

Para organizar a análise e proporcionar uma melhor apreensão de sua totalidade, os 14 capítulos do documento foram divididos em três partes.

⁴² Para maiores esclarecimentos, ver: http://www.janelanaweb.com/digitais/rui_rosa32.html (acessado em maio de 2018).

⁴³ O que se apresenta nesse item é uma primeira aproximação ao tema. Essa análise deve ser aprofundada nos próximos períodos da pesquisa e posteriormente divulgada.

⁴⁴ Segundo site da Aneca, são 43 Universidades de Trabajo Social na Espanha. <http://srv.aneca.es/ListadoTitulos/busqueda-titulaciones> (acessado em 22 de jun de 2017).

Na primeira parte, composta pelos capítulos de 1 a 4, é apresentado o curso de serviço social nos países europeus, com informações sobre o tempo de curso e a relação com as pós-graduações strictu sensu, trata-se de uma pesquisa de fôlego, que apresenta um grande panorama do Serviço Social Europeu.

Na segunda parte, que engloba os capítulos de 5 a 11, é apresentado o perfil que se deseja formar, as competências e habilidades profissionais necessárias para a formação do assistente social na Espanha.

Na terceira parte, capítulos 12 a 14, aborda-se a estrutura do curso, os créditos necessários e o desenvolvimento do curso.

O documento apresenta a seguinte concepção de profissão:

El Trabajo Social es la disciplina de la que se deriva la actividad profesional del trabajador social y del asistente social, que tiene por objeto la intervención y evaluación social ante las necesidades sociales para promover el cambio, la resolución de los problemas en las relaciones humanas y el fortalecimiento y la libertad de la sociedad para incrementar el bienestar y la cohesión, mediante la utilización de teorías sobre el comportamiento humano y los sistemas sociales y aplicando la metodología específica en la que se integra el trabajo social de caso, grupo y comunidad. El trabajo social interviene en los puntos en los que las personas interactúan con su entorno. Los principios de los derechos humanos y la justicia social son fundamentales para el trabajo social, así como la Carta de los Derechos Fundamentales de la Unión Europea (ANECA, 2004, p. 103).

Em uma análise preliminar, as pesquisas indicam que pensar o Serviço Social como disciplina pode incorrer no risco de: a) acreditar que a profissão tem uma teoria própria, que constrói uma teoria e que assim é considerada ciência; b) inserir o Serviço Social como disciplina, criando a ilusão abstrata de uma desvinculação entre profissão, trabalho assalariado e formação profissional; c) realizar uma análise endógena da profissão, a qual “sustenta a origem do Serviço Social na evolução, organização e profissionalização das formas ‘anteriores’ de ajuda e da

filantropia, vinculada agora na intervenção da ‘questão social’ (MONTAÑO, 2007, p. 19-20).

O Libro Blanco apresenta como objeto da profissão “*la intervención y evaluación social ante las necesidades sociales para promover el cambio, la resolución de los problemas en las relaciones humanas y el fortalecimiento y la libertad de la sociedad para incrementar el bienestar y la cohesión*” (ANECA, 2004, 103).

Consideramos, conforme explicitado no item 01 desse texto, que o objeto da intervenção profissional são as expressões da questão social, o trabalho profissional objetiva-se na intervenção na realidade social com o intuito de garantir direitos sociais, a partir das condições objetivas de trabalho e das políticas sociais. Realizar a análise de que o objetivo da profissão é “*promover el cambio, la resolución de los problemas en las relaciones humanas*” expressa uma perspectiva messiânica, onde o profissional sobrepõe-se à classe trabalhadora, retira o protagonismo revolucionário da classe e não considera o trabalho do assistente social como trabalhador assalariado.

A intervenção profissional tem limites na ordem capitalista. Não é responsabilidade, competência ou papel do assistente social a transformação/cambio social, a intervenção intervenção não altera a ordem burguesa, não altera a luta de classes, tal intervenção intervenção pode melhorar as condições de vida da classe trabalhadora no limite da ordem burguesa. Não é responsabilidade do assistente social a resolução dos problemas nas relações humanas, porque a base concreta desses “problemas” é a divisão de classes sociais, a propriedade privada e a exploração de classe. Para construir um perfil profissional no solo concreto da realidade é preciso considerar tais determinações concretas, se não, pode-se construir um perfil profissional abstrato, que não se materializa na realidade ou, ainda, que reforça e aprofunda a exploração, a divisão de classes sociais e a reprodução das relações sociais burguesas.

Em uma análise preliminar da concepção de profissão expressa no Libro Blanco, cabe destacar: “*mediante la utilización de teorías sobre el comportamiento humano y los sistemas sociales y aplicando la metodología*

específica en la que se integra el trabajo social de caso, grupo y comunidad” (ANECA, 2004, p. 103).

Tal análise reforça a perspectiva positivista, em um ecletismo com a perspectiva que explica por meio da análise psicologizante os “problemas sociais”. Esse trecho reforça as metodologias autônomas e próprias na tentativa de incluir elementos científicos no Serviço Social. Esse ponto apresenta uma perspectiva “modernizadora” da profissão, em contraponto a uma tradição européia, principalmente franco-belga, de intervenção profissional calcada no neotomismo. A perspectiva “modernizadora”, de forte influência de Mary Richmond, apresenta a análise do sujeito por meio da evolução social e a inserção do indivíduo ao meio social.

A perspectiva de Richmond é marcada por uma ausência de herança revolucionária nos Estados Unidos, segundo Netto (2010), e pelo vigor do desenvolvimento capitalista à época da autora. A chamada “Era Progressista” (1900 – 1919) nos EUA rechaçava a filantropia e a caridade, de forte influência católica, e voltava-se a uma moral capitalista de influência weberiana e do “espírito capitalista”. Ou seja, trazer esses elementos ao Libro Blanco é uma tentativa de dar uma direção social ao Serviço Social na Espanha de integração social ao capitalismo, com roupagem de “bem-estar social”.

Assim, o máximo a que se pode chegar é a defesa do Estado de Bem-Estar Social, e não a raiz que produz as desigualdades sociais nessa sociedade. Os países que viveram o Bem-Estar Social plenamente diminuíram a desigualdade, mas não a eliminaram.

A análise que se realiza é que a universidade pós-Bolonha já não se caracteriza mais por ter uma função ampla e de produção de conhecimento em uma lógica dialética. Com o pacto de Bolonha, a universidade prioriza uma lógica instrumental, voltada às competências e necessidades do mercado. É nesse processo que o Serviço Social “cabe” e/ou é aceito com o título de graduação na universidade espanhola. O Serviço Social, para adentrar na graduação, adequou-se aos aportes de Bolonha e seus desdobramentos, o que levou a profissão a consolidar-se como uma

profissão instrumental e operacional, que desenvolve sua atuação na burocracia estatal, perdendo, inclusive, o que havia de mais progressivo na universidade: formar um profissional assistente social intelectual. Ocorre que essa universidade pós-Bolonha não forma mais intelectuais, senão força de trabalho especializada para o mercado.

É importante destacar que é exatamente aí que se faz necessário uma análise do movimento contraditório do real, pois, é a partir da direção social construída para a formação e para o trabalho profissional que será possível potencializar uma formação crítica, consistente e intelectual para o Serviço Social na Espanha. O Serviço Social espanhol deve estar na graduação universitária, mas é necessário que essa graduação permita a formação de profissionais comprometidos com a classe trabalhadora e que possa fazer a crítica aos avanços do mercado em detrimento dos direitos sociais.

O que a análise da literatura consultada sobre a formação em Serviço Social na Espanha nos apresenta é que o Pacto de Bolonha é considerado um avanço para a profissão, pois permitiu o título de graduação, mas não é feita uma crítica consistente a esse processo.

6.4 Considerações Finais

Trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento. Os dados preliminares nos permitiram uma aproximação ao Serviço Social espanhol, entendido desde sua gênese como inserido na divisão social e técnica do trabalho, nas particularidades sócio-históricas daquele país.

O debate sobre a inserção do Serviço Social com a titulação de grau universitário deve ser analisado, sem perder do horizonte o significado social, econômico e cultural do Pacto de Bolonha para as universidades européias. Analisar a formação sem considerar essa direção é um equívoco, não só teórico como político. O estabelecimento do título de graduação universitária na Espanha deve ser analisado no movimento contraditório do real. Movimento que é de regressão no perfil da universidade,

mas é também de possibilidades: o assistente social deve ser formado como um intelectual com habilidades e competências que extrapolem as exigências do mercado, contrapondo-se teórica e politicamente ao processo desencadeado na universidade pós-Bolonha.

A reforma na educação superior na Europa, com o Processo de Bolonha, se constituiu como mais uma das estratégias dos ideólogos da União Européia. Um duplo movimento tem tomado lugar: por uma parte, o controle da formação profissional em todos os países signatários da Declaração de Bolonha, pois o capital, com sua política neoliberal, necessita homogeneizar os pensamentos e subjetividades; por outra, o subsídio, com dinheiro público, de atividades empresariais privadas através das necessidades da tecnociência para o capital.

Tanto a identificação das tendências do perfil profissional como os impactos de Bolonha para a formação específica em Serviço Social devem se constituir em elementos para prosseguir com as investigações.

Assim, as perguntas que a pesquisa pretende responder são: Qual o perfil de assistente social presente no *Libro Blanco* — documento que apresenta as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social na Espanha? Qual o perfil de universidade que Bolonha desenhou? Qual a concepção de profissão que encontramos no *Libro Blanco* e nos cursos de Serviço Social que compõem este estudo? Como estão organizados e que fundamentos expressam os *Plan de Estudios* dos cursos de Serviço Social pós-implantação do *Libro Blanco*?

Cabe destacar que, pesquisar a influência do *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social* — influenciado pelo Pacto de Bolonha — na universidade européia permite analisar os tensionamentos que governos ultraneoliberais tem construído para a política de ensino superior no Brasil e na América Latina. Ainda, acredita-se que pesquisas que envolvem diferentes países permitem um avanço intelectual e político para a profissão de Serviço Social em escala mundial.

6.5 Referências

ANECA. *Libro Blanco del Grado en Trabajo Social*. 2004.

BREZMES NIETO, Milagros. *Trabajo Social en España: una profesión para la democracia*. Universidad de Murcia: Murcia, 2008.

CARRARA, Virgínia Alves; PERRELLO, M. A. O. ; SILVEIRA, R. M. ; XAVIER, M. O.; REIS, R. S. A. ; BERGAMO, D . Trabajo Social en la realidad española en los años 1960 a 1980: a la búsqueda de autodefinición y reconocimiento profesional. *Revista em Pauta*, v. 15, p. 57-72, 2018

CASANOVA, Julián; GIL ANDRÉS, Carlos. *Historia de España en el Siglo XX*. 5ª ed. Editorial Ariel: Barcelona, 2016.

COLOMER, M. *Método Básico de Trabajo Social*. Barcelona: FEISS Euramérica S.A., 1973

DE LA RED VEGA, Natividad; BREZMES NIETO, Milagros. Trabajo Social en España. IN: FERNÁNDEZ, Tomás Fernandez, ALEMÁN BRACHO, Carmen Alemán (coord.). *Introducción al Trabajo Social*. Alianza Editorial: Madrid, 2003.

DE LA RED VEGA, Natividad. *Aproximaciones al Trabajo Social*. Colección Trabajo Social. Série textos universitarios. Editora Siglo XXI: Madrid, 1993.

DE VICENTE ALGUERÓ, Felipe. *De la Pepa a Podemos: história de las ideas políticas en la España Contemporánea*. Editora Encuentros: Madrid, 2016.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Tomás; DE LORENZO GARCÍA, Rafael; VÁZQUEZ, Octavio. *Diccionario del Trabajo Social*. Alianza editorial: Madrid, 2015.

FERNÁNDEZ GARCÍA, Tomás, ALEMÁN BRACHO, Carmen (coord.). *Introducción al Trabajo Social*. Alianza Editorial: Madrid, 2003.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 22ª ed. São Paulo: Loyola, 2012.

IAMAMOTO, Marilda & CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 33ª ed., São Paulo: Cortez Editora, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na Cena Contemporânea*. En CFESS; ABEPSS. *SERVIÇO SOCIAL: direitos e competências profissionais*. Brasília, 2009.

JULIÁ, Santos. *Historia e las dos Españas*. Taurus: Madrid, 2015. 29

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I, 27ª ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro: 2010

MARTINS, Alcina Maria de Castro; CARRARA, Virgínia Alves. *Serviço Social português e brasileiro em diálogo: internacionalização da formação profissional*. *Revista Em Pauta*. n. 33, v. 12, Rio de Janeiro, p. 205-227.

MIRANDA ARANDA, Miguel. *De la Caridad a la Ciencia: pragmatismo, interaccionismo y trabajo social*. Colección del trabajo social hoy. Mira Editores: Zaragoza, 2004

MARÍN, K. Asistentes sociales: una profesión a tomar en serio. *El País*. Madrid, 20 mai 1976. Disponível em: <https://elpais.com/diario/1976/05/20/ultima/201391201_850215>. Acesso em: 22 de nov. 2018.

MOLINA SÁNCHEZ, Maria Victória. *Las Eneñanzas en Trabajo Social En España 1932-1983*: estudio socio-educativo. Editora UPC: Madrid, 1994.

MONTAÑO, Calos. *A Natureza do Serviço Social*. Cortez Editora, São Paulo, 2007.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 15ª ed., Cortez Editora, São Paulo: 2010

CAPÍTULO 7

IMPACTOS DO PROCESSO DE BOLONHA E DA AUSTERIDADE NOS ESTÁGIOS E NA SUPERVISÃO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL

Dulce Simões⁴⁵

Alcina Martins⁴⁶

7.1 Introdução

Com a reforma do ensino superior, decorrente do Processo de Bolonha, tem lugar uma reestruturação da formação em Serviço Social, com implicações no tipo de profissional a ser formado, com prevalência da formação dirigida para o mercado, em detrimento da fundamentação teórica, da investigação, do desvendar da realidade e da intervenção qualificada. O processo de aligeiramento e precarização da formação permeia a componente estágio e supervisão, alvo de alterações (natureza, duração dos cursos, número de disciplinas e total de horas).

Procedeu-se a uma primeira aproximação aos dezessete planos de estudo de licenciatura de Serviço Social — de ensino universitário e politécnico; público e privado — em funcionamento em Portugal. Procurou-se analisar a natureza e tipologia de ensino associadas ao estágio e à supervisão, a duração dos cursos, as designações das unidades cur-

⁴⁵ Doutora em Psicologia. Novos Contextos de Intervenção Psicológica em Educação Saúde e Qualidade. Professora da licenciatura e do mestrado em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), Portugal. Investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese).

⁴⁶ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da licenciatura e do mestrado em Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga (ISMT), Portugal. Investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese).

riculares (disciplinas), sua carga horária — horas de estágio (E) e de supervisão. No Sistema Europeu de Transferência de Créditos (ECTS), foi convencionado que um crédito corresponde a 25 – 30 horas de trabalho, sendo da responsabilidade de cada instituição de ensino superior a especificação do número de horas a adotar. O volume total de trabalho de um estudante a tempo inteiro, por ano, corresponde a 60 créditos. Na Europa, esse volume de trabalho situa-se entre as 1500 e 1800 horas, atribuindo-se a um semestre letivo 30 créditos (ECTS). Recorreu-se, assim, a uma análise bibliográfica e documental, destacando-se os diplomas legais que aprovam os planos de estudo atualmente em vigor.

Ao contrário do que ocorre noutros países, não existe em Portugal uma designação única para denominar as(os) assistentes sociais envolvidas(os) no processo de estágio e supervisão. Assim, neste trabalho adota-se a designação de supervisores de estágio para os docentes das instituições de ensino superior afetos ao processo de estágio, reservando-se a denominação de orientador de estágio para os profissionais que asseguram a supervisão do estagiário na instituição / serviço.

Dois eixos compõem o presente trabalho: no primeiro, aborda-se a formação em Serviço Social em Portugal, após a adequação ao Processo de Bolonha, dando-se ênfase à componente estágio nos planos de estudo; no segundo, resgatam-se alguns impactos da crise e da austeridade no processo de estágio, nas entidades que acolhem estagiários, nas condições de trabalho dos assistentes sociais orientadores de estágio e dos docentes supervisores nas instituições de ensino superior. Afloram-se, ainda, alterações verificadas nas condições de frequência de ensino de estudantes e estagiários.

7.2 Processo de Bolonha e a formação em Serviço Social no contexto português

Como é amplamente reconhecido, o estágio acadêmico e a supervisão — ou seja, o estágio supervisionado — são dimensões da formação confirmadas e valorizadas neste domínio do conhecimento. A produção acadêmica e científica, nacional e internacional, produzida por autores nacionais (FREITAS, 2013) e internacionais (BURIOLLA, 2008; GUERRA, 2016; LEWGOY, 2010; 2016; SANTOS, LEWGOY, ABREU, 2016) expressam isso mesmo.

O estágio ocupa um lugar destacado nos planos de estudo, já que concorre para a capacitação e qualificação do estudante, sendo uma componente (disciplina) obrigatória e significativa da formação acadêmica. Como afirma Guerra,

é o estágio também o espaço em que o estudante, em primeira mão, enfrenta as dificuldades da própria realidade tanto para conhecê-la (...) quanto para intervir (...) é no estágio que o estudante se põe a pensar a partir das experiências concretas, das situações imediatas (...) e aí também lhe é facultado aprender a buscar as mediações necessárias para a interpretação da realidade (2016, p. 118, 119).

Não é, pois, um “mero momento de execução de tarefas”, como alerta Lewgoy (2007). Ainda segundo Guerra, “os estágios supervisionados trazem imensos e renovados desafios, que têm sido enfrentados ao longo da formação em Serviço Social” (2016, p. 132).

No entender de Buriolla (2008, p. 16) “a supervisão é um processo educativo, de ensino-aprendizagem (...) realiza-se na área do agir e se dá em função da prática profissional, desenvolvendo o acompanhamento do trabalho prático cotidiano do aluno-estagiário”, ao qual acrescentamos a visão aprofundada deste espectro por via das afirmações de Santos, Gomes e Lopes, quando concebem o estágio acadêmico supervisionado como

um dos momentos que possibilitam ao estudante fazer a mediação entre teoria e prática, entre conhecimento teórico e conhecimento sobre o mercado de trabalho, facilitando o processo de apreensão da realidade, tendo em vista uma ação de competência para o atendimento às necessidades da população (2016, p. 217).

Em jeito de remate, desta parte introdutória, fazemos nossas as palavras de Ortiz: “[o] estágio ocupa centralidade na formação profissional, pois potencializa a qualificação dos alunos do ponto de vista teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e investigativo. A disciplina de Estágio é o lugar privilegiado para a realização desta síntese” (2016, p. 207).

7.3 O Processo de Bolonha e a formação em serviço social no contexto português

Na última década do séc. XX, Portugal assistiu a grandes e decisivas mudanças cujos reflexos se fizeram sentir quer no exercício profissional quer na formação em Serviço Social. Destacam-se o aumento do número de planos de estudos de licenciatura (com cinco anos de duração desde 1989); a entrada em funcionamento de planos de estudos de mestrado (desde 1995) e doutoramento (desde 2003); o forte incremento do número de diplomados — “entre 1993 e 2003 diplomaram-se (...) um total de 4753, formando-se mais neste período do que nos 57 anos anteriores” (MARTINS; TOMÉ, 2016, p. 331); o aumento de instituições de ensino superior autorizadas a formar assistentes sociais, passando de três para oito, entre universidades públicas e privadas e ensino politécnico.

No período compreendido entre a *conquista* da licenciatura (1989-1990) e a entrada em vigor dos planos de formação Bolonha (2006-2007), as licenciaturas possuíam cinco anos de duração e as instituições de ensino superior procuravam ministrar “uma formação académica sólida, teórica e criticamente. A formação teórico-prática incluía o estágio

supervisionado e a investigação em Serviço Social, contemplada na vertente de disciplina, seminário de orientação e de prática de iniciação à investigação” (MARTINS, 2010; MARTINS E TOMÉ, 2016, p. 331), procurando corresponder a parâmetros de exigência e qualidade quer dos planos curriculares (áreas científicas) quer da qualificação dos docentes.

As alterações assinaladas foram acompanhadas de crescimento do mercado de trabalho, fruto da expansão dos serviços da administração pública e da sua descentralização (anos 80 e 90), também do aumento do número de organizações sem fins lucrativos, inscritas no terceiro setor de atividade. Como afirmam Martins e Tomé, naquele período “o mercado de trabalho dos Assistentes Sociais ampliou-se por todo o país (continente e ilhas), quer na administração central, quer local. É indicador desse desenvolvimento a abertura de concursos públicos e o aumento do número de vagas após a regulamentação da carreira de TSSS” (2016, p. 332), em 1991 (Decreto Lei n.º 296 de 16 de agosto de 1991). No entanto, o crescimento exponencial dos diplomados em Serviço Social vai deparar-se com o contexto de precarização do trabalho, que repercute no trabalho dos Assistentes Sociais, vindo estes profissionais a conhecerem a situação de desemprego.

A Declaração de Bolonha (1999), que conduziu os países aderentes ao propalado “Processo de Bolonha”, contou em 2009 com a assinatura de 46 países europeus. O compromisso do Estado português em proceder a esta (*contra*) reforma do ensino superior, obrigou-o a cingir-se a três graus de ensino Superior (licenciatura, mestrado e doutoramento), ao invés dos quatro então existentes (bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento). “A duração da formação superior foi globalmente reduzida: de um patamar global de dez / doze baixou para oito / nove anos. O primeiro e o segundo ciclos de estudos perfazendo cinco anos e o terceiro ciclo, o doutoramento, três ou quatro anos” (MARTINS; TOMÉ, 2016, p. 336). Essa reforma do ensino superior entrou em vigor nos anos letivos de 2006/2007 e 2007/2008, tendo o registo de adequação, no organismo competente (Direção Geral do Ensino Superior – DGES), autorizado o funcionamento a 20 cursos de primeiro ciclo de estudos e

3 de segundo. Em 2006, estavam em funcionamento 22 licenciaturas, 4 mestrados e 3 doutoramentos. Nos cursos de primeiro ciclo (licenciatura), a duração varia entre 180 e 210 ECTS, correspondentes a 6 e 7 semestres e, no segundo ciclo de estudos (mestrado), entre 90 e 120 ECTS, 3 ou 4 semestres respectivamente.

Segundo Martins e Tomé (2016), o Processo de Bolonha *constituiu a pedra angular* na adoção de uma política de educação superior de matriz neoliberal, integrada num espaço de educação superior europeu, capaz de

dinamizar a competitividade europeia num sistema globalizado [no qual] a educação (...) passou a ser vista como uma via para o desenvolvimento de uma economia baseada no conhecimento, cujas ações, projetos e políticas de educação superior passaram a ser dimensionadas por interesses políticos e económicos (2016, p. 335).

As autoras vão mais longe ao afirmar que “a formação cede às exigências do mercado, torna-se permeável para um perfil profissional mais tecnicista, em detrimento de um mais crítico, com maior solidez e qualidade, fragilizando, ou mesmo fazendo regredir, os avanços já conquistados” (MARTINS; TOMÉ, 2016, p. 336), constatando-se uma ausência de formas de regulação da formação — em relação à duração, estrutura dos planos curriculares, objectivos ou saídas profissionais —, evidenciando-se a falta de diretrizes comuns mínimas ou de referências internacionais da área disciplinar, como refere a investigação de Duarte (2009), citada por Martins e Tomé (2016).

Em função das crises económicas e financeiras (2008 e 2011) e da implementação de uma forte política de austeridade (maio de 2011), no período em que Portugal esteve sob o domínio da Troika, conjugadas com o impacto do Processo de Bolonha, assistimos no país a uma fragilização das condições de vida de grande parte da população (desemprego, precarização laboral, empobrecimento), acompanhada por idêntica fra-

gilização quer na formação, quer nas condições de trabalho dos assistentes sociais (MARTINS; TOMÉ, 2016, p. 337).

Em Portugal, a taxa de desemprego chegou a atingir os 17.8% em abril de 2013 (12.2% na Zona Euro), enquanto o desemprego jovem ascendeu a 42.5% (24% na Zona Euro), segundo dados do Eurostat de 31/05/2013 (JORNAL DE NOTÍCIAS, 2013). Como evidenciaram Martins, Carrara e Tomé (2014), os assistentes sociais, tal como os restantes licenciados do país, registravam “crescentes taxas de desemprego”.

Por sua vez, a reforma da Administração Pública, iniciada em 2008, acaba com a carreira de Técnicos Superiores de Serviço Social, passando os seus profissionais a integrarem-se na carreira técnica superior. O ano de 2010 trouxe o congelamento da abertura de concursos para a função pública bem como das progressões na carreira, além da suspensão dos concursos públicos em curso.

No capítulo da formação há registro não só da “ausência de inscrição de alunos no 1º ano, pela primeira vez, em alguns cursos de licenciatura, mestrado e doutoramento, [d]o abandono dos cursos e [d]o não pagamento das mensalidades” (MARTINS; TOMÉ, 2016, p. 339), em consequência das políticas de austeridade, mas também do encerramento de cursos de 1º e de 2º ciclos (quatro e três, respectivamente), com maior incidência em instituições de ensino superior do sector privado — em virtude da descontinuação de cursos ou da não acreditação por parte da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES). Concluem aquelas autoras que as

alterações introduzidas pela orientação da formação para o mercado, as transformações de feição neoliberal das políticas públicas e as alterações nas condições de trabalho contribuem para um processo de desqualificação intelectual e profissional do trabalho dos assistentes sociais (MARTINS; TOMÉ, 2016, p. 339).

7.3.1 O lugar atribuído aos estágios nos planos de estudo da licenciatura na última década

O levantamento realizado por Tomás (2017) identificou a existência de dezessete planos de estudo de cursos de licenciatura em Serviço Social em Portugal, no ano de 2016-2017, os quais se mantêm em funcionamento, tendo-se, no entanto, verificado algumas alterações. Os cursos estão enquadrados no ensino universitário e politécnico, público e privado, de acordo com a distribuição que se apresenta na Tabela 1.

Tabela 1 – Instituições de Ensino Superior com formação em Serviço Social (2019),
enquadramento e tipo de ensino

Enquadramento / Tipologia de Ensino	Instituições de Ensino Superior (IES)
Ensino Público Universitário	U Coimbra, U Açores; UTAD; UL-ISCSP; IUL-ISCTE
Ensino Público Politécnico	IP Beja; IP Castelo Branco; IP Portalegre; IP Leiria; IP Viseu-Lamego
Ensino Privado Universitário	UCP-Lisboa; UCP – Braga; ULHT- Lisboa; UL – Porto; ISSS Porto; ISMT; UL - Lisboa

Os planos de estudo compreendem uma duração de 6 ou 7 semestres. Todos os cursos de ensino politécnico público e o curso do IUL-ISCTE, do ensino universitário público, apresentam 6 semestres. No ensino universitário privado, os cursos da ULHT-Lisboa e UL-Porto têm duração de 6 semestres, bem como o curso da UL-Lisboa, anteriormente com 7 semestres, reduzidos para seis. Os cursos que apresentam uma duração de 7 semestres são do ensino universitário público e privado — tal como se constata na Tabela 2.

Tabela 2 – Natureza, tipo de ensino e duração dos cursos de 1º ciclo de Serviço Social.

Instituições de Ensino Superior (IES)	Natureza	Tipo de Ensino	Duração do Curso (ECTS)
Instituto Politécnico de Beja (IP Beja)	Público	Politécnico	6 Semestres (180)
Instituto Politécnico de Castelo Branco (IP Castelo Branco)	Público	Politécnico	6 Semestres (180)
Instituto Politécnico de Leiria (IP Leiria)	Público	Politécnico	6 Semestres (180)
Instituto Politécnico de Portalegre (IP Portalegre)	Público	Politécnico	6 Semestres (180)
Instituto Politécnico de Viseu – Lamego (IP Viseu-Lamego)	Público	Politécnico	6 Semestres (180)
Instituto Superior de Serviço Social do Porto (ISSSP)	Privado	Universitário	7 Semestres (210)
Instituto Superior Miguel Torga (ISMT)	Privado	Universitário	7 Semestres (210)
Instituto Universitário de Lisboa - Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (IUL-ISCTE)	Público	Universitário	6 Semestres (180)
Universidade Católica Portuguesa Faculdade de Ciências Humanas (UCP – Lisboa)	Privado	Universitário	7 Semestres (210)
Universidade Católica Portuguesa – Braga (UCP Braga)	Privado	Universitário	7 Semestres (210)
Universidade de Coimbra (U Coimbra)	Público	Universitário	7 Semestres (210)
Universidade de Lisboa – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (UL-ISCS)	Público	Universitário	7 Semestres (210)
Universidade de Trás Os Montes e Alto Douro (UTAD)	Público	Universitário	7 Semestres (210)
Universidade dos Açores (U Açores)	Público	Universitário	7 Semestres (210)
Universidade Lusíada – Lisboa (UL Lisboa)	Privado	Universitário	6 Semestres (180)
Universidade Lusófona do Porto (UL Porto)	Privado	Universitário	6 Semestres (180)
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia – Lisboa (ULHT Lisboa)	Privado	Universitário	6 Semestres (180)

Em síntese, quanto ao enquadramento e tipo de ensino das Instituições de Ensino Superior com 1º ciclo Serviço Social, verifica-se a seguinte distribuição: dez públicas e sete privadas; doze do ensino universitário e cinco do politécnico; oito com duração de 7 semestres (210 ECTS) e nove com 6 semestres (180 ECTS). Destes nove cursos, quatro são de instituições de ensino superior de natureza universitária, sendo um deles de ensino público — contrariamente ao que se verificava quando da adequação do Processo de Bolonha, em que a maioria dos planos de estudo possuía uma duração de 7 semestres.

Do levantamento efetuado do número de Unidades Curriculares cuja designação incluía a palavra “estágio” (ver Tabela 3), verifica-se que, das instituições de ensino superior existentes, aquelas que incluem apenas uma disciplina de estágio são cinco, a saber: IP Leiria; IP Portalegre; ISSS Porto e UL-Lisboa. Com duas disciplinas de estágio elencadas no seu plano de estudos, verifica-se a existência de oito, a saber: IP Beja; IP Viseu-Lamego; ISMT; IUL-ISCTE; UL-Porto; U Açores; U Coimbra e UL-ISCTSP. A maioria das instituições de ensino superior (13) apresentam nos planos curriculares uma ou duas disciplinas associadas ao estágio. No entanto, foi possível ainda verificar que quatro das instituições de ensino superior apresentavam nos seus elencos curriculares de três a cinco disciplinas — é o caso de IP Castelo Branco, UCP Lisboa, UCP Braga e ULHT-Lisboa.

No que respeita às designações das Unidades Curriculares associadas ao estágio, a maior parte das instituições de ensino superior denominam-nas de “estágio”, seguindo-se numeração romana. De registar que em cinco casos estas são designadas como “Estágio” (3 IES), “Estágio Curricular” e “Estágio em Instituição de acolhimento”, respectivamente ISSSP, UL-Lisboa, IP Portalegre e IP Leiria e UTAD — todas elas apenas com uma Unidade Curricular relativa ao estágio.

Também se verificam designações que possuem informação diferenciada consoante o tipo de estágio — “acompanhamento técnico científico”, “estágio em serviço social”, “seminário e estágio”; “seminário/estágio/supervisão”; “estágio e projeto”, “estágio e relatório”, “inserção

institucional e supervisão”, “estágio e relatório monográfico (dissertação)”, “prática, reflexão e avaliação”, tal como se pode ver na Tabela 3. A referência à supervisão no que respeita à designação é mínima (duas), o que não significa forçosamente a não existência de práticas de supervisão associadas ao estágio. Se atendermos ao tipo de hora de contato, a Unidade Curricular “estágio” aparece associada a “S” (seminário / supervisão) e/ou “OT” (orientação tutorial). Estas designações revelam, assim, inconsistência no entendimento indissociável entre estágio e supervisão, levados a cabo pelos assistentes sociais docentes e pelos assistentes sociais nas instituições acolhedoras de estágio.

De salientar que a componente de supervisão associada ao estágio consta somente em designações de dois dos planos de estudos (UCP Lisboa, UL – Porto).

Tabela 3 – Designação das disciplinas de estágio e número de estágios, por IES

Instituições de Ensino Superior (IES)	Nº de Estágios	Designação das disciplinas de Estágio
I U Lisboa – ISCTE	2	Estágio em Serviço Social I / Estágio em Serviço Social II
IP Beja	2	Estágio de Inserção / Estágio Final
IP Castelo Branco	3	Estágio de Observação / Estágio e Projeto / Estágio e Relatório
IP Leiria	1	Estágio Curricular
IP Portalegre	1	Estágio
IP Viseu – Lamego	2	Estágio de Observação em Serviço Social / Estágio em Serviço Social
ISMT	2	Estágio I / Estágio II
ISSS Porto	1	Estágio
U Açores	2	Estágio e Acompanhamento Técnico-Científico I / Estágio e Acompanhamento Técnico-Científico II
U Coimbra	2	Estágio I / Estágio II
U Lisboa – ISCSP	2	Estágio I / Estágio II
U Lusíada – Lisboa	1	Estágio

UCP – Braga	5	Estágio e Seminário de Serviço Social I / Estágio e Seminário em Serviço Social II / Estágio e Seminário de Serviço Social III / Estágio e Seminário de Serviço Social IV / Estágio e Seminário de Serviço Social V
UCP - Lisboa	4	Seminário e Estágio I / Seminário e Estágio II e Supervisão / Seminário e Estágio III e Supervisão / Seminário e Estágio IV e Supervisão
UL – Porto	2	Seminário e Estágio I - Inserção Institucional e Supervisão / Seminário e Estágio II – Prática, Reflexão e Avaliação
UL HT – Lisboa	4	Estágio I e Projeto / Estágio II e Relatório / Estágio III e Projeto / Estágio IV e Relatório Monográfico (Dissertação)
UTAD	1	Estágio em Instituição de Acolhimento

O levantamento do número de *Total de Horas de Estágio (E)* e do *Total do Tempo de Trabalho* necessários para esta componente da formação foi efetuado, bem como o número total de ECTS a ela atribuídos (ver Tabela 4). Constata-se que treze das instituições de ensino superior apresentam entre os 30 e 52 ECTS, sendo que os valores mais elevados se registram em duas instituições de ensino superior com planos de estudos com 7 semestres — UCP Lisboa (52 ECTS) e UCP Braga (49 ECTS) — e em duas das instituições de ensino superior com 6 semestres — IP Beja (52 ECTS) e ULHT Lisboa (49,5 ECTS) —, correspondendo, nos últimos casos, a quase 30% do total de ECTS da formação, respectivamente 28.9% e 27.5%. O ISSSP, com um estágio de 17 ECTS e um plano de estudos de 7 semestres, encontra-se no extremo oposto. A existência neste plano de estudos de Unidades Curriculares (6) com um somatório de 40,5 ECTS, às quais correspondem 540 h de trabalho de campo (TC), merece outros aprofundamentos que não são objeto deste trabalho.

A não especificação e/ou discriminação da distribuição das horas afetas ao estágio (horas de estágio; horas de supervisão) dificulta uma análise mais completa. Damos conta da ausência das informações disponíveis e que não constam dos diplomas publicados no Diário da República (exemplos: Despacho n° 4140/2016 - U Açores; Aviso n° 7547/2016

- UL Lisboa). A Tabela 4 apresenta os somatórios do total de tempo de trabalho a ser despendido pelos estudantes, de horas relativas a estágio (E), dos ECTS dos planos de estudos analisados; e o cálculo do peso (em percentagem) da componente estágio em cada um dos cursos.

Tabela 4 – Número de Horas e de ECTS atribuídos a Estágio (E), pelas IES

Instituição de Ensino Superior	Total de Tempo de Trabalho	Total de Horas de Estágio (E)	Σ ECTS (E) e Total ECTS curso	ECTS (E) / Total de ECTS curso (%)
IP Beja	1300	650	52 (180)	28.9
IP Castelo Branco	1188	750	44 (180)	24.4
IP Leiria	810	600	30 (180)	16.7
IP Portalegre	750	500	30 (180)	16.7
IP Viseu-Lamego	810 (a)	480	38 (180)	21.1
ISMT	1130	735	45 (210)	21.4
ISSS Porto	425	– (e)	17 (210)	8.1
IUL – ISCTE	750	690	30 (180)	16.7
U Açores	672	– (e)	24 (210)	11.4
U Coimbra	1026	660	34 (210)	16.2
U Lisboa – ISCSP	910	– (e)	35 (210)	16.7
U Lusíada - Lisboa	600	– (e)	24 (180)	13.3
UCP – Braga	–	– (e)	49 (210) (b)	23.3
UCP – Lisboa	1033(c)	930(d)	52 (210)	24.8
UL HT – Lisboa	1273.5	750	49.5 (180)	27.5
UL Porto	840	630	47 (180)	26.1
UTAD	729	– (e)	27 (210)	12.9
(a) Respeitante a uma das duas Unidades Curriculares; (b) Informação recolhida na página oficial da IES; (c) Respeitante a três das quatro Unidades Curriculares; (d) Nas quatro Unidades Curriculares. (e) Não dispõe de horas tipificadas como “E” (estágio).				

Na grande maioria das Instituições de Ensino Superior, o peso referente ao(s) estágio(s) situa-se entre 8.1% e 28.9% face à componente de

formação teórica. Na última coluna da Tabela 4 podemos ver em quais das instituições de ensino superior a componente estágio assume um peso superior a 20% de ECTS (8) ou mesmo 25% do total de ECTS (IP Beja - 28,9%; ULHT Lisboa – 27.5%; UL Porto – 26.1%). Ou seja, podemos considerar que “com o processo de Bolonha há uma fragilização (...) [dos planos de estudos, o] que significa que há uma valorização da componente estágio em detrimento da componente teórica” (Tomás, 2017, p. 30), alcançada por via da redução (em horas e ECTS) das disciplinas teóricas. No que respeita à supervisão, a sua intermitência, escassez e/ou ausência assinaladas nas designações curriculares da maioria das instituições de ensino superior apontam para a necessidade de se realizar uma reflexão e um debate coletivo.

7.4 Impactos da crise e da austeridade no processo de supervisão de estágios académicos

A função docente pressupõe a existência de diretrizes norteadoras do exercício e condições adequadas. Como afirma Yolanda Guerra,

numa profissão de natureza interventiva [como é o Serviço Social], o estágio supervisionado deve ocupar um lugar de destaque na formação profissional. A concepção de estágio supervisionado, durante a criação de princípios, diretrizes e políticas só podem ser interpretadas quando remetidas a um projeto de profissão e que esse conduz a um determinado perfil profissional (2016, p. 101).

É sobre a orientação deste projecto formativo e profissional que, ainda que não explícito no contexto português, compete refletir numa relação estreita com o(s) projecto(s) societário(s).

Os impactos do Processo de Bolonha e os constrangimentos vivenciados resultantes da crise de 2008 e das políticas de austeridade de 2011 a 2015 repercutem na formação em Serviço Social, nomeadamente na

componente estágio e supervisão, tanto nas IES quanto nas instituições e serviços onde se realizam os estágios, e ainda nas dinâmicas, processos e seus intervenientes: os estudantes, os Assistentes Sociais docentes – supervisores, os Assistentes Sociais – orientadores de estágio.

Dos constrangimentos destacam-se cortes orçamentais nas diferentes políticas sociais: saúde, educação, emprego, sistema de segurança social e solidariedade social; cortes nas pensões e nas reformas, subsídios e prestações pecuniárias. Paralelamente, assiste-se à política de cortes salariais e de não progressão na carreira. A política de não contratação (congelamento de concursos na função pública) e a precarização do/no trabalho, o trabalho de prestação de serviços, incluindo os serviços públicos, a fragilidade nos vínculos laborais (tarefeiros, estágios profissionais) e o incentivo ao voluntariado resultam num mercado de trabalho desregulado.

A adoção de estratégias e políticas de contratualização e/ou *outsourcing* e a progressiva entrega ao terceiro setor de uma fatia maior e mais significativa de serviços (crescimento da terciarização) — quer na prestação de cuidados de saúde quer de serviços de ação social. O exemplo mais recente, no âmbito do Instituto da Segurança Social (IP), é a Rede Local de Intervenção Social (2013), que conta como antecedentes o Programa Rede Social (1997); a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (2006) - Despacho Conjunto do Ministério da Saúde e da Segurança Social; as Cantinas Sociais (2012), traduzindo-se num número cada vez maior de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). De notar que existem valências em que há uma certa demissão do papel do Estado. Casos como o da *população idosa*, com várias respostas sociais (Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Estrutura Residencial Para Idosos), sendo quase nulas no setor público; o *apoio às famílias* (Centros de Apoio às Famílias e Acompanhamento Parental), ou dirigido às *crianças e jovens*, em que a intervenção no âmbito dos processos de promoção e proteção à criança e ao jovem (Comissões de Proteção à Criança e ao Jovem, os Centros de Acolhimento Residencial), a cargo de entidades não públicas (embora tuteladas), são casos paradig-

máticos, já que o Estado delega às entidades da sociedade civil “a guarda” de crianças e jovens que, por decisão judicial, ele próprio retirou do seu meio natural de vida.

Por seu turno, a contratualização de serviços de saúde, por exemplo de meios complementares de diagnósticos e de cirurgias, cujos critérios nem sempre são claros e rigorosos e/ou há falhas na fiscalização (caso midiático mais recente: ecografias obstétricas realizadas em clínicas privadas por médicos não autorizados, cujo pagamento é assumido pelo Estado), trazem à tona a mediatização de um Estado que nem cumpre nem é capaz de fazer cumprir, com graves consequências para os cidadãos socialmente mais vulneráveis.

7.4.1 Repercussões nas instituições e serviços que acolhem estagiários e nas condições de trabalho de supervisão pelos orientadores de estágio

O aumento das desigualdades e das demandas sociais vem a refletir-se no crescente número de utentes que acorrem aos serviços. O *downsizing* dos recursos humanos (Assistentes Sociais e outros profissionais, nos serviços), fruto de despedimentos. O congelamento no acesso/entrada na função pública, o despedimento e não contratação de novos profissionais ou mesmo da reestruturação de instituições e serviços (Centro Hospitalar Universitário de Coimbra, resultante da fusão de dois hospitais em abril 2011: o Centro Hospitalar de Coimbra e os Hospitais da Universidade de Coimbra, sendo um dos maiores centros hospitalares do país).

Cortes no financiamento dos serviços públicos levaram a constrangimentos (financeiros) com reflexos na qualidade da prestação de serviços e no quotidiano profissional. A falta de transportes para as deslocações de profissionais, nomeadamente em serviço externo / visitas domiciliárias, leva a que profissionais em serviço se desloquem em transportes

públicos ou próprios, por falta de veículos / motoristas. Os estagiários são também impedidos de circular em veículos de serviço, ao contrário do que anteriormente se verificava. É manifesta a dificuldade na manutenção e melhoria das estruturas físicas, sendo notória a degradação e insalubridade de algumas instalações (infiltração de águas pluviais). Por seu turno, também os telefones e equipamentos são obsoletos, havendo falta de consumíveis (*toner*) ou mesmo de mobiliário.

O descontentamento dos profissionais é manifesto tendo várias razões. Aponta-se aqui: o aumento do horário de trabalho, que passou na função pública para 40 horas semanais, ao invés de 35 horas — esta situação foi revertida entre 2015-2019, em alguns setores; e o aumento da demanda profissional, com maior número de atendimentos e de processos de utentes, o que assume maior acutilância se atendermos, por um lado, à diminuição generalizada do número de profissionais em exercício, acentuando os constrangimentos atrás referidos e, por outro, o aumento de Assistentes Sociais e outros elementos de equipas de trabalho e secretariado por dispensa, reforma em devido tempo ou antecipada (procurando a escapar às então anunciadas penalizações nas pensões de reforma), acentuando aquela situação.

As chefias em exercício foram postas à prova, sucumbindo em razão da dificuldade de manutenção da motivação em alta, da pressão exercida por alguns dos decisores, da falta de reconhecimento quer das dificuldades sentidas quer dos esforços desenvolvidos pelos profissionais responsáveis por coordenar serviços / equipas ou por direção técnica (públicos; privados). Nos serviços, as políticas institucionais são frequentemente orientadas para a “estatística da intervenção” (número de atendimentos, seguimentos; de processos arquivados / fechados; de novos processos / entradas), verificando-se mais reclamações dos serviços, decorrentes do descontentamento dos beneficiários dos serviços e dos cidadãos em geral (aumento de reclamações nos Gabinetes do Cidadão).

A multiplicidade de funções a realizar, conjugada com outros fatores, faz emergir o “Assistente Social *multitask*”, condição aceite em nome da manutenção de um *emprego* (que tantas vezes é apenas um tra-

balho sem direitos). As repercussões da sobrecarga de trabalho na saúde e doença dos trabalhadores, com profissionais em situação de *burnout* são igualmente expressões dos efeitos da austeridade — muitos desses trabalhadores sem recurso à baixa médica, em consequência da natureza precária do vínculo laboral, incluindo-se os assistentes sociais. Veja-se a investigação sobre os assistentes sociais (RIBEIRO, 2016).

As implicações desses constrangimentos para o decurso do estágio académico (curricular) são várias. No plano dos intervenientes no processo de estágio, diríamos que tanto os estudantes quanto os assistentes sociais - orientadores e os docentes supervisores nos forneceram, nos últimos anos, um manancial de exemplos vasto e diversificado.

Assistentes Sociais orientadores de estágio deram-nos conta de dificuldades na aceitação, na disponibilização de condições adequadas ao acolhimento do estudante estagiário (logísticas-espço; mobiliário-secretária e instrumentos de suporte ao trabalho -computador), e no acompanhamento mais efetivo do estagiário (em virtude do volume e dispersão de trabalho; havendo mesmo recusa na aceitação). As dificuldades no cumprimento da agenda do quotidiano laboral, no registro de informações / atualizações nos processos individuais e na resposta atempada (pareceres, relatórios, diagnósticos sociais, entrevistas, etc.) é uma realidade e uma “imagem profissional” que não pretendem transmitir ao estagiário.

Alguns profissionais chegam a referir o impacto dessas condições na qualidade da prestação de serviços e as dúvidas quanto ao processo e dinâmica do estágio nestas circunstâncias, expressando alguns deles o seu temor quanto à participação no próprio processo formativo (!). É exemplo disso o impedimento ou a não autorização de o estagiário se deslocar em serviço externo (visita domiciliária) para acompanhamento do Orientador em veículos de serviço, podendo vir a comprometer uma formação capaz e qualificada. A excessiva burocratização / controle é outra situação relatada por via das dificuldades sentidas aquando da deslocação à instituição de ensino superior, aquando do processo de avaliação dos estagiários.

7.4.2 Repercussões nas condições de trabalho docente em instituições de ensino superior e alterações na condição de estudante e estagiário

Quanto aos docentes do ensino superior, destacamos o seu envelhecimento, o congelamento da progressão na carreira, a não abertura de concursos públicos, sobretudo até 2015, a redução salarial e o aumento do horário de trabalho a par de exigências de produção científica, em nome do *ranking* dos cursos / instituições de ensino superior, em detrimento da excelência da componente pedagógica. Inequivocamente reconhece-se que o investimento na investigação e na produção de conhecimento é indispensável, ainda que nos últimos anos tenham sido alcançadas, em grande parte, devido ao esforço dedicado pelos docentes, indo muito além do tempo contabilizado. As virtudes das TICS e a sua apropriação pelas organizações, incluindo as instituições de ensino superior, dá-se quase sempre a serviço de uma “não-necessidade” de funcionários administrativos. A Supervisão que, tendencialmente, é realizada nas instituições de ensino superior, enferma-se das mesmas contingências atrás referidas quanto ao trabalho docente.

Quanto aos estudantes em geral e aos estagiários em particular, denota-se que as fracas condições socioeconómicas se acentuaram durante o período de austeridade, as quais influenciaram diretamente as condições de vida das famílias portuguesas, logo dos estudantes. Verifica-se o abandono dos estudos ou o seu prosseguimento em tempo parcial, adiando-se a conclusão do curso; e o aumento do número de estudantes trabalhadores — aos que apresentam vínculo laboral, é tendencialmente reconhecido este direito, ao contrário de outros, com trabalho precário.

Também os baixos valores das bolsas de ação social e os montantes das mensalidades do ensino superior (MARTINS; TOMÉ, 2016) são aspectos com impacto na vida sociocultural (aquisição de livros, tempo de lazer, participação em eventos académicos, científicos e culturais) e académica dos estudantes; e na fraca adesão à mobilidade estudantil,

nomeadamente no âmbito do programa Erasmus. Constrangimentos na colocação em estágio de estudantes deslocados acentuam-se com situações de precarização e desigualdade social.

A preparação de base denota insuficiência de várias naturezas (expressão oral e escrita, versatilidade no vocabulário utilizado; domínio de língua estrangeira), agravadas com a diversificação das modalidades de acesso ao ensino superior, para além do ensino regular. Também são patentes dificuldades na organização e realização de trabalhos de forma autónoma e na análise detalhada de fontes diversificadas, o que condiciona a adoção de uma posição crítica fundamentada, paralelamente às tendências (neo) conservadoras que permeiam o ensino superior. Acresce que a reforma do ensino superior com Bolonha introduziu a obrigatoriedade de disciplinas semestrais, com a multiplicidade de avaliações.

7.5 Notas finais

Nos dezessete planos de estudos da licenciatura de serviço social, existem disparidades tanto no número de estágios (que varia entre um e cinco), como no peso desta componente na formação, que alcança uma proporção de um para três, chegando a triplicar em número de ECTS. Consta-se igualmente uma diversificação nas designações Orientador / Supervisor, sendo a Supervisão parcamente referenciada. A análise do que cada instituição de ensino superior realiza a este nível e as componentes que integram a supervisão (a prática de investigação, supervisão de grupo / individual) são aspectos que não foram objeto deste trabalho e que merecem aprofundamento.

Neste sentido, consideramos imperativo dar conta dos reais impactos do Processo de Bolonha. Nos dez anos desta reforma tem-se assistido à redução da duração do curso de licenciatura de serviço social, hoje maioritariamente de seis semestres, sendo que a maioria das instituições de ensino superior contemplavam sete semestres nos primeiros anos. Atendendo à aproximação realizada dos planos de estudo, parece ter-

se vindo a reforçar o aligeiramento desta componente, bem como o da própria formação. As transformações decorrentes das orientações neoliberais, patentes e evidenciadas nos impactos da crise e da austeridade em Portugal, com repercussões na formação e nos processos de estágio/supervisão e seus intervenientes, constituem a outra face do Processo de Bolonha.

Eis algumas das questões que consideramos serem merecedoras de uma reflexão coletiva pelas organizações da categoria profissional, contribuindo para a construção de uma política nacional de estágios.

Como nos sugere Lewgoy, é necessário

decifrar o movimento societário e, nele, o significado e o sentido da noção de competência e qualificação como ordenadora da formação e do trabalho (...) [acreditando que a] formação profissional não pode simplesmente conformar-se às demandas do mercado de trabalho, que sob retórica da especialidade, da competência, do rigor técnico, na realidade exigem determinadas ações profissionais que são atividades socialmente condicionadas (2009. p. 153).

7.6 Rerefências

ANTÓNIO, T. (2009). *Mercado e Condições de trabalho dos Assistentes Sociais no concelho de Tomar*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), ISMT.

BARBOSA, A.M.G. (2004). O importante papel do estágio no desenvolvimento de competências. *Revista Ágora. Políticas Públicas e Serviço Social*. Rio de Janeiro, ano 1, nº 1 (p: 89-95).

BURIOLLA, M.A.F (1996). *O estágio supervisionado*. São Paulo, Cortez.

BURIOLLA, M.A.F. (2008). *Supervisão em Serviço Social – o supervisor, sua relação e seus papéis*. 4ª ed.. São Paulo, Cortez

DUARTE, T. (2009). *Formação de 1º ciclo em Serviço Social após adequação ao processo de Bolonha em Portugal*. (Mestrado em Serviço Social), ISMT.

FREITAS, M.D.P.A. (2013). *Supervisão na Formação em Serviço Social*. Tese de Doutorado (Serviço Social). Universidade Católica Portuguesa.

GUERRA, Y. (2016). O Estágio como espaço de síntese da unidade dialética entre teoria e prática: o perfil do profissional em disputa. In: SANTOS, C.M.; LEWGOY, A.M.B.; ABREU, M.H.E. (2016). *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro, Lumen Juris.

JORNAL DE NOTÍCIAS (2013). “Taxa de desemprego em Portugal atingiu novo recorde de 17,8% em abril”. 31.05.2013. Economia. Desemprego. Disponível em: <https://www.jn.pt/economia/taxa-de-desemprego-em-portugal-atingiu-novo-recorde-de-178-em-abril-3249656.html> - acessado em 13 de março 2019.

LEWGOY, A.M.B. (2007). *Pensar a supervisão de estágio em Serviço Social: ser ou não ser, eis a questão!* Tese de Doutorado (Serviço Social). Faculdade de Serviço Social – PUC-RGS.

LEWGOY, A.M.B. (2010). *Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional*. 2ª edição. São Paulo, Cortez.

LEWGOY, A.M.B. (2016). Os Instrumentos legais e políticos do estágio supervisionado em Serviço Social na defesa da qualidade profissional.

In: SANTOS, C.M.; LEWGOY, A.M.B.; ABREU, M.H.E. (2016). *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro, Lumen Juris. (p: 125-151)

MARTINS, A. (2008) Investigação em Serviço Social no Portugal Contemporâneo: paradoxos e desafios. *Locus Social*, Centro de Estudos de Serviço Social e Sociologia da Universidade Católica Portuguesa, nº 1 (p. 32-47).

MARTINS, A.; CARRARA, V.; TOMÉ, M.R. (2015). A Emigração dos Assistentes Sociais portugueses: faces do trabalho e do desemprego em tempos de crise e austeridade. *Serviço Social & Sociedade*. São Paulo, Cortez, nº 121, jan./mar.

MARTINS, A.; TOMÉ, M.R. (2008). Formação Contemporânea do Serviço Social em Portugal. *Em Pauta*. Rio de Janeiro, UERJ, nº 21 (p: 153-169)

MARTINS, A.; TOMÉ, M.R. (2016). Serviço Social em Portugal: Expansão e Retração em Tempo de Crise. In: PARO, C.R.; FARIA, S.; MIGUEL, W.L. Orgs. (2016). *A Seguridade Social em Goiás: ensaios críticos e pesquisa em Serviço Social*. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás. (p: 325-344).

MARTINS, A. ; TOMÉ, M. R. (2016a). Regressividade no Serviço Social Português: impactos de Bolonha e da austeridade na formação e no trabalho. in: ALVES, M.; TORRES, L.; DIONÍSIO, B; ABRANTES, P. (org.). *A Educação na Europa do Sul. Constrangimentos e desafios em Tempos Incertos*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pp. 335-356.

ORTIZ, F. G. (2016). A Supervisão de Estágio como atribuição privativa do assistente social. In: SANTOS, C.M.; LEWGOY, A.M.B.; ABREU,

M.H.E. (2016). *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro, Lumen Juris.(p: 193-214)

RIBEIRO, S. M. P. (2016), *Os Assistentes Sociais e o Burnout em Portugal*. Tese de Doutoramento (Serviço Social). Universidade Católica Portuguesa.

SANTOS, C.M.; GOMES, D. C.S.; LOPES, L.P. (2016). Supervisão de Estágio em Serviço Social: desafios e estratégias para a sua operacionalização. In: SANTOS, C.M.; LEWGOY, A.M.B.; ABREU, M.H.E. (2016). *A Supervisão de Estágio em Serviço Social: Aprendizados, Processos e Desafios*. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro, Lumen Juris. (p: 215-242).

TOMÁS, C. (2017). *Estágios Curriculares em Serviço Social e Estágio «Emprego», no contexto pós Bolonha e das políticas de austeridade*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), ISMT.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Yolanda Aparecida Demetrio Guerra é assistente social, professora e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1994 e 1998). Professora Associada da Universidade Federal do Rio de Janeiro nas áreas de graduação e pós-graduação. Coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre os Fundamentos do Serviço Social no Tempo Contemporâneo (NEFSSC) da UFRJ e o projeto de pesquisa sobre os “Fundamentos históricos, teórico-filosóficos e políticos da noção de direitos e serviço social”. Possui experiência na área de Serviço Social, com ênfase em fundamentos, exercício e formação profissional, atuando principalmente nos seguintes temas: fundamentos, teoria-prática, instrumentalidade, projetos profissionais, direitos sociais. Supervisora de pós-doutorado. Participa da comissão coordenadora da Rede Ibero-Americana de Pesquisa em Serviço Social / Rede Ibero-Americana de Pesquisa em Serviço Social. Membro da Rede de Pesquisa sobre o Trabalho do Assistente Social (Retas). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq nível 1B. Foi coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ no período de 2006 a 2010. Coordenadora nacional de pós-graduação da Associação Brasileira de Educação e Pesquisa no Serviço Social (Abepss) – negociações 2009-2010 e 2011-2012. Membro titular do Comitê Consultivo em Psicologia e Serviço Social do CNPq no período de 2014 a 2017. Autora de dois livros: *A instrumentalidade do serviço social: suas determinações sócio-históricas e suas razões* (2007); *Serviço Social: fundamentos e contemporaneidade* (2015). Co-autora das coletâneas: *Serviço Social Crítico: para a construção do novo projeto ético-político profissional* (2003); *A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos* (2017); *Trabajo y Formación en Trabajo Social. Avances y tensiones en el contexto de Iberoamérica* (2017).

Virgínia Alves Carrara é graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora, com especialização e mestrado em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora - UFOP e doutorado em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ). Fez pós-doutoramento no Instituto Superior Miguel Torga, Coimbra, Portugal. É Professora Associada I da Universidade Federal de Ouro Preto. Coordenadora do Núcleo de Extensão e Estudos em Formação e Trabalho em Serviço Social (NEESFT). Participou da Diretoria Nacional da Abepss, gestão 2017/2018 “Quem é de Luta, Resiste”, como coordenadora de Relações Internacionais. Foi representante do Cone Sur (Argentina, Uruguai, Paraguai, Chile e Brasil) no Consejo Fiscalía da Alaeits, gestão 2016/2018. Participa da Comissão de Coordenação da Rede Iberoamericana de Investigación em Serviço Social/Red Iberoamericana de Investigación en Trabajo Social. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em Fundamentos do Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional, Estágio Supervisionado, Educação Superior, Internacionalização e Mobilidade Acadêmica, Política Social.

Alcina Maria de Castro Martins é Assistente Social com as seguintes qualificações acadêmicas: Investigação de pós-doutoramento sobre o Serviço Social português em tempos de ditadura, em articulação com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, tendo como orientadora científica a Profa. Dra. Myrian Veras Baptista (2001). Doutoramento em Serviço Social com o tema “Construção do Conhecimento e Serviço Social”, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Brasil, 1993. Registro do diploma pelo reitor da Universidade de Coimbra, Diário da República - II Série, de 6 de fevereiro de 2001. Frequência do I Curso de Mestrado em Serviço Social da PUC-SP/ Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) (1987 a 1990). Licenciatura em Serviço Social pelo Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra (1977). Destaques da atividade: coordenadora científica dos cursos de

Mestrado em Serviço Social no ISMT (16 edições), tendo coordenado os trabalhos para a sua criação (Portaria nº 902, de 28 de setembro de 2000), adequação ao processo de Bolonha (2006) (Despacho nº 2.096, de 24 de janeiro de 2007) e as alterações registradas no plano de estudos do mestrado (Aviso n.º 14757, de 17 dezembro de 2015). Foi professora destes cursos, de várias disciplinas, desde 2000/2001. Orienta projetos de investigação e dissertações de mestrado em Serviço Social e organiza seminários e eventos científicos. Coordenou o processo de elaboração do Relatório de Autoavaliação do Curso de Mestrado em Serviço Social, envolvendo os órgãos académicos, os docentes, os funcionários e os estudantes (dezembro de 2011 a abril de 2012), apresentado à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), assim como a recepção da Comissão de Avaliação Externa no ISMT (2013), a elaboração dos dois Relatórios de *follow up* apresentados à A3ES em 2016 e 2018. Diretora da licenciatura em Serviço Social no ISMT, até 30 abril de 2008. Coordenou os trabalhos da revisão do Plano de Estudos da Licenciatura em Serviço Social, homologada pela Portaria nº 463, de 3 de junho de 2003, e a adequação do curso ao Processo de Bolonha, Despacho nº 13.129, de 6 de junho de 2006. Professora desta área de formação desde 1977, leciona várias unidades curriculares, supervisionou estágios de Serviço Social, tendo sido Coordenadora Geral de Estágios até 2007/8. Membro do Conselho Científico, desde 1993. Investigação: co-fundadora, investigadora e Coordenadora Científica do Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social (CPIHTS), criado em 1993, avaliado e reconhecido pela Fundação de Ciência e Tecnologia, em 1997 e 2003, como Unidade de Investigação & Desenvolvimento. Desde 1998, orienta doutores e doutorandos em Serviço Social de universidades brasileiras (UFRJ, PUC-SP, UERJ, UFOP, UFJF) em investigações de pós-doutoramento, estágio de pesquisa no CPIHTS e no ISMT, no âmbito de bolsas atribuídas pela Capes e CNPq. Coorganizadora de cursos, eventos científicos, livros e outras publicações e coorganizadora da página eletrônica do CPIHTS. Investigadora do Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade (Cepese).

Fernanda Caro Blanco é Assistente Social da Escola Universitária de Serviço Social das Ilhas Baleares (EUTS-IB), Doutora em Intervenção Social e Estado de Bem-Estar pela Universidade Pública de Navarra (UPNA). Professora da Licenciatura em Estudos do Trabalho Social na Universidade das Ilhas Baleares (UIB) (Espanha) e Vice-Decana da Faculdade de Filosofia e Letras da UIB. No campo profissional, trabalhou como assistente social há 14 anos, principalmente no cuidado e prevenção de toxicodependência e atenção às pessoas em situação de exclusão. Também trabalhou na gestão e planejamento de serviços sociais, dirigindo, durante o Período 1999-2003, o Ministério da Previdência Social do Governo Autônomo da Ilhas Baleares. No campo do ensino universitário, ela se especializou em Serviço Social e Fundamentos do Serviço Social. Professora universitária sobre inserção social e inserção trabalhista de grupos vulneráveis, entre outros. Foi Professora Visitante e colaborou com o Instituto Superior Miguel Torga (ISMT) de Coimbra no ensino na licenciatura e na pós-graduação do Serviço Social. No campo de pesquisa, faz parte da equipe de pesquisa da UIB “Gender, Desigualdades e Políticas Públicas” e atualmente participa do projeto de P + D + I do Ministério da Economia e Competitividade da Espanha “Novos desafios para as políticas de inclusão pública em tempos de crise: o papel das redes de reciprocidade e a comunidade se concentra na produção assistencial”. Também participou de outros projetos europeus (Rede de Inclusão Social - 2005) e outros, desde o perspectiva de cooperação internacional, desenvolvido em Marrocos, Guatemala, El Salvador e Cuba (2004-2018). Em 2016, foi premiada pela Fundação Foessa (Promoção de Estudos Sociais e Sociologia Aplicada) com o Prêmio de Pesquisa Social pelo seu trabalho.

Este livro foi desenvolvido com as fontes Berkeley
Oldstyle e Pill Gothic, conforme Projeto Gráfico
aprovado pela Diretoria da Editora UFOP.



ISBN 978-65-89785-16-3

